REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
APM
Ano XLI • Julho - Dezembro de 2005

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLI • julho-dezembro de 2005

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Arquivo Público Mineiro.
ano 1, n. 1 (jan./mar.1896) - . Belo Horizonte:
Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais,
1896 - v.; il.; 20,5 x 26cm.

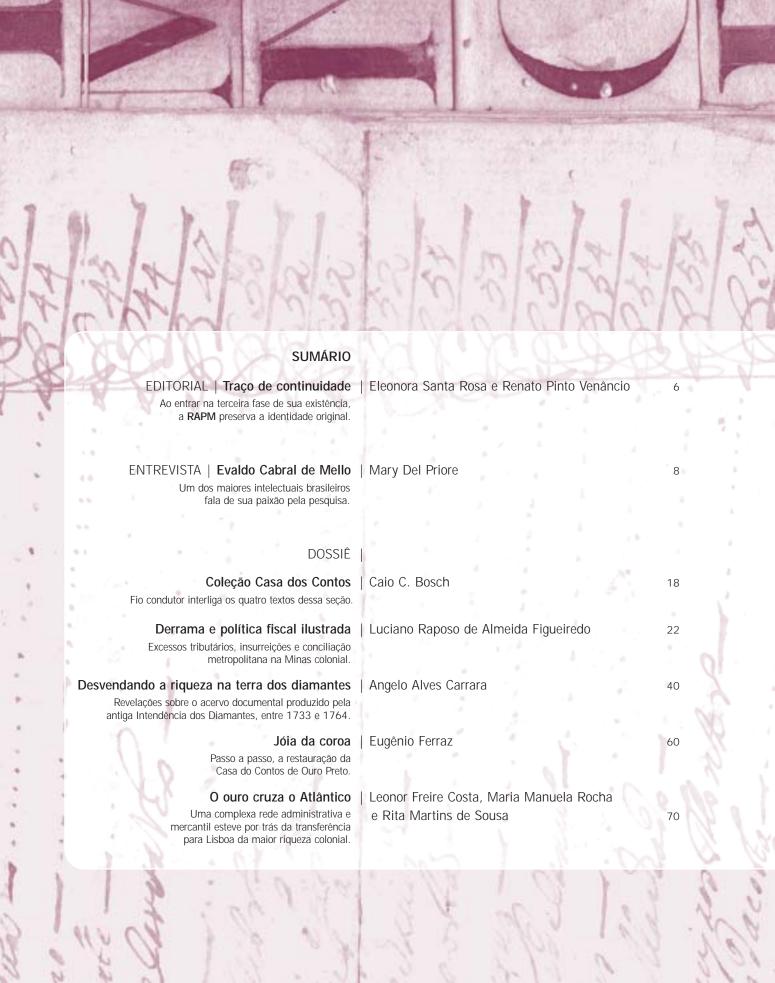
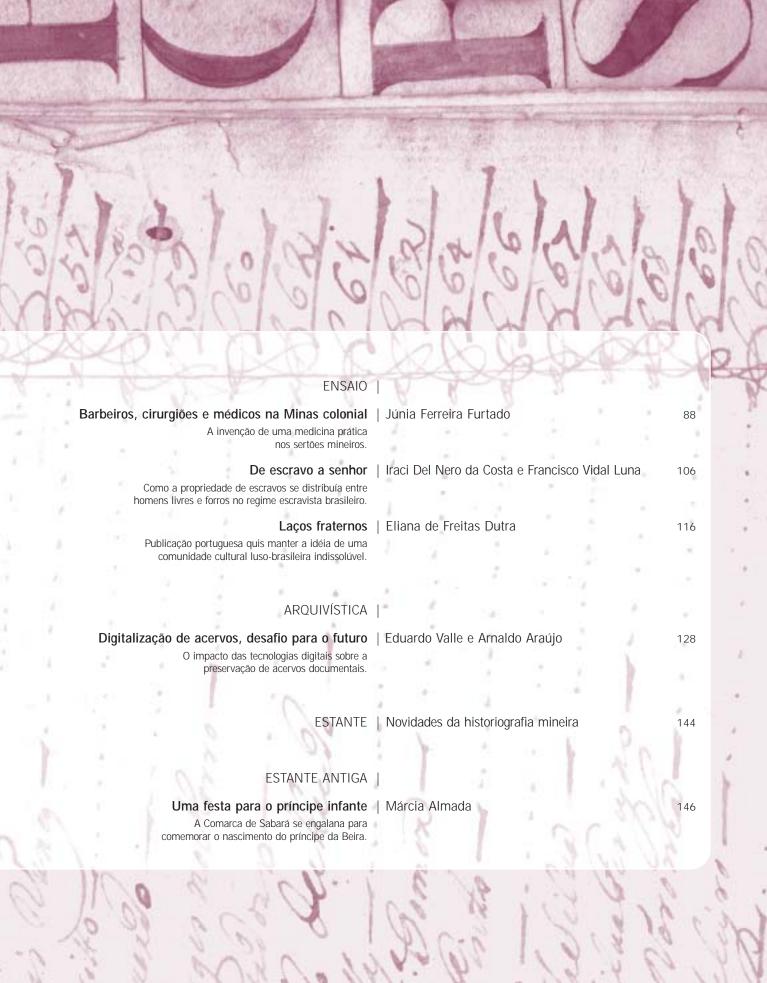
Semestral
Irregular entre 1896-2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
BH - Dezembro de 2005.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos.
5. Coleção Casa dos Contos. I. Secretaria de Estado de
Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDU 905

Foto-postal da Casa dos Contos de Ouro Preto, autor desconhecido, s/data (*circa* 1925). Coleção Luís Augusto de Lima.

SUMÁRIO

Raros são os periódicos científicos que sobrevivem mais de um século. O que o leitor tem em mãos é um deles. Criada em 1896, a **Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)** marcou uma nova etapa nos estudos históricos de Minas Gerais e do Brasil, divulgando instrumentos de pesquisa, estudos inéditos e transcrições documentais.

Em 1938, esse periódico deixou de ser publicado, retornando em 1975 e sendo, 20 anos depois, novamente desativado. Em 2005, graças ao esforço da Secretaria de Estado de Cultura – com apoio do Programa Cultural da Cemig, empresa responsável por ações sociais e culturais de grande envergadura – eis que ressurge a **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Talhada em belíssimo projeto gráfico, essa nova versão – condizente com a instituição que representa – procura honrar a tradição de mais antiga revista de história das Minas Gerais, trazendo a público documentos do período colonial, assim como sugerindo a reedição de obras raras e registrando, através de entrevistas, a experiência dos mais talentosos historiadores de nossa época.

Ao mesmo tempo, abrem-se na nova revista as portas para a modernidade, tornando-se nela acessíveis as mais avançadas pesquisas universitárias nacionais e internacionais tanto na área de história quanto na de arquivística e, também, notícias bibliográficas referentes aos mais recentes livros sobre o passado mineiro.

Este novo número da **Revista do Arquivo Público Mineiro** é dedicado à *Coleção Casa dos Contos.* Trata-se de um acervo que contém milhares de documentos administrativos e fiscais, assim como valiosas informações de natureza militar, religiosa e política – para citarmos apenas alguns temas – concernentes às Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.

Desde 2003, esse acervo tem sido alvo de um projeto desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro em colaboração com o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, que conta agora com a recente adesão da própria Casa dos Contos, de Ouro Preto. O objetivo central do projeto é o de disponibilizar instrumentos de pesquisa que tornem acessíveis informações relativas aos códices e avulsos da mais importante série documental de Minas Gerais, dispersa nas instituições acima mencionadas. Numa segunda etapa, serão digitalizados os próprios documentos da *Coleção Casa dos Contos*, criando-se, assim, um suporte a mais para sua conservação e divulgação.

Todo esse riquíssimo material de pesquisa – cujo gigantismo e dispersão por diferentes instituições muito dificultaram seu uso – em breve estará fácil e amplamente acessível. É justamente isso que aqui comemoramos: o Arquivo Público Mineiro, através do projeto *Coleção Casa dos Contos*, cumpre exemplarmente sua missão de preservar e divulgar a história de Minas Gerais.

A escolha do dossiê *Coleção Casa dos Contos*, como matéria de destaque desta edição, também teve por objetivo homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que patrocina o projeto em pauta. Essa instituição, parte importante da história de Minas Gerais contemporânea, é motivo de orgulho para todos nós e, em especial, para os pesquisadores mineiros. Com sensibilidade e inteligência, ela tem viabilizado, junto a inúmeras instituições do Estado, a multiplicação de pesquisas científicas de grande alcance, base para o desenvolvimento e a justiça social.

Eleonora Santa Rosa
Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Entrevista

Evaldo Cabral de Mello

Um historiador nos arquivos

Mary Del Priore

“A historia é única coisa autenticamente
mágica que encontrei na vida.”

> Considerado pela crítica um dos maiores historiadores brasileiros contemporâneos, Evaldo Cabral de Mello vem construindo, com paciente labor e apetite voraz por arquivos, a história de uma região riquíssima de homens, de fatos políticos e de cultura, que é o Nordeste. Autor de nove obras incontornáveis sobre o tema, membro de uma família de intelectuais pernambucanos, diplomata com serviços prestados em vários países da Europa e nos EUA, sua paixão pela ciência histórica nasce na infância, com a leitura de historiadores locais e da literatura regional de José Lins do Rego. A proximidade com os primos Gilberto Freyre e José Antônio Gonsalves de Mello só aprofundou o convívio com a matéria, amplamente enriquecido por meio de acesso a arquivos e bibliotecas internacionais.

A descoberta dos livros de Fernand Braudel levou-o ao que chama de "um terceiro caminho" entre a história convencional e o esquematismo marxista: aquela história, segundo ele, que se prende à vida, ao cotidiano e à materialidade, e sobre a qual os documentos dos arquivos regurgitam de informações. Autodefinindo-se como "historiador do Nordeste", Cabral de Mello é um feroz crítico do burocratismo universitário e da historiografia feita exclusivamente entre Rio de Janeiro e São Paulo – que denomina, aliás, com bom humor, de "história saquarema" – que desconhece a história de outras regiões do país. Exemplo de erudição, de fôlego para pesquisa, de sensibilidade e rigor metodológico, esse misto de *gentleman* e homem de inteligência é, antes de tudo, um modelo de intelectual.

Nesta entrevista, concedida com exclusividade a Mary Del Priori para a **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Cabral de Mello fala sobre sua trajetória de historiador e, em especial, sobre a apaixonante experiência de pesquisador em arquivos.

RAPM - O Arquivo Público Mineiro concentra as mais importantes séries documentais de Minas Gerais. A historiografia mineira depende em grande parte dessa instituição de pesquisa. No caso da historiografia pernambucana, ela depende mais de arquivos nacionais ou internacionais?

Evaldo Cabral de Mello - A historiografia pernambucana depende de ambos, obviamente, mas no tocante ao período holandês depende especialmente dos documentos holandeses.
A documentação holandesa é naturalmente muito mais rica do que a portuguesa. Quanto ao período ou períodos de domínio lusitano, os arquivos portugueses têm uma riqueza que não têm os locais, que só se tornam a fonte principal a partir da Independência e da criação do Estado Nacional. A documentação que existia em Pernambuco até 1630 foi destruída pelo incêndio que os holandeses atearam em Olinda. Daí que não se dispõe, para essa fase das atas da Câmara de Olinda, dos documentos notariais e da papelada eclesiástica, embora aquela relativa à ordem beneditina tenha, em boa parte, chegado até nós. Após a expulsão dos holandeses, a documentação local (segunda metade do século XVII e todo o século XVIII) é certamente considerável, mas não dispensa, longe disto, a consulta aos acervos portugueses. Pode parecer curioso, mas salvo a documentação de procedência holandesa existente no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, trabalhei muito pouco em arquivos pernambucanos.

RAPM - Em sua opinião, qual o papel desempenhado pelos arquivos privados?

Evaldo Cabral de Mello - No Brasil, o papel desempenhado por arquivos privados é praticamente nulo. Primeiro, porque o grau de incultura da sociedade brasileira, a começar pelo período colonial, não produzia muita documentação dessa natureza. A documentação era maciçamente pública, pois o Estado é que dispunha de meios para gerá-la e conservá-la, assim mesmo precariamente, como sabemos. Por outro lado, o brasileiro não tem gosto ou inclinação para preservar papéis privados, de maneira que os poucos que escapavam aos vermes ou ao descaso eram, na melhor das hipóteses, doados ao poder público. O restante perdeu-se irremediavelmente. Um exemplo: há anos publicou-se o diário do barão de Goicana, talvez único entre seus pares que costumava registrar regularmente sua rotina de senhor de engenho de fins do segundo reinado. Depois de seu falecimento, os cadernos ficaram esquecidos na casa-grande. Foram parcialmente salvos nos anos 50, quando a velha propriedade rural foi vendida pelos seus descendentes a uma usina. Por sorte, o advogado da usina, Dr. Murilo Guimarães, era um homem inteligente, professor de direito comercial da Faculdade de Direito do Recife, e depois reitor, que, dando-se conta do interesse do manuscrito, tratou de conservá-lo. Posteriormente, ele seria publicado pelo historiador Fernando Gouvêa.

> “No Brasil, o papel desempenhado por arquivos privados é praticamente nulo. ...o brasileiro não tem gosto ou inclinação para preservar papéis.”

RAPM - Como foi sua experiência de pesquisa em arquivos no estrangeiro?

Evaldo Cabral de Mello - Em matéria de arquivos estrangeiros, só trabalhei praticamente em acervos portugueses: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Geral da Universidade de Coimbra etc. Nunca trabalhei em arquivos da Holanda, seja porque José Higino Duarte Pereira havia passado por lá nos anos 80 do século XIX, fazendo copiar e trazendo para o Recife, em vinte e tantos códices, a documentação da Companhia das Índias Ocidentais, seja também porque os documentos que escaparam à colheita de José Higino não escaparam à de J. A. Gonsalves de Mello que, nos anos 50, foi enviado pela Universidade do Recife à Holanda para microfilmar a totalidade do acervo, publicando seus mais importantes documentos. Ademais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui cópia da correspondência do governo holandês do Recife com o governo de Haia.

Devo aduzir que, nas minhas pesquisas em Portugal, cedo desisti de ler ou copiar os documentos que me interessavam. É que os arquivos portugueses são freqüentados por pessoas cultas e agradáveis, mas que, lá vivendo, têm todo o tempo do mundo para completar suas investigações, de

modo que costumam puxar conversa com o vizinho de mesa, o qual, podendo ser estrangeiro, não dispõe de todo aquele tempo. Para não perdê-lo é que, após manusear os documentos que me interessavam, listava-os e entregava a lista para microfilmagem, de forma a dispor deles para uma leitura tranqüila e produtiva em casa. Como, porém, sempre achei oticamente incômoda a leitura de microfilme, eu encomendava sua reprodução em folhas do tamanho do documento original. Mas não ficavam por aí meus preparativos. E vou aludir a algo mais que pode parecer, à primeira vista, uma perda de tempo, mas não é. De posse das reproduções, eu não me limitava a lê-las. Uma vez selecionadas as que diziam respeito ao tema que me ocupava, copiava-as à mão (atualmente faço-o no computador), não porque tenha vocação de grafônamo, mas porque cedo verifiquei que a melhor maneira de penetrar no espírito e na letra de um texto consiste em copiá-lo literalmente antes de fazer dele qualquer outro uso.

> “O historiador não só trata de explicar o passado em termos de causas, como também de compreender, ou seja, investiga as intenções dos atores...”

RAPM - Em sua experiência em arquivos, qual a melhor e a pior recordação?

Evaldo Cabral de Mello - Vou começar pela pior recordação: a lentidão dos arquivos portugueses. A paciência que tenho, por pequena que seja, devo tê-la adquirido esperando documento na Torre do Tombo, em particular. Outra má lembrança é a da poeira que engoli todos esses anos. Quanto às melhores recordações, e para não me alongar, menciono algo que me comoveu profundamente, porque se conectava a uma lembrança da infância. Eu compulsava, na Torre do Tombo, o processo de habilitação à Ordem de Cristo de um conterrâneo de fins do século XVII, começos do XVIII. No processo de habilitação, os comissários da Ordem convocavam certo número de pessoas informadas que, em segredo, deveriam depor sobre o que sabiam das origens do candidato, se tinha sangue mouro ou judaico e outros "defeitos" que pudessem prejudicar sua admissão. No processo a que me refiro, vários dos depoentes garantiam que o sangue do candidato era tão limpo que até tinha fama de ser parente de Santo Antônio. Santo Antônio, como sabem, chamara-se no século Fernando de Bulhões. E o candidato do meu processo era realmente um Bulhões, aparentado com certo Antônio de Bulhões que possuíra engenho em Pernambuco antes da ocupação holandesa. Destarte, a família Carneiro da Cunha, que a certa altura adquirira ascendência Bulhões, passara a desfrutar da vantagem do parentesco com o grande santo português. Isso hoje seria reputado irrelevante, mas na época era uma recomendação e tanto, socialmente falando.

Ora, na minha infância eu ouvira falar que os Carneiro da Cunha eram parentes de Santo Antônio, e ficara sobremaneira impressionado com o fato.

RAPM - Quais são as operações analíticas que o historiador não pode deixar de fazer depois de reunir documentos nos arquivos?

Evaldo Cabral de Mello - Em livro publicado há alguns anos, Paul Ricoeur (falecido há poucos meses) analisou as três operações historiográficas, que, aliás, não se escalonam no tempo e são, sobretudo, níveis de trabalho intimamente imbricados e que o próprio historiador pode não distinguir com acuidade, como o faz, por exemplo, o epistemologista. A primeira operação consiste obviamente no que chamou "fase documentária", que não corresponde ao nível da memória em geral, mas apenas ao da "memória arquivada". É o trabalho de arquivo ou de fonte. A segunda, Ricoeur a chamou de "fase da explicação-compreensão". O historiador não só trata de explicar, isto é, trata o passado em termos de causas, como também de compreender, ou seja, investiga as intenções dos atores, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, classes sociais, Estados. Explicar e compreender permitem-lhe concatenar a massa de dados que reuniu durante a fase documentária ou arquivística. Os estudos históricos fazem ambas as coisas: explicam mediante causas, como na proposição "Luís XIV tornou-se impopular devido ao peso dos impostos", e compreendem mediante intenções, como na proposição "Luís XIV atacou a Holanda para aniquilar sua hegemonia comercial". A terceira fase é a da "representação", isto é, exposição ou, se quiserem, retórica – desde que entendida no bom sentido, pois não se trata do que Ricoeur intitula "deriva estetizante" – ou de uma "vestimenta verbal", posteriormente adicionada, como um verniz, aos resultados da etapa anterior. A representação constitui operação tão essencial quanto as precedentes, já que, tanto quanto elas, configura o discurso historiográfico e lhe confere coesão.

> “Nunca encontrei o documento dos sonhos, nem nunca encontrarei, porque o sonho será sempre maior que o documento...”

RAPM - Nos arquivos, qual é a emoção de encontrar o documento "dos sonhos"?

Evaldo Cabral de Mello - Nunca encontrei o documento dos sonhos, nem nunca encontrarei, porque o sonho será sempre maior que o documento, ou seja, não existe documento que atenda o escopo do sonho. Durante certo tempo, gostava de pensar que, em algum desvão ignorado de um arquivo português, devia existir o manuscrito da segunda parte do *Valeroso Lucideno*. O *Lucideno* é a crônica da guerra holandesa até 1646, escrita por um frade chamado frei Manuel Calado do Salvador, que estava bem dos dois lados e foi tanto amigo de

Nassau como de João Fernandes Vieira. Em 1646, ao iniciar-se a guerra da restauração, ele se mandou para Portugal a fim de obter ajuda do governo português para a empreitada e também para pleitear vantagens pessoais. Em 1648, publicou em Lisboa a primeira parte do *Lucideno*, que é a que conhecemos, prometendo uma continuação que nunca chegou a ser publicada, se é que foi realmente escrita. Acredito que não. É provável que ele tenha sido desencorajado pelo fato de a primeira parte ter sido, inicialmente, posta no *índex* do Vaticano devido ao registro de certas quizílias entre autoridades eclesiásticas. Pouco tempo depois deve ter falecido, pois já não se falava dele, nem retornou a Pernambuco.

RAPM - Que conselhos daria a um pesquisador iniciante?

Evaldo Cabral de Mello - É um lugar-comum que os conselhos são, via de regra, inúteis. Cada um aprende por si mesmo. Direi apenas ao pesquisador iniciante que vá para o arquivo e fique por lá o maior tempo possível, a menos que a poeira e os fungos afetem seriamente suas vias respiratórias ou sua pele. Nesta hipótese, desista de ser historiador ou vá ser historiador do século XX, que na maior parte do tempo só lida com material impresso.

> “Direi apenas ao pesquisador iniciante que vá para o arquivo e fique por lá o maior tempo possível...”

Contudo, se ficar, procure vencer os impulsos, que no começo terá, de ir embora. Se persistir, poderá adquirir o vício do arquivo ou da biblioteca e terá, para o resto da vida, uma fonte de prazer e de emoção intelectuais que não secará nunca. Direi também que entre no arquivo com um tema na cabeça, não com uma teoria que pretende apenas ver confirmada pelos documentos. Isso que digo sobre o arquivo aplica-se também às grandes coleções de documentos já publicadas. Não há encanto maior que o de percorrê-las, sobretudo se tiverem sido publicadas com esmero, como tantas que felizmente existem. Entre nelas descompromissadamente e logo estará engajado, intelectualmente, é óbvio. Não há nada na vida que se compare à experiência de ler, sem segundas intenções de escrever livro ou ensaio, uma dessas coleções. A primeira que li foi um relatório, publicado por J. A Gonsalves de Mello em 1946, contendo a relação de todos os 150 engenhos de açúcar existentes no Brasil holandês, discriminando o nome da propriedade, o santo patrono, o nome do proprietário, se a fábrica moía com água ou com bois, o número de tarefas por lavrador etc. É inimaginável a satisfação que se colhe das conexões que se estabelecem entre o passado e o presente: eis o nome de um proprietário que se tornara nome de rua no Recife, ou o nome de um engenho que ainda existia ou que se transformara em nome de um bairro da cidade.

A historia é algo de verdadeiramente mágico, a única coisa autenticamente mágica que encontrei na vida. O encanto que tive há mais de 50 anos lendo aquele relatório é o mesmo que continuo a ter agora, quando continuo a consultá-lo ou a outros documentos do período. Sinto-me tanto mais à vontade para fazer tais sugestões quanto meus primeiros, contatos com documentos, manuscritos ou impressos, não foram seguramente satisfatórios. Referirei apenas um deles. Certo dia, apanhei um volume, então recém-publicado (estamos aí por volta de 1949 ou 1950), da *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, com sua capa desestimuladoramente cinzenta de letras negras. Após os artigos de praxe dos intelectuais da terra, o número continha a transcrição paleográfica do *Livro do Tombo* do convento beneditino da Paraíba, com inventários, testamentos e escrituras. Eu terminara de almoçar uma feijoada, de modo que pouco tempo depois senti-me mal. Levei um susto que, por algum tempo, suspendeu minhas veleidades historiográficas. Para concluir, devo dizer também, com toda sinceridade, que minha escassa convivência universitária leva-me a crer que os jovens candidatos a historiador de hoje gastam muito tempo com besteira, com namoro, com papo de botequim, com festa, com discussão política. Uma das coisas que sempre me irritaram no contato com intelectuais brasileiros é o fato de preferirem falar mal do governo a falar de livros, de idéias e das suas próprias experiências intelectuais. Sendo outra vez excessivamente sincero, e portanto incômodo, a verdade é que, por trás de todo historiador, há um violento e inconfessado desejo de reclusão, embora geralmente ele não se dê conta ou tenha pudor de admiti-lo. Penso, contudo, que se ele não estiver disposto a auto-seqüestrar-se, deve ir tratar de outra vida. Que os candidatos a historiador não acreditem na cantilena de que o verdadeiro historiador precisa ter um interesse vivo pelo seu próprio tempo. Não é verdade. É altamente provável que seu tempo, como o que vivemos, seja uma merda, exceto no tocante aos progressos da medicina e ao crescimento geométrico do número de mulheres bonitas. Não tenha tampouco o propósito de melhorá-lo por meio das suas atividades historiográficas. A história não foi feita para isso, apenas para dar ao homem uma experiência do tempo que não seja o da existência meramente individual.

"Uma das coisas que sempre me irritaram no contato com intelectuais brasileiros é o fato de preferirem falar mal do governo a falar de livros, de idéias..."

A historiadora **Mary Del Priore** é professora da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e autora, entre outros livros, de *História do Amor no Brasil* (Contexto) e *Livro de Ouro da História do Brasil* (Ediouro), este com Renato Pinto Venâncio.

Página seguinte: capa do códice 2214 *(Livro de débitos dos arrematantes dos contratos das entradas junto à Fazenda Real*; termo de abertura datado de Lisboa, 30 de setembro de 1776, cobre o período 1806-1811). Coleção Casa dos Contos/APM.

Villa Boa dos Goyz
F 84

Um repertório de fontes históricas

Caio C. Boschi

O ressurgimento da **Revista do Arquivo Público Mineiro** é iniciativa que, por evidentes razões, merece somente elogios. Vêmo-la, agora, pautada por projeto editorial em que um dossiê – como o qualificativo bem designa – se constitui no elemento basilar da nova etapa do conceituado periódico.

Sinto-me lisonjeado pelo convite que me foi dirigido para apresentar o dossiê deste número inaugural. Por uma dessas inenarráveis vicissitudes das nossas atividades profissionais, em fins de 2003 vi-me na também honrosa condição de coordenador do projeto *Coleção Casa dos Contos: preservação e acesso*, que a Casa de Xavier da Veiga, naquela altura, houve por bem submeter à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

No nascedouro, o projeto visava a realizar as tarefas anunciadas no editorial que se leu nas páginas antecedentes a esta apresentação. Uma vez obtida parte considerável do subsídio pleiteado, e já então contando com o fundamental apoio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), no que respeita à concessão de alunos-estagiários, nossa ambiciosa empreitada teve o seu ritmo bastante acelerado.

Agora, felizmente, prenuncia-se o advento dos primeiros resultados concretos da grandiosa operação. Sob os auspícios da Fapemig, ainda no corrente ano deverá ser publicado, primeiramente em suporte papel, o *Inventário Analítico* dos cerca de 5.500 livros-códices que abrangem a totalidade do acervo de "encadernados" da dita *Coleção*.

Enquanto isso, vão igualmente ganhado corpo e forma os trabalhos de identificação, organização, leitura paleográfica, verbetação e sumariação dos documentos avulsos, com vistas a que possamos atingir, em futuro breve, idênticos resultados para o conteúdo das mais de 600 caixas dos acervos em causa depositadas no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

Na seqüência, é cuidar para que se (re)faça a microfilmagem do acervo e a sua desejável digitalização. Vale dizer, que se providencie a disseminação e a democratização do acesso a esse rico repertório de fontes históricas.

Dessa maneira, para além de, finalmente, termos acesso ao conjunto efetivamente integrado e integral dos manuscritos da *Coleção Casa dos Contos*, poderemos nos certificar do quão diversificado e fecundo é o escopo da documentação. Pois que, inadvertidamente, se supõe que, dada a terminologia adotada no título, a aludida *Coleção* compreende tão-somente documentos de natureza tributário-fiscal. Nada mais enganoso, como se verificará e como aqueles que consultam tais acervos, por vezes inicialmente perplexos, têm anunciado.

Todavia, cumpre lembrar que a organização e a acessibilidade aos fundos documentais – ainda que caracterizadas como atividades meritórias – são pontos de partida. São meios e instrumentos que se nos facultam e que facilitam a preparação e a elaboração de trabalhos científicos.

Por isso, louve-se a decisão de atribuir à *Coleção Casa dos Contos* a primazia entre os dossiês a serem publicados nessa nova fase da **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Louvável também foi a escolha dos autores e dos objetos-temas dos quatro artigos que se seguem.

Quanto aos autores, o enunciado de seus nomes não surpreende os leitores, particularmente quando, mais uma vez, se tem em conta o tema do dossiê. Conseguiu-se aqui congregar renomados estudiosos do Brasil e de Portugal, com diferentes formações acadêmicas e provenientes de distintas instituições e, como é de se supor, com perfis e abordagens característicos. Há que ressaltar, no entanto, a existência de certo fio condutor que interliga os quatro textos, permitindo-nos constatar a absoluta adequação de se reuni-los sob a égide de uma seção denominada *Dossiê*.

Elucidação da derrama

Luciano Figueiredo, um dos historiadores que mais têm se detido, com abrangência e verticalidade, na pesquisa documental sobre a fiscalidade na América portuguesa – condição a que se soma invulgar capacidade analítico-interpretativa nos estudos que desenvolve –, retoma a discussão em torno do conceito de "derrama", aqui enfocando-a como "uma nova concepção de governo". Ou seja, ao apontar a escassez de estudos sobre a política tributário-fiscal na Colônia, ao "dialogar" criticamente com essa bibliografia, analisa, com acuidade, variadas formas de reações ("resistências", melhor dito) manifestadas pelos súditos de "aquém-mar" diante dos excessos e do peso da carga fiscal propugnados na legislação ou efetivados, por determinação metropolitana, na aplicação de medidas de natureza tributária.

Dedica especial atenção ao estudo da eficácia e da pertinência da aplicação da *derrama*. Ou seja, detém-se, em particular, na análise das evidências de "cálculo e risco" no lançamento dessa medida, mormente à época da governança do Visconde de Barbacena (1788-1797). Ainda que escudado em vasta e bem selecionada documentação primária, reconhece e explicita a provisoriedade de suas lúcidas inferências

e de suas consistentes conclusões, tendo o bom senso de identificar as oscilações e, inerentemente, as contradições da política fiscal ao longo do período objeto de sua análise.

Por oportuno, refira-se, por não ser de menor importância, a menção que o autor faz, apresentando exemplos da potencialidade exploratória das fontes, ao fato de que "a enigmática e mal compreendida derrama pode ser finalmente descortinada em sua raiz com a progressiva divulgação do conteúdo da documentação da Casa dos Contos, cuja organização segue a passos largos".

No país dos diamantes

Não menos significativo é o contributo de Angelo Alves Carrara com o seu *Desvendando a riqueza no país dos diamantes*. De há muito reconhecido especialista nos temas concernentes à fiscalidade no Brasil, em cujos trabalhos ficam patentes a sua dupla – e, para o caso, relevante – formação acadêmica de contabilista e de historiador, Carrara nos oferece original estudo sobre a distinção de tratamento perpetrada pela Coroa portuguesa no que tange à administração diamantífera comparativamente à do ouro.

Sua análise, sem embargo de se reportar à também parca bibliografia especializada, fundamenta-se basicamente em *corpus* de legislação, sobretudo nas diferentes "séries documentais que compõem o acervo da Intendência dos Diamantes da Comarca do Serro do Frio". Com fina competência, Carrara destrinça essas séries, identificando-as e apontando imensas possibilidades de utilização das mesmas para futuros estudos. Nesse sentido, organiza e apresenta, por meio de preciosas tabelas e gráficos, vasto material informativo compilado sob a forma de subtemas, tais como receitas e despesas da Intendência, matrícula de escravos, entradas de diamantes para os cofres régios e tributação incidente sobre as lojas e vendas do Distrito, dentre outros.

Descaminhos do ouro

As historiadoras portuguesas Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa propicionam-nos a leitura de um texto, por todos os atributos, verdadeiramente singular e original: seja pelo conteúdo estampado no título, seja por contestarem a propalada inverdade de não se poderem realizar estudos sobre as entradas de ouro em Portugal sob o pretexto da destruição dos registros contábeis por força do terremoto que desfigurou Lisboa há exatos 250 anos. Para ficar em apenas dois aspectos salientes desse belo estudo, realço a utilização, pelas autoras, de um dos numerosos fundos arquivísticos lisboetas que pouca (ou nenhuma) atenção tem merecido por parte dos pesquisadores de nossa História. Refiro-me aos *Livros de Manifesto*, cuja riqueza informativa, há décadas, Vitorino Magalhães Godinho enaltecera.

O texto de nossas colegas lusitanas, que ora se publica, é parte de um amplo projeto de investigação por elas levado a efeito sobre a "cultura fiscal" em Portugal. Nesse, a questão tratada, como elas declaram, diz respeito à adequação da taxação tributária, isto é, ao cálculo do montante das remessas tributadas de ouro que deveriam afluir aos cofres régios. Na abordagem, Costa, Rocha e Sousa – sem desdenharem a importância da utilização das decisões e das medidas legais produzidas pelas autoridades portuguesas – convergem seus esforços, com originalidade, para a compreensão crítica do "comportamento dos agentes envolvidos na circulação do ouro". Em outros termos, sem desprezar as análises centradas na legislação, no controle e na produção do ouro, privilegiam como objeto de estudo a circulação desse metal.

Por conseqüência, não fogem à nuclear e fluida questão do descaminho do ouro, "das dúvidas e imprecisões quanto às quantidades produzidas", em especial do contrabando praticado. Ao contrário, é nesse contexto que destacam o significado operacional e, portanto, político-administrativo da Casa da Moeda de Lisboa no século XVIII. Em meio à vastidão documental armazenada naquela instituição, e a partir do tema-objeto proposto, elaboraram exaustiva compilação de dados referentes ao Direito do 1%, tributo que incidia sobre o ouro transportado do Brasil para Lisboa por frotas próprias.

Quanto ao banco de dados organizado, as autoras identificam os obstáculos que se lhes antepuseram na sua concepção e montagem, e os recortes que inevitavelmente tiveram que efetuar. De tudo, retiram percucientes ilações e penetrantes inferências, expressas em texto escrito com clareza e prenhe de criteriosas interpretações dos dados reunidos e aqui divulgados nos seis gráficos com que encerram seu artigo.

Em resumo, demonstram como se configurou uma política monetária através da qual a Coroa portuguesa pretendia alcançar controle absoluto sobre o referido contexto, qual seja, desenvolver a amoedação e, concomitantemente, cercear a evasão fiscal.

A Casa dos Contos

Na concepção do dossiê, por razões óbvias, tornou-se imperativo incluir texto que tratasse da soberba edificação setecentista que embeleza a paisagem urbana de Ouro Preto e que empresta seu nome ao conjunto documental da *Coleção*. Importava, pois, melhor conhecer a Casa dos Contos, no sentido estrito da terminologia. Nessa medida, poucas pessoas se encontram tão bem preparadas para fazê-lo quanto o engenheiro Eugênio Ferraz. Ativo participante dos trabalhos de recuperação e de restauração física daquele imóvel, ele é também o gestor do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, ali sediado. Importava saber detalhes da evolução do uso conferido ao majestoso casarão no decorrer dos mais de 200 anos posteriores à sua construção. Se na sua gênese – e durante vários anos – ele se (con)fundiu com o seu proprietário, João Rodrigues de Macedo, cumpre recordar que, nos albores do século XIX, o palacete foi confiscado pela Coroa a título de quitação parcial das dívidas do célebre contratador. Metafórica e simbolicamente, eis aí o onipresente fiscalismo em multiformes expressões!

Termino esta apresentação enfatizando o sintomático e considerável traço comum aos quatro textos: o deliberado propósito dos autores de fazerem das suas considerações finais, ou de suas conclusões, pontos de inflexão e proclamação das potencialidades para a continuidade ou para a verticalização dos estudos com que nos brindam. Prova disso são as fartas referências documentais e bibliográficas que não puderam ou que não tiveram oportunidade de aproveitar nos trabalhos ora publicados, os gráficos e as tabelas, enfim, toda a sorte de informações e também de problematizações que, generosamente, cedem aos leitores.

Bom sinal, excelente (re)começo! Quanto mais não fosse porque, com tal postura, os mencionados autores, ainda que talvez de maneira inconsciente, permitiram-nos captar e recuperar um forte traço de ligação entre as diretrizes editoriais que norteiam a novel fase da **Revista do Arquivo Público Mineiro** e as duas que a antecederam.

O historiador **Caio César Boschi** é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), onde dirige o Centro de Pesquisa Histórica, e autor de *O Barroco mineiro: artes e trabalho* (Brasiliense), *Os Leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais* (Ática), entre outros trabalhos.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Derrama e política fiscal ilustrada*

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

O exame das sucessivas derramas decretadas em Minas Gerais entre 1764 e 1777 revela que, antes de ser opressiva, a política ilustrada de Portugal buscou envolver os mineiros na tarefa de arrecadação do quinto, além de estreitar seus vínculos com a metrópole.

> O simples enunciado da palavra derrama evoca imagens de terror e perseguição fiscal, associadas à Inconfidência de Minas Gerais em 1789. A precipitação da conspiração anticolonial, ao aparecer associada aos excessos tributários do lançamento da derrama, serve como verdadeiro catalisador de um longo e persistente quadro de resistências e protestos antifiscais.

A formação do Antigo Sistema Colonial, em sua componente fiscalista, produziu toda a sorte de constrangimentos aos moradores da América que, reconhecendo-se como súditos, resistiram às injustiças provocadas pelos excessos da política tributária. Não raro tais resistências alcançaram a forma violenta das insurreições, como as revoltas de 1660 no Rio de Janeiro – quando a cidade fica seis meses controlada pela elite rebelde –, a de 1710/11 em Salvador – contra as taxas do tráfico negreiro e monopólio do sal –, e as de 1720 e 1736 em Minas Gerais, quando se recusou a forma de cobrança do quinto do ouro.

Assim, muito antes da grave crise política em fins do século XVIII, quando a derrama aparece quase sempre em destaque, o espectro das resistências antifiscais poderia ser alargado sob a política ostensiva de restrições e exigências financeiras que sustentavam o pacto colonial.

Com a criação e implementação das Companhias de Comércio no século XVII, o engessamento do fluxo comercial da Colônia e, em última análise, de sua produção, se completaria, subordinando o escoamento dos gêneros produzidos na América portuguesa. A restrição aos prazo de partida das frotas, as taxas – elevadas para os pequenos produtores – e a paralisia de setores expressivos da produção brasileira ocasionaram uma guerra contra o monopólio.

A frota – nas palavras de um cronista do "viver baiano" – se "não traz nada / por que razão leva tudo?"[1]. A seguir, condenava seus danos e injustiças (a " ... frota com a tripa cheia,/ e povo com pança oca!..."), que contribuíam para a generalização da fome na sociedade colonial. Na Bahia, região atingida especialmente pelos efeitos da ação da Companhia, viver-se-ia com um impacto todo especial o problema da carestia de gêneros[2].

Essas e outras dificuldades seriam apontadas no documento em que "queixa-se o povo da cidade da Bahia de Todos os Santos e partes do Estado do Brasil a Vossa Majestade que Deus Guarde, por seu procurador, do dano, que recebe da Junta, e Companhia Geral do Comércio do dito Estado..."[3]. Em 18 de janeiro de 1652, o protesto encaminhado pelo procurador do povo, Antonio da Fonseca, retratava sem retoques a situação da Bahia diante das modificações determinadas pela presença da Companhia. Três efeitos básicos derivados do monopólio eram especialmente agudos: carestia e falta de gêneros; alta de preços; redução das receitas destinadas ao sustento da praça e presídio.

Revolta no Maranhão

Entretanto, o capítulo mais violento da resistência colonial ao monopólio das privilegiadas companhias de comércio ocorreu no Maranhão. Repetindo a fórmula idealizada para a porção meridional da América, o Brasil, o Alvará de 12 de fevereiro de 1682 concedeu-lhes o privilégio exclusivo por 20 anos de todo o comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão[4]. Com as tensões acumuladas naquela conjuntura de crise, emergiu a figura do senhor de engenho de origem portuguesa, Manuel Beckman, de quem se suspeita possuir incomum ilustração e cujo sobrenome fora aportuguesado para "Bequimão", como líder dos grupos insatisfeitos[5]. Ele e seu irmão, o poeta satírico Tomás Bequimão, organizaram encontros, realizados no convento dos capuchinhos, e redigiram e espalharam pasquins injuriosos aos assentistas pela cidade de São Luís. Ausente o governador, a revolta armada explodiu na madrugada da sexta-feira de Passos, 24 de

fevereiro de 1648, com planos de expulsar os assentistas e os jesuítas e depor o governador e capitão-mor. Os grupos de amotinados seguiam "pelas principais ruas, batendo em todas as portas, e agregando a si, bem ou mal armados, os moradores"[6]. Nomearam, então, Manuel Bequimão um dos dois procuradores do povo, convocaram uma junta do "clero, nobreza e povo" na Câmara Municipal e aprovaram as medidas de abolir o estanco, expulsar definitivamente os padres da Companhia e depor o governador.

Fonte séria e permanente de desgaste foram ainda os arrendamentos e contratos de particulares com direito exclusivo à exploração de alguma produção, para a distribuição de mercadorias ou para a cobrança de determinados tributos. Contratadores, arrendatários e rendeiros se espalharam pelo mundo ultramarino, vindo a ser parceiros da Coroa nas atividades econômicas em que esta era incapaz de atuar, com privilégios e exclusividade àqueles que detivessem condições de investir e de exercer em nome do Estado algumas de suas funções.

Freqüentemente, os contratadores que recebiam as concessões sobre o comércio de certos gêneros evadiam-se da obrigação de cumprir com o fornecimento da farinha e do soldo à infantaria local. Alegavam prejuízos ocasionados pela diminuição repentina do comércio durante o período de vigência do seu contrato, o que os impossibilitaria de alcançar os rendimentos previstos, ou simplesmente deixavam de pagar as obrigações com a tropa por ganância, protegidos por certa impunidade. Esse procedimento desaguou em tensões extremamente vigorosas, atingindo na Bahia seu ponto máximo com a eclosão da Revolta do Terço Velho, em 1688, quando os soldados da cidade reagem aos constantes atrasos no seu soldo e no fornecimento da farinha e da farda[7]. Diante dos amotinados, que pressionam a Câmara Municipal exigindo o pagamento de nove meses de soldo atrasado, seus vereadores, alegando falta de recursos próprios, acusam os contratadores que arremataram o tributo do vinho de "haverem faltado" com as "pagas da infantaria desta praça".

Em outro plano, o roteiro dos desgovernos da gestão financeira colonial parecia inspirado nas palavras do padre Antonio Vieira, quando denuncia: "... alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens..."[8]. Mas o fato estaria longe de se esgotar nas pregações do incansável jesuíta. A venalidade dos funcionários do ramo, ainda no Rio de Janeiro, inspiraria, em 1779, o Marquês do Lavradio a entoar a mesma ladainha:

> Os ministros de ordinário que vêm para estes lugares [...] em nada mais cuidam que em vencer o tempo por que foram mandados, [...] e no tempo que residem nos mesmos lugares vêem como os podem fazer mais lucrosos, de sorte que, quando se recolhem, possam levar com que fazer benefício às suas famílias[9].

Princípios do bom governo

Antonio Manuel Hespanha, ao analisar os discursos a respeito da Fazenda Real em Portugal, recorda que "as regras de ouro da gestão financeira" eram "as mesmas que presidiam a toda a atividade de governo: as da justiça, ou seja, de que qualquer intromissão do rei no patrimônio dos vassalos deveria ser excepcional e que só seria legítima precedendo justa causa, igualdade e justiça materiais e processo devido..."[10].

Confirmando a assertiva do historiador, os ministros dedicados à gestão dos negócios coloniais e a viabilizar o bom governo nas lonjuras do Novo Mundo, acomodados no Conselho Ultramarino, reconheceram em não poucas ocasiões o excessivo "peso dos tributos" diante das "forças e cabedais dos vassalos"[11]. Um dos mais destacados ministros do Tribunal, Antônio Rodrigues da Costa, denun-

cia com veemência e ironia a voracidade sem peias com que a "nação portuguesa" [i. é, Portugal] vexava os súditos coloniais.

Em alusão à patente desigualdade com que se comportava a fiscalidade aplicada no Reino e os tributos que vexavam o Brasil, provocou, em parecer endereçado ao soberano: "Nem os portugueses souberam nunca pronunciar sete milhões", referindo-se à exigência do pagamento dos dotes com os quais os colonos deveriam colaborar em 1727 [12].

Rodrigues da Costa pondera a respeito dos tributos coloniais sob os quais manifestavam-se desequilíbrios fundados, seja na desproporção entre o volume do que é cobrado e a posse dos contribuintes, seja na genuína urgência e necessidade, "porque nem ele, nem seus sucessores podem restituir os tributos que levaram indevidamente..." [13].

Embora preocupado com a consciência do príncipe que lançou tributos – "porque nem ele, nem seus sucessores, podem restituir os tributos que levaram indevidamente..." [14] –, o que de fato merece atenção é que, sem necessidade real , "e se não vem despender com ela", o recurso da monarquia ao imposto "faz o governo estranhamente aborrecido". E sua perspectiva a respeito dos tributos trata sobretudo dos seus efeitos sobre as ameaças que pesam nos Estados. Os impostos, quando excessivos, injustos e ilegítimos, motivavam o progressivo afastamento dos súditos em relação à "persuasão monárquica", conforme expressão de Roger Chartier [15].

Alinha o parecer evidências do excesso de tributos no Brasil em torno do imposto de 10% nas alfândegas sobre produtos coloniais comercializados para Portugal e da contribuição ao dote para o casamento real [16]. Ao primeiro atribui sobrecarga e bitributação sobre os gêneros; ao segundo critica, com estranha contundência, a mentira em torno de seu caráter voluntário e sua duração, que acabariam por prolongar os "aborrecimentos" com o rei.

Adverte Rodrigues da Costa, em síntese, que "...a paciência muitas vezes ofendida degenera em furor" [17].

Cobra, nesse sentido, o respeito às regras clássicas do bom governo inscritas na tradição portuguesa da relação entre soberano e súditos, cuja "principal máxima dos senhores reis de Portugal [...] foi sempre tratarem os seus vassalos como pais, e não como senhores", para justificar, a seguir, todo o passado épico de glórias da nação. Lembra a natureza servil que traduz o pagamento dos tributos nas consciências coletivas.

As recomendações contrárias à imposição de tributos aos súditos amparavam-se solidamente na teologia moral escolástica, que definia a ilicitude dos impostos novos a partir de quatro justificativas: a falta de poder tributário de quem os criou, a de não visarem ao bem comum, a de incidirem sobre os bens de sustentação e a de sobrecarregarem mais os pobres que os ricos, sendo, portanto, desproporcionais [18]. Também a duração interminável de muitas contribuições seria lembrada diuturnamente, tanto nos protestos dos vassalos quanto nas recomendações dos conselheiros régios, valorizando a situação de sofrimento.

Não raro a contundência da crítica fiscal apareceu valorizada ao se referir à aplicação dos recursos em finalidades diversas daquelas que justificaram a adoção do imposto. O desvio das receitas acabava por assanhar a natureza ilegítima e odiosa da fiscalidade sobre os vassalos, uma vez que a suspeita de se estar enganando os povos indica conduta dos administradores incompatível com a virtude que deve presidir a república.

De outra parte, a imposição do peso dos tributos sobre os colonos aparecia relacionada à sua forma de aprovação. Os "homens de negócio" da Bahia, em 1728, buscam persuadir o rei a respeito da ilegitimidade de um tributo a que se viam obrigados a pagar. Para que ele fosse justo, seria preciso que fossem "convocados e ouvidos os povos, e se ajustasse este tributo em Cortes" [19].

Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Óleo s/ tela de Louis Michael Van Loo, 1766, acervo Câmara Municipal de Oeiras, Portugal, *in* MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Também nas comarcas mineiras a repartição desproporcionada da tributação parecia ferir a parte mais humilde da comunidade. Diante da contingência de se recolherem recursos para o sustento das crianças expostas, denunciava a Câmara do Serro Frio a "extraordinária multidão de pessoas privilegiadas e isentas de pagar semelhantes fintas", o que fazia recair "a satisfação delas sobre a parte mais fraca do povo..." [20]. À desigualdade mesclava-se comumente a violência da cobrança, como ficou patenteado na celebrizada passagem das *Cartas Chilenas:* "Envia bons soldados às Comarcas, / E manda-lhes, que cobrem, ou que metam / A quantos não pagarem nas Cadeias" [...] O pobre, porque é pobre, pague tudo, / E o rico, porque é rico, vai pagando / Sem soldados à porta, com sossego!" [21].

A solução ilustrada

A fiscalidade escorchante sobre os colonos da América portuguesa, se obedece ao cálculo lógico de se recolherem recursos onde eles afloravam mais abundantes no vasto Império, como vimos, traria efeitos contrários à sua própria reprodução. O problema foi retomado em um estudo de Joaquim Romero de Magalhães, que afirma:

> A organização imperial ultramarina assente no rei-mercador poupou à população do reino esforços tributários. O ultramar era uma reserva do rei, que por vezes podia transferir dificuldades acumuladas para o reino, mas que não vertia as suas carências diretamente sobre as gentes portuguesas. O que explica também uma falta de consciência da relação coletiva do que pudesse ser tido por comunidade 'nacional' [22].

Ao que parece, a criação da derrama a partir de 1750 busca aplacar e solucionar, além do vetor fiscalista, essa "falta de consciência da relação coletiva do que pudesse ser tido por comunidade 'nacional'". A mudança no método de arrecadação do quinto em Minas Gerais, em 1750, sob orientação de Sebastião José de Carvalho e Melo, sublinha de maneira exata a interdependência entre mercantilismo e fiscalismo que se acentua sob o reformismo ilustrado. Afinal, sob o sistema tributário fundava-se inextrincavelmente a sustentação do que Francisco Falcon outrora designou de "mercantilismo ilustrado" [23].

Passava assim a ser crucial a melhoria da arrecadação do quinto como garantia para o reequilíbrio da balança comercial, reiterando a perspectiva, agora plenamente assumida, de que a recuperação das finanças do Estado dependia da recuperação dos rendimentos coloniais. A aprovação do alvará de 3 de dezembro de 1750, contudo, é cercada de grossa polêmica, urdida sobretudo por Alexandre de Gusmão. Criador do método de cobrança do quinto através da capitação, posto em prática nas Minas em 1735, a reintrodução das casas de fundição na Capitania soava como derrota de seus mais caros princípios.

Seus protestos eloquentes, apareceriam sistematizados nos *Reparos* sobre a disposição da lei de 3 de dezembro de 1750. A maior originalidade do método da capitação e censo de indústrias criado por Gusmão, e que espelhava uma compreensão abrangente da economia mineradora, referia-se justamente à ampliação dos contribuintes do quinto, não apenas os que mineravam, mas todos aqueles que se beneficiavam indiretamente do minério circulante, como os homens forros, comerciantes e oficiais mecânicos. O sistema que se anunciava em substituição ao seu método recriava, segundo o atilado Gusmão, velhas e sérias injustiças, especialmente em vista da sobrecarga fiscal sobre os mineradores.

Ao incidir sobre esses que, "ocupados continuamente no seu laborioso exercício, rara vez perdem de vista as suas lavras, nem saem das minas", a cobrança do eventual *deficit* na arrecadação anual do quinto punia aqueles que eram os menos responsáveis pela baixa arrecadação: "Digo também que o mineiro sempre tem pago a Sua

Majestade tudo quanto lhe deve [...] pode haver injustiça mais escandalosa, do que obrigá-lo a pagar novamente por aqueles que fraudaram a fazenda real, ficando os verdadeiros fraudadores isentos de pagar cousa alguma?"[24]. Alegava Gusmão que mercadores, roceiros e empregados, os principais responsáveis pelo contrabando do ouro, deixavam de contribuir à derrama.

Outra fonte de injustiça denunciada por Alexandre de Gusmão era a forma de repartição do *deficit* anual, quando a quantia a ser derramada deveria ser repartida por todas as comarcas de maneira equivalente. Em seu primeiro parágrafo, o alvará de 3 de dezembro de 1750 orientava como deveria ser o cálculo do quinto e a preparação da derrama: "Se reduza a totalidade de uma soma o que se achar nos cofres de todas as respectivas comarcas" e, "havendo diminuição, se não faça a derrama pelas comarcas separadamente"[25]. Isso significa que o *deficit* seria repartido igualmente pelo número de comarcas, sem importar que para a contribuição da arrecadação do quinto, a despeito de as cem arrobas não terem sido alcançadas, algumas delas tivessem contribuído mais que outras[26].

Regras de ouro

A regulamentação da derrama, conforme o alvará de 1750, feria regra de ouro do bom governo da Fazenda Real ao tributar aqueles que já o haviam sido e estabelecer a má divisão da arrecadação entre as comarcas, desrespeitando a proporção do imposto entre os contribuintes. A crítica de Gusmão se amparava em uma fusão entre os princípios convencionais do bom governo da fazenda real e a natureza instável dos colonos mineiros diante dos tributos. Para ele, os colonos em Minas deveriam ser atendidos com justiça a fim de não se motivarem descontentamentos. A idéia prevalece na fase pombalina, mas a implementação da derrama sugere que esses colonos passam a ser encarados como colaboradores e elementos que contribuem e participam da execução da política colonial. A generalização da cobrança da derrama, pecado que Gusmão denuncia, revela uma concepção de fiscalidade mais atilada com o pombalismo e as novas noções subjacentes às relações coloniais: o colono deixa de ser o objeto da política e passa a partícipe dela. Nada mais justo que repartir o ônus dos descaminhos entre todos eles.

A despeito de Gusmão estar ou não correto em suas críticas, é interessante notar que lhe parecia escapar outro tipo de cálculo presente nas diretrizes da cobrança da derrama, podendo essa ser considerada, inversamente, como um dos recursos de grande prudência e persuasão empregados pela Coroa. O perigo envolvido no lançamento fiscal na capitania de Minas parece ter levado Portugal à combinação de firmeza tributária – no desejo de confirmar seus níveis de arrecadação, prudência – nos cuidados dessa cobrança, e persuasão – manifesta no intuito de cooptar aqueles que seriam prejudicados com a prática generalizada do contrabando.

Afinal, havia no período algumas certezas que nortearam o conjunto da política fiscal com relação a Minas: a mineração de ouro não se encontrava em declínio, o contrabando e os descaminhos eram francamente praticados na região, excessos fiscais contra os moradores da capitania não traziam bons resultados. A criação da derrama caminha nesse fio de navalha.

O elemento de maior originalidade na política tributária em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, foi o peso alcançado pela repressão ao contrabando e ao descaminho. Não seria exagero defender aqui que foi o espectro do descaminho do ouro que conduziu as medidas de reforma da administração pombalina para Minas. A intensidade com que transcorria o contrabando trazia novos conteúdos ao pacto constitutivo da relação entre governantes portugueses e súditos mineiros. Os habitantes de Minas Gerais eram constantemente acusados de

serem desinteressados de seu rei. Fosse nas Instruções que os governadores levavam ou nos pareceres preparados pelo Conselho Ultramarino, os mineiros eram encarados com desconfiança quando o assunto era cobrança de impostos.

Ao mencionar as dificuldades enfrentadas nas ocasiões em que a derrama foi cobrada, o ministro Martinho de Melo e Castro afirma que "reduzir a nada" o rendimento do quinto "é o grande objeto dos habitantes de Minas, desde o momento que ali se estabeleceu a contribuição do quinto do ouro (...)" [27]. O argumento atacando a resistência dos mineiros ao quinto era permanente. O próprio método da capitação, segundo um maior de seus detratatores, causava reclamações, não porque fosse pesado demais para ser pago, mas sim "por não terem descoberto até agora meio de fazer fraude que os utilize" [28]. A recusa dos colonos diante dos direitos reais constituía a peculiaridade daqueles moradores. Conjecturava Martinho de Mendonça de Pina e de Proença: " Todo o povo se move por apreensões, mais que pelas realidades. Porém nisto excede a todos o vulgo das Minas, que só apetece novidades e mudanças, sem averiguar se lhe são prejudiciais..." [29].

Desde então, a colaboração para o direito real do quinto abandona as velhas fórmulas centradas na incidência exclusiva sobre o minerador, passando-se a buscar, ante a ameaça de uma cobrança generalizada daquilo que faltava à cota de cem arrobas, o concurso de todos os grupos sociais no combate ao descaminho. A instituição da derrama reflete uma nova concepção de governo testada na região mais instável do Império. Essa nova faceta da tributação, regulada pela lei de 3 de dezembro de 1750, refere-se a sua vinculação ao ideário das luzes.

Pombal parecia convencido do sucesso da derrama quando, nas instruções dadas ao governador dom Antônio de Noronha em 1775, reitera a necessidade de combater o descaminho do ouro, associando-o à derrama: "De semelhantes extravios e roubos se origina a derrama para completarem as cem arrobas de ouro, a que se obrigam os mesmos povos" [30]. Levando em conta que àquela altura a derrama já havia sido aplicada em duas ocasiões, o marquês sinalizava a correção das medidas, e bem longe de demonstrar grandes preocupações com qualquer instabilidade política decorrente de sua aplicação. Demonstrando confiança, recomendaria: "Esta derrama se deve indispensavelmente fazer todos os anos, em que se não chegar a completar a conta de 100 arrobas de ouro" [31].

A concepção política subjacente à derrama pombalina é que parecia original, conforme explica o ministro: "Na inteligência de que a mesma Derrama não somente foi estabelecida para, realmente, se perfazer a referida conta, mas também para que todos os moradores do Distrito dessa capitania servissem de Fiscais dos mesmos contrabandos; pois, sendo compreendidos geralmente todos na Derrama, os roubos que uns fazem redundam em prejuízo dos outros que os não fizerem (...)" [32]. Uma década antes, em 1765, em carta régia dirigida ao governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva, que acabara de conseguir arrecadar com sucesso, através da derrama, os prejuízos de 13 anos de quinto insuficiente, ponderou: "Que Vossa Senhoria ponha um grandíssimo cuidado em vigiar esta casta de homens [i. é contrabandistas] e persuadir os povos que eles lhes são tão prejudiciais como agora acabam de experimentar; que por isso os deve refutar inimiigos em segredo, mas autorizá-los para os prenderem onde quer que forem achados" [33].

Súditos e soberano

A política da derrama envolve essa nova perspectiva de que o sucesso da política colonial, em especial o combate ao contrabando, dependia não apenas de medidas de força, mas da elaboração de um estreitamento entre os interesses do rei e dos súditos, vínculo que vinha se perdendo gradualmente nas Minas, conforme o entendimento

Detalhe do documento 4 da partilha 20285, cx 89 *(Instruções do Real Erário ao Governador e Capitão General (sic) de Vila Rica a respeito da Administração e Arrecadação da Fazenda Real.* Marquês de Pombal, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 7 e janeiro 1775). Coleção Casa dos Contos/APM.

1775

261

Instrucçoens que ElREY Meu Snr.: manda dar pelo Real Erario, ao Governador, e Capitaõ General de Villa Rica, arespeito da Administração, e Arrecadação da Fazenda Real.

O principal objecto, que deve ter prezente quem tem ahonra de ser encarregado de qualquer Governo Ultramarino; he aboa administração das Rendas Reaes, de q. tanto depende asegurança publica, por serem as Conquistas afonte de q. emanaõ as Riquezas, que fazem respeitado, e opulento o Estado: O augmento das Rendas Reaes, principalmte. depende da Agricultura, da Industria: dafacil Circulação do Commercio, edaboa Arrecadação da Real Fazenda.

Saõ o Commercio, e Agricultura, as duas bazes nas quaes, mais do q. em outras, se costumaõ sustentar estaes Rendim.tos mais consideraveis da Capitania das Minas Geraes: Quan

Detalhe do documento 4 da partilha 20285, cx 89 *(Instruções do Real Erário ao Governador e Capitão General (sic) de Vila Rica a respeito da Administração e Arrecadação da Fazenda Real.* Marquês de Pombal, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 7 e janeiro 1775). Coleção Casa dos Contos/APM.

dos analistas contemporâneos das perspectivas políticas típicas do Antigo Regime.

Cautela foi a palavra de ordem quando se tratou da necessidade de aplicar a derrama. Lembrava El Rei em carta régia ao governador da capitania, Conde de Valadares, em 1767: "Essas derramas são de conseqüência assaz forte, e por este motivo confia Sua Majestade que Vossa Excelência não só auxilie quanto couber no possível os mineiros, tratando-os com toda urbanidade e amor"[34].

A preparação do expediente da derrama inspira-se na proposta que o povo da capitania de Minas havia feito ao rei, em 1734, desde que a Coroa desistisse de implementar a capitação, chegando a ser aplicada então. Antes disso a derrama já havia sido aplicada em diversas ocasiões em Minas Gerais. Nas Instruções para o Visconde de Barbacena…, o ministro Martinho de Melo e Castro refere-se ao regime de cobrança do quinto até 1719 como "método das bateias e derrama".

Não se devem estranhar tais situações. Diversas são as imprecisões que cercam a derrama. A primeira delas refere-se ao seu significado técnico pois, antes de tudo, ela está longe de ser mais um imposto. A obra *Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal antigo* bem situa as imprecisões: "Embora vulgarmente seja, às vezes, considerada como imposto, na realidade é mais uma forma de lançamento e de arrecadação de tributos, onde o fisco fixa um total certo para uma determinada circunscrição, o qual deve ser repartido pelos contribuintes"[35].

A derrama porém, foi algo mais que a fixação de um total certo para determinada circunscrição, expediente que alude à finta, com a qual aparece aqui confundida. Tratava-se, isto sim, da operação de cobrança dessa cota fixada. Assim, se o total fosse alcançado, dispensar-se-ia a derrama.

A confusão repete-se em Bessa: "Derrama […] era contribuição ou imposto, repartido pelos habitantes de uma terra. Equivalia a finta, em seu sentido legítimo"[36]. Assim, se quiséssemos ser rigorosos diante do sentido do termo derrama em Portugal e no Brasil – já que esta era prática comum em Minas, no restante da Colônia e na Europa Ocidental –, deveríamos qualificar a derrama definida pela lei de 3 de dezembro de 1750, na sua especificidade, como "derrama para se completarem as cem arrobas de ouro do quinto".

Como era operada, de acordo com o alvará, a sua cobrança? A derrama deveria envolver a contribuição, por parte das câmaras, de maneira sincronizada, isto é, cada câmara não poderia cobrá-la sem que as outras estivessem fazendo o mesmo. O poder municipal seria, nesse processo, assessorado pelo ouvidor, pelo responsável pela justiça, pelo intendente, pelo encarregado da Fazenda e pelo fiscal de cada comarca. O alvará, contudo, apresentava a cobrança em suas linhas gerais, cabendo sua execução ao governador da capitania.

O exame da documentação correspondente à arrecadação em algumas comarcas permite perceber que era nomeado um tesoureiro-geral para a supervisão da cobrança. Subordinados às suas ordens, estavam os tesoureiros das

intendências do ouro, um para cada comarca. Cada um desses tesoureiros escolhia os cobradores que seriam responsáveis cada qual por seu distrito fiscal.

Como era feito o cálculo? O alvará de 1750 era muito claro a respeito: "Logo que principiarem a laborar as casas de fundição [...] todo o ouro que nelas ficar, pelo direito dos quintos, se acumule em cada um ano, reduzindo-se a totalidade de uma só soma, o que se achar nos cofres de todas as respectivas comarcas; para assim se concluir, se há excesso ou diminuição na cota das cem arrobas de ouro [...] não chegando o produto dos quintos a completar as mesmas cem arrobas, as completariam eles Povos por via da derrama" [37]. A cada derrama as comarcas, ao todo quatro, deveriam, individualmente, recolher o equivalente à sua parte na dívida geral.

O que ainda não se sabe ao certo é se havia uma proporção pré-fixada sobre os bens ou se ela era estabelecida a partir do cálculo do total dos patrimônios dos distritos, confrontado com a quantia que se devia arrecadar. O rol preparado pelo cobrador do distrito listava nominalmente todos os seus moradores que dispusessem de propriedades e bens e, mesmo sem relacioná-los, conseguia com sucesso determinar seu valor total. A derrama incidia sobre um percentual desse valor total de bens de cada um dos moradores. Era também contabilizada a população total do distrito, independente do fato de nem todos possuírem bens.

Proporcionalidade

Assim, o que podemos supor, enquanto as pesquisas não avançam, é que, completado o recenseamento dos bens e das pessoas da comarca, o total era repartido pelos distritos em proporção ao número de seus moradores e, a seguir, cobrado um percentual proporcional daqueles que tiveram seus bens totalizados.

Desconhece-se porém se os indivíduos recebiam notificação do tesoureiro, comunicando a quantia que deveriam pagar. Em que lugar efetuavam o pagamento: na intendência do ouro da comarca? Ou o cobrador percorria os distritos mais distantes das vilas, recolhendo as contribuições *per capita*?

As contribuições desses distritos, ao longo dos quartéis do ano, eram somadas e alinhadas às de outras unidades semelhantes, por comarca. Se a base desse cálculo permanece incerta, há porém fortes evidências na documentação até o momento coletada de que a cobrança arrastava-se por longos períodos. Embora a política fiscal portuguesa para a América tenha sido precariamente estudada, é inegável que as imagens da opressão fiscal constituíram fortes argumentos em favor da perspectiva nativista de entendimento da época colonial. Herdeira talvez dessas imagens, a construção elaborada pela historiografia a respeito da derrama vai associá-la a processos de cobranças despóticos e deflagração de conflitos sociais, como síntese de uma política colonial sem qualquer prudência ou cuidado pelo exercício da justiça por parte da metrópole. Tintas fortes foram empregadas amiúde na ilustração desse processo.

Vejamos a passagem de Caio Prado Jr. em sua *História Econômica do Brasil:*

"... fixou-se uma certa quota anual mínima que o produto do quinto devia necessariamente atingir. Esta quota, depois de algumas oscilações, foi orçada em 100 arrobas (cerca de 1500 quilos). Quando o quinto arrecadado não chegava a estas 100 arrobas, procedia-se ao derrame, isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Os processos para consegui-lo não tinham regulamento especial. Cada pessoa, minerador ou não, devia contribuir com alguma coisa, calculando-se mais ou menos ao acaso as possibilidades. Criavam-se impostos especiais sobre o comércio, casas de negócio, escravos, trânsito pelas estradas, etc. Qualquer processo era lícito contanto que se

completassem as 100 arrobas do tributo. Pode-se imaginar o que significava isto de violências e abusos. Cada vez que se decretava um derrame, a população atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sob o terror; casas particulares eram violadas a cada hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam, Isto durava não raro muito meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade quando não sua vida" [38].

Se a passagem muito contrasta com as inumeráveis recomendações das diversas autoridades de zelo e cuidado extremo quando de sua aplicação, há registros de prisões quando da cobrança da derrama no Serro Frio em 1774 [39]. A aplicação da primeira derrama, de acordo com o alvará de 1750, transcorre entre os anos de 1763 e 1764, buscando-se com ela arrecadar 17 arrobas de ouro correspondentes aos 13 anos de quinto insuficiente. O processo de recolhimento da derrama, que alcança sucesso ao perfazer o total devido, parece ter obedecido aos princípios básicos ditados pelo alvará, pois todos os grupos sociais concorrem, mesmo aqueles habitualmente acobertados pelos privilégios e isenções. Nas suas instruções ao governador Visconde de Barbacena, Martinho de Melo e Castro sublinharia essa abrangência social, "fazendo entrar nela [derrama], assim os eclesiásticos, como os seculares, sem exceção de pessoa; e sendo ele próprio [o governador Luiz Diogo Lobo] o que também quis ser compreendido na mesma derrama" [40].

Arrocho fiscal

Depois disso, as permanentes quedas na arrecadação do quinto exigiriam que se recorresse à derrama pela segunda vez, em 1769. Segundo Martinho de Melo e Castro, ao longo dos onze anos que transcorrem entre 1763 e 1773 acumula-se a falta de 154 arrobas de ouro "para completar as cem", ou 946 contos e 176 mil réis [41]. Ao contrário da primeira derrama (1762-64), esta seria incapaz de recompor os prejuízos. O próprio Martinho de Melo e Castro se queixaria, em 1788, de que até aquela altura ainda não se completara seu pagamento [42].

Lançada apenas três anos depois, em 1771, ela tem resultados muito pouco auspiciosos, arrecadando, até 1777, apenas dez arrobas [43]. A despeito do considerável saldo devedor, o processo de cobrança da derrama esteve afinado com as ostensivas recomendações de prudência de quando fora lançada, o que talvez explique seus pífios resultados. A análise da cobrança dessa derrama permite confirmar que, ao contrário do que tradicionalmente se supõe, ela não era extorquida da população com violência e arbitrariedade. Ao contrário, seu acompanhamento permite que observemos que o processo se estendia por vários anos.

Tomando-se como base fragmentos dessa longa cobrança, foi possível acompanhar sua implementação nas comarcas do Serro Frio e Sabará, de onde se inferem índices baixos de arrecadação dispersos por longos prazos. Na Comarca do Serro, pela arrecadação correspondente ao ano de 1774, as duas cobranças que se realizam recolhem pouco mais do que uma arroba de ouro [25 marcos + 51 marcos] em diferentes arraiais e freguesias referentes aos anos de *deficit* de 1769-1771. Em Sabará, os resultados são igualmente tímidos. Cobranças efetuadas entre 1769 e 1771 e entre 1776 e 1777 juntam pouco mais de uma arroba de ouro.

Embora não tenhamos ainda elementos para discutir o peso dessa cobrança sobre a economia da população, decerto a maneira prolongada com que ocorria arrefecia os possíveis desgastes sociais. Faz-se necessário ter em conta que as reformas pombalinas alteraram substancialmente a maneira como se estruturavam as relações financeiras entre metrópole e colônia. A criação das Juntas de Fazenda na capitania e a criação do Erário Régio em 1761, se modernizaram a máquina adminis-

trativa, proporcionaram a participação das elites locais na gestão financeira [44].

O período inaugura tempos de alguma calmaria na trajetória histórica de conflitos nas Minas Gerais. Uma das razões que mitigaram essa tensão foi indiscutivelmente certa leniência, por parte das Juntas, na cobrança das dívidas de contratos e arrematações, não sendo difícil supor que o mesmo se verificasse com relação à cobrança da derrama. O exercício do poder financeiro por parte dos grupos locais decerto faziam-nos bem pouco interessados em fustigar redes de alianças e interesses no cumprimento dos prazos e das demandas fiscais.

Nesse sentido, os cálculos políticos e as novas concepções de poder parecem ter sido os fatores determinantes que levaram ao fracasso os resultados econômicos da segunda arrecadação da derrama (1769-1771). Tudo indica que as reformulações introduzidas na gestão financeira da capitania, por parte do governo metropolitano, tenham tornado menos imperativa sua cobrança, revestindo-a mesmo de certa suavidade.

Os administradores teriam sido mais tolerantes? As câmaras, mais eficientes na resistência? As autoridades metropolitanas, mais compreensivas com as dificuldades? Ao contrário do espírito que presidira a ação dos governadores sob influência pombalina, viver-se-ia uma inflexão a partir da Viradeira e, especialmente, com a chegada do Visconde de Barbacena ao governo das Minas. Em suas instruções, depois de vituperar contra a administração fazendária na região e arrolar seus resultados nefastos, como a acumulação, entre 1774 e 1785, de um *deficit* de 384 arrobas, Martinho de Melo e Castro acusava sem meias tintas os habitantes de Minas, que teriam como objetivo maior "reduzir a nada" os rendimentos da Real Fazenda [45]. Coerentemente, exige que o novo governador implemente rigidamente a cobrança da derrama.

Em certa passagem, o ministro recomenda ao novo governador que faça ouvidos moucos para as representações das câmaras e de seus procuradores que "se hão de servir de todas as astuciosas representações [...] querendo atribuir a decadência e estagnação das minas às faltas que têm havido na contribuição do quinto" [46].

Enquanto a arrecadação da derrama se arrastava, as resistências fiscais estiveram reduzidas. Quando, porém, se adensam as medidas para a cobrança rigorosa dos atrasos, com a restauração de práticas fiscais extremamente adversas, sob Barbacena, as câmaras mais uma vez se mobilizam. Tudo leva a crer que as câmaras mineiras estariam, mais uma vez, cerrando fileiras contra a derrama diante do recrudescimento da política fiscal, especialmente após a chegada do Visconde. O alívio da derrama em 1789, após a denúncia da conjuração em andamento, abre as comportas para sucessivos pedidos pela sua suspensão definitiva, com anistia para o montante até ali acumulado.

Em carta endereçada ao governador, em junho de 1789 [47], a Câmara de Mariana, inspirada pela suspensão da derrama, alinha um programa amplo de reformas com inúmeras providências para assegurar uma boa arrecadação da Fazenda Real, "sem que seja preciso a derrama, que só nas aparências é que pode equilibrar a balança dos interesses reais". Em suas linhas gerais, esse documento ataca a excessiva ênfase que a Fazenda metropolitana dedicava à arrecadação do quinto, buscando tornar "menos caduco o seu atual estabelecimento", trocando-o por um "saudável sistema [que] vá engrossar outras rendas de Sua Majestade, compreendidas nas Alfândegas, Dízimos, Entradas e Diamantes".

A crítica à derrama encabeça as providências. Seu principal agravo era o de ocasionar a desestruturação das bases produtivas da capitania, sobretudo da mineração, uma vez que a cobrança incidia sobre os bens dos que estavam estabelecidos nas Minas. Nesse sentido,

argumentavam: "porque a derrama não pode recair senão nos bens que aqui possuem os vassalos de Sua Majestade, e estes se reduzem todos a escravos, terras, casas mal edificadas e alguns móveis de pouca monta", cujos seqüestros e arrematações para pagar tal dívida resultam que "se prendem, e se tolhem os braços e as molas que trabalham". Sem rebuço, sugere-se finalmente que el-Rei "perdoe a capitania o que tem faltado até aqui para se inteirar a cota das cem arrobas anuais do quinto".

Em agosto do mesmo ano (1789), seria a vez da Câmara de Vila Rica encaminhar carta ao governador em termos muito semelhantes, contendo propostas de mudanças na administração fiscal[48]. Os camaristas assumem que a adoção da derrama nascera de proposta dos próprios súditos mineiros para, a seguir, desqualificar sua viabilidade: "Afiançaram os povos o imposto deste direito de cem arrobas persuadidos de que o produto do ouro anualmente extraído seria tal, cujo quinto perfizesse aquela quantia, mas semelhante promessa a respeito de um gênero que não goza de produção periódica, mais parece um desvario do que pensamento sério de cabeças bem organizadas".

Ao se perguntarem "haverá recurso à derrama?", recordam que mesmo aquela lançada em 1771, "em tempo mais florente", não havia ainda sido quitada. As mudanças que propõem à derrama amparam-se mais uma vez nas injustiças dela decorrentes, uma vez que "encerra desigualdades de justiça muito austeras e irreparáveis". Repisando idêntica argumentação feita nos idos de 1750 por Alexandre de Gusmão em seus *Reparos*, denuncia a desolação que causaria às fazenda, lavras e escravos: "Havendo de ser a derrama o justo castigo dos extraviadores, todo o seu rigor vem a cair sobre os mineiros que sós e exatos pagam este tributo, e pequena porção toca ao corpo dos negociantes, ou melhor dos traficantes que envolvem como comércio do país o extravio do ouro".

Cálculo e risco

O método da derrama buscou atuar contra os riscos da injustiça. A consulta às listas de arrecadação entre 1764 e 1777 e o exame de seu conteúdo permitem enxergar cálculos de arrecadação, avaliação do peso fiscal e de sua proporção. Além disso, permite medir o pulso do perigo político da prática de injustiças e vexações através do cuidado com o registro dos dados dos contribuintes. Como já dissemos, o rol preparado pelo cobrador do distrito listava nominalmente todos os seus moradores que dispusessem de propriedades e bens e, mesmo sem relacioná-los, conseguia com sucesso determinar seu valor total. A derrama incidia sobre um percentual desse valor total de bens de cada um dos moradores. Era também contabilizada a população total do distrito, independente do fato de nem todos possuírem bens.

O controle cuidadoso das informações sobre a condição material dos contribuintes revestia-se ali de um sentido imperioso. O recurso aos impostos, receita ortodoxa que deveria ser olvidada em tempos de crise, se ativado, deveria no entanto respeitar os princípios renovados pela ilustração: alcançar a todos com igualdade e proporcionalidade à riqueza de cada um. Afinal, "os tributos hão de ser

como as velas, devem levar o navio e segurá-lo, não afundá-lo com o peso", já ensinava Raphael Bluteau no verbete "tributo" de seu *Vocabulário*[49]. Ao expediente do lançamento fiscal dever-se-ia preferir, sempre que possível, a melhoria da arrecadação e a ampliação do leque de contribuintes. Estender, contudo, a obrigação para alguns setores de uma sociedade, ainda não totalmente convencida dos princípios de igualdade social, despertava problemas diante da ousadia das reformas pombalinas. Estender a cobrança às elites e setores eclesiásticos quase sempre soava à violação da "constituição" do Reino, isto é, desrespeitavam-se os equilíbrios políticos dos corpos da república em seus privilégios e tradições. Captar recursos em uma sociedade que caminhava a passos largos para a secularização, acendendo a oposição dos religiosos; beliscar as sensibilidades estamentais da nobreza e abalar os privilégios que garantiam inúmeras isenções foram sempre ações capazes de despertar o atilado aguilhão do bem comum.

A enigmática e mal compreendida derrama pode ser finalmente descortinada em sua raiz com a progressiva divulgação do conteúdo da documentação da Casa dos Contos, cuja organização segue a passos largos. As listas localizadas na documentação avulsa da Casa dos Contos, do segmento no Arquivo Nacional (que ainda não dispõem de numeração definitiva) permitem certificarmo-nos de que cada distrito – que geralmente se confundia com uma freguesia, mas também correspondia a "bairros", "capelas", "distritos" – formava uma circunscrição fiscal. Cada uma delas contribuía com quantias variadas ao longo dos quartéis do ano, embora, ao que tudo vem indicando, as vilas de uma comarca contribuíam de uma vez ao longo da cobrança anual, enquanto os pequenos arraiais compareciam em alguns quartéis do mesmo ano com contribuições pequenas.

Lingote de ouro. Casa de Fundição de Sabará, 1778. 10,5 x 3,0 x 1,8cm.
Coleção Arquivo Público Mineiro, Acervo Museu Mineiro. Foto Inês Gomes

Falam os números

O registro detalhado se mostra em dois tipos de documentos que constituem as listas da derrama na documentação avulsa da Casa dos Contos. O primeiro indica nomes completos dos contribuintes, eventualmente sua condição social e ocupação, o valor de seus bens, o valor da derrama que foi cobrado em réis e em oitavas (de 1.500 e de 1.200 réis). O segundo tipo de documento assemelha-se a registro mais circunstanciado e criterioso das informações resumidas no primeiro. De maneira detalhada, indicam nomes, agregados familiares, condição social, oficio, escravos possuídos, gado, propriedades, bens, valor dos bens, das dívidas e dos lucros de cada um.

Os dados espelham algumas das interpretações recentes da historiografia mineira: indicações da presença de mulheres na função de quitandeiras e vendeiras com consideráveis níveis de fortuna; registros de homens e mulheres pobres incapazes de cumprir com a obrigação fiscal; a presença permanente de dívidas dentre os mineiros; as indicações da dificuldade de acesso à terra (sugerida no termo "vive de trabalhar em terras alheias"), dentre muitos outros. Por outro lado, o leque dos contribuintes reflete a busca de certa justiça fiscal, uma vez que homens e mulheres, licenciados, eclesiásticos, letrados e militares não escapam da cobrança. E, nesse sentido, se não é possível

afirmar que prevaleceu ali a eqüidade social da fiscalidade, já que diante do cobrador nem todos os dados podem ser exatos, ao menos deixa-se registrado o projeto de ampliar para toda a comunidade o esforço de sustentação do reino.

Prudência e cautela, recomendadas e praticadas sob a governação pombalina, deixariam de existir com a Viradeira. Nas recomendações que o Visconde de Barbacena recebe, em 1788, de Martinho de Melo e Castro, a inflexão da política colonial a esse respeito fica clara, ao acusar sem peias a "frouxidão" e a "falta de zelo" com que a derrama de 1769 foi cobrada. Ela só teria sido iniciada dois anos depois, estando a ser cobrada quando o ministro português escrevia aquelas instruções. O fracasso da derrama transcorria sob um quadro em que, na visão daquela autoridade, claudicava a administração fazendária em Minas quando a arrecadação anual do quinto mermava progressivamente. Mostravam-se inúteis ainda os mecanismos de repressão com as devassas realizadas a respeito dos descaminhos. Segundo denunciava, "nas devassas que lhes mandaram ter sempre abertas nunca apareceram culpados nelas", para acusar que elas "se reduziram a uns procedimentos de aparência e de chavão, sem outra utilidade que não seja a que resulta aos mesmos Intendentes e Fiscais [delas encarregados] das ajudas de custo e ordenados que percebem por elas"[50].

Tornar generalizada a responsabilidade do pagamento do quinto foi conduta política equilibrada com os tempos ilustrados, mas intimamente dependente de autoridade que soubesse conduzir a cobrança sob a inspiração dos princípios da ilustração. De outra forma seria o desastre, como aliás se verificou por ensejo da Inconfidência Mineira. Embora a derrama anunciada fosse a mesma da que já havia sido aplicada, as práticas administrativas do governo real na capitania, desde a Viradeira, destituíram-na de todo seu sentido anterior, assemelhando-a a um instrumento opressivo, facilmente instrumentalizado pelos grupos locais para a luta antimetropolitana.

Notas |

1. Sátira *Julga prudente e discretamente aos mesmos por culpados em uma geral fome que houve nesta cidade pelo desgoverno da república, como estranhos nela.* MATOS, Gregório de. *Gregório de Matos:* obra poética. 2.ed. Ed. James Amado. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 1990. p. 339-340. (Preparação e notas de Emanuel Araújo).

2. A respeito do tema, ver SILVA, Francisco Carlos T. da. *A morfologia da escassez - crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói: UFF/Departamento de História, 1990. (Tese de doutorado).

3. Portugal, Arquivo da Casa do Cadaval, cód. 1091 (K VIII IB) - Papéis Vários, t. 2, f. 60-61. Material organizado por RAU, Virgínia e SILVA, Maria Fernanda G. da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil.* Coimbra: [s.e.], 1955. O referido documento aparece resumido pelas autoras no v. 1, p. 102-104.

4. LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial* (Apontamentos para a História do Maranhão). Brasília:Vozes/INL, 1976. p. 434. (Intr. Peregrino Jr. e Graça Aranha. Rio de Janeiro)

5. Idem, p. 445.

6. Ibid., p 454.

7. Ver COSTA, Luiz Monteiro. *Na Bahia colonial.* Apontamentos para História militar da cidade do Salvador. Bahia: Livraria Progresso Ed., [s.d.] (Coleção de Estudos Brasileiros, série Marajoara, 23); PITTA, Sebastião da R. História da *América portuguesa.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, p. 60. 1976. (Intr. e notas de Pedro Calmon).

8. AZEVEDO, João L. de. (Comp.) *Cartas do padre Antônio Vieira.* 3 v. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-28. Apud ARAÚJO, Emanuel. p. 291.

9. Relatório do Marquês do Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luís de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no vice-reinado. In: ARMITAGE, John. *História do Brasil.* 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981, p. 255-97. Apud Araújo, Emanuel, p. 284

10. HESPANHA, António Manuel. *A Fazenda.* In: *História de Portugal - O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, v 4. 1993, p. 204. No tocante aos dilemas do exercício financeiro da monarquia portuguesa, ver especialmente o segmento *Constrangimentos do cálculo financeiro em Portugal,* p. 205-213.

11. Parecer do Conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. RIHGB, t. 7, v.7, 1847. p. 477 e 479.

12. Idem, p. 480. O conselheiro refere-se aqui ao dote cobrado na ocasião para os casamentos do príncipe de Portugal e dona Maria Antonia Vitória, infanta espanhola, e de dona Maria, infanta de Portugal, com o príncipe das Astúrias.

13. Parecer do Conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. RIHGB, t. 7, v.7, 1847. p. 478.

14. Ibidem, p. 478.

15. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 4, cap. 7, 1990. p. 191-199.

16. Parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. RIHGB, t. 7, v.7, 1847. p. 480 e segs.

17. Ibidem, p 480.

18. HESPANHA, António Manuel. *A Fazenda*, p. 206.

19. Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental, 21 de agosto de 1728. AHU, Bahia (documentação avulsa não-identificada), cx. 27 (1728), doc. 83.

20. Minas Gerais, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Serro Frio, cx. 17, v. 1, f. 180.

21. GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, Carta 7ª, 1995. p. 164 e 166. (Introdução, cronologia, notas e estabelecimento de texto, Joaci Pereira Furtado).

22. MAGALHÃES, Joaquim Romero de e MATOSO, José. *História de Portugual,* Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 105.

23. A *época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982. p. 475-482.

24. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, DiMss. *Leis e Decretos*, 1750. fl. 96

25. Alvará de 3 de dezembro de 1750.

26. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII.* Anuário do Museu da Inconfidência, v. 9, 1993. p. 96-110.

27. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça. RIHGB, n. 31, abr. de 1844. p 32.

28. Carta ao secretário de Estado Antônio Guedes Pereira. RAPM, t. 1, 1896. p. 669-670. Apud CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.* Portugal: Horizontes, 1984. p. 476.

29. Ibidem.

30. Instruções do Marquês de Pombal ao governador dom Antônio de Noronha, 1775. Apud BESSA, p. 30.

31. Ibidem.

32. Ibidem.

33. Carta Régia ao governador e capitão geral da capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, 13 de fevereiro de 1765. BNRJ,DiMss., *Livros de Cartas Régias*, 1765-1807.

34. Apud FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII.* Anuário do Museu da Inconfidência, v. 9, 1993. p. 96-110.

35. PIMENTEL DE GODOY, José Eduardo e MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. Brasília: ESAF-Centro de Pesquisas, 1983. p. 48-49 (verbete *Derrama*).

36. BESSA, Antônio Luiz de. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, v.1, 1981. p. 30 (Pref. de Francisco Iglesias).

37. Alvará de 3 de dezembro de 1750, capítulo 1.

38. A saudável combatividade de Caio Prado leva-o mesmo a inverter as ocasiões de aplicação da derrama: "Aliás os derrames tomavam caráter de violência tão grande e subversão tão grave da ordem, que somente nos dias áureos da mineração se lançou mão deles. Quando começa a decadência, eles se tornam cada vez mais espaçados". Sabe-se que as aplicações da derrama, quando estas buscavam completar em cem arrobas a arrecadação do quinto, tiveram lugar justamente na época de decadência. Outra associação clássica seria também repisada pelo autor, envolvendo a derrama na Inconfidência Mineira: "Da última vez que se projetou o derrame (em 1788), ele teve de ser suspenso à última hora pois chegaram ao conhecimento das autoridades notícias positivas de um levante geral em Minas Gerais, marcado para o momento em que fosse iniciada a cobrança (conspiração de Tiradentes). E nunca mais se recorreu ao expediente. A decisão firme de um povo é mais forte que qualquer poder governamental". PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1945. p. 59.

39. *Registro de cartas que os oficiais da câmara de Vila do Príncipe escreveram.* Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Serro Frio, caixa 16, livro 1, fls. 2v, 21 22v.

40. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça. RIHGB, n. 31, abr. de 1844. p 31.

41. Ibidem. Desse total, o *deficit* parcial do período entre 1769 e 1772 seria de 42 arrobas, 33 marcos, 6 onças, 2 oitavas, 40 grãos e 3,5 quintos. Ver FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII.* Anuário do Museu da Inconfidência, v. 9, 1993. p. 96-110.

42. Ibidem.

43. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII.* Anuário do Museu da Inconfidência, v. 9, 1993. p. 96-110.

44. MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira. Brasil-Portugal,* 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 54-83 (Em especial o capítulo 2: *Mudança*)

45. Idem.

46. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça. RIHGB, n. 31, abr. de 1844, p 39.

47. *Causas determinantes da diminuição da contribuição das cem arrobas de ouro, apresentadas pela Câmara de Mariana*, junho de 1789, RAPM, ano VI, 1901. p. 143-151.

48. Carta da Comarca de Vila Rica sobre a derrama, 5 de agosto de 1789. RAPM, ano IV, 1899. p. 786-792.

49. *Vocabulário português e latino…*, pelo padre BLUTEAU, D. Raphael. Coimbra: Companhia de Jesus, 1713.

50. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça. RIHGB, n. 31, abr. de 1844. p 32.

* Este trabalho integra o projeto desenvolvido sob auspícios do CNPQ, graças a bolsa produtividade, *Insurreições e rebeliões na América portuguesa moderna* – 1640-1789. Parte deste texto foi apresentada no *X Seminário sobre economia mineira*, realizado em Diamantina em junho de 2002, e publicado em boletim eletrônico sob o título *Prudência e Luzes no cálculo econômico do antigo regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais* (notas preliminares para discussão). Disponível no endereço http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos.html

O historiador **Luciano Raposo de Almeida Figueiredo** é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autor, entre outros livros, de *Barrocas famílias* (Hucitec) e *Rebeliões no Brasil colônia* (Zahar).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Desvendando a riqueza na terra dos diamantes*

Angelo Alves Carrara

Pesquisa na documentação original sobre os temas da fiscalidade e da administração na Demarcação Diamantina, entre 1733-1764, traz à luz novas revelações sobre o movimento da riqueza no Arraial do Tijuco.

> Até 1734, a história administrativa do Distrito Diamantino caracteriza-se pela hesitação. Em substituição à legislação vigente em toda a Capitania, num curto período foi se formando um emaranhando de leis, decretos, ordens régias, bandos, portarias e editais com vistas a reger de forma particular a área de ocorrência das jazidas diamantíferas. As hesitações das autoridades se deviam na realidade à sua inexperiência na matéria: a mineração dos diamantes exigia tratamento distinto do dispensado ao ouro. É por isto que as normas motivadas pela necessidade de instituir um corpo administrativo responsável pelo controle das lavras diamantíferas vinham mescladas com uma legislação, cujo intuito visava a, acima de tudo, garantir o máximo rendimento fiscal.

As primeiras providências foram tomadas em 2 de dezembro de 1729, por meio de uma portaria que anulou as datas de terras minerais concedidas pelos guardas-mores nos ribeirões em que aparecessem diamantes[1]. Em 26 junho de 1730, dois dias depois de uma junta deliberar a capitação de cinco mil réis, foi baixado o *Regimento da Mineração dos Diamantes*, segundo o qual o ouvidor da Vila do Príncipe serviria como superintendente de todas as terras em que ocorriam as jazidas diamantíferas da comarca do Serro. Esse primeiro momento de incertezas normativas durou até a assinatura do bando de 19 de julho de 1734, publicado no dia 5 do mês seguinte, pelo qual o governador proibiu toda a mineração de diamantes no território de ocorrência das jazidas.

A partir de 1740, a extração dos diamantes começou a ser feita sob a forma de contratos, cuja primeira arrematação se deu a 10 de junho de 1739. Dito de outra forma, a atividade de extração passou a ser terceirizada a uma companhia particular que vencesse licitação aberta pela Real Fazenda. Os vencedores da licitação – contratadores – tinham o direito de empregar seiscentos escravos, cujos nomes deviam ser lançados em um livro destinado a esse fim. Sobre cada um, pagariam os contratadores a capitação anual de 23 mil réis, sendo-lhes proibido minerar com maior número. As penas para os delitos cometidos pelos contratadores foram declaradas no bando de 26 de agosto de 1739. Esse sistema perdurou até 1771: o decreto de 12 de julho desse ano extinguiu o sistema de contratos e determinou que a extração dos diamantes corresse por conta da Fazenda Real. O novo empreendimento passou, então, a denominar-se "Real Extração dos Diamantes". Outra inovação foi introduzida na escrituração contábil, que deveria adotar o método das partidas dobradas e remeter balanços anuais para Lisboa, em consonância com o que já estava em curso na Provedoria da Real Fazenda de Vila Rica desde, pelo menos, 1764.

Portanto, a indefinição dos administradores da Capitania, no sentido de encontrar tanto mecanismos de efetivo controle sobre a produção dos diamantes quanto sistemas eficazes de cobrança dos tributos e direitos régios, explica o caráter das séries documentais que compõem o acervo da Intendência dos Diamantes da Comarca do Serro Frio.

Uma primeira solução para a cobrança dos quintos devidos pela extração dos diamantes foi inicialmente determinada por uma portaria de 9 de junho de 1730, quando, numa junta da qual participaram, dentre outros, o provedor da Fazenda, os ouvidores de Vila Rica, do Rio das Mortes e do Serro Frio, assentou-se impor a capitação de cinco mil réis, deliberação que foi comunicada por um bando com data de 24 de junho de 1730. Esse sistema permaneceu em vigor no ano seguinte (1731)[2]. Mas enquanto as coisas assim transcorriam no arraial do Tijuco, uma ordem régia, assinada em 16 de março daquele mesmo ano, mandou "despejar as lavras de diamantes e substituir a capitação de 5 mil réis de cada escravo pelo arrendamento das mesmas lavras por um ou dois anos".

De acordo com a ordem, tão logo terminasse o ano fiscal estabelecido para a cobrança da capitação de cinco mil réis (isto é, até o fim de julho de 1732), o governador

deveria mandar suspendê-la e, em seu lugar, dar "de arrendamento as terras das ditas minas como se pratica nas minas das Índias Ocidentais e nas de Golconda Oriental". Foi estabelecido o preço de 60 mil réis por braça de dez palmos quadrados, por um ano, com a condição de se reservar para o rei os diamantes maiores de 20 quilates. Mas essa ordem só veio a ser publicada por bandos de 7 e 9 de janeiro de 1732. Os procedimentos que deveriam ser observados pelo ouvidor da Comarca do Serro na execução da ordem régia foram baixados a seguir, em 20 e 28 de janeiro. Todavia, três meses depois, o próprio governador reconhecia o fracasso da medida, em carta de 22 de abril:

> os [...] mineiros entenderam que, pela incerteza dos lugares aonde poderiam achar diamantes seria total ruína sua a arrematação em braças, porque além de ficarem perdidos, não achando diamantes e pagando o preço das arrematações [...] por cuja razão ninguém se atreveu a querer arrematar as tais braças ainda que houvera dois a três lanços tão diminutos que não foram atendidos[3].

Assim, nesse mesmo dia, o governador baixou um bando desimpedindo novamente as lavras diamantinas mediante a capitação de 20$000 réis. No ano seguinte, publicou-se em 8 de abril um novo procedimento de cobrança da capitação, em duas dobras, isto é, dois semestres. O valor anual cobrado por escravo, elevado em 16 de abril de 20 mil para 25 mil e 600 réis, seria cobrado em duas parcelas, correspondentes aos semestres. A partir de 8 de abril ficaram também proibidos: o negócio de diamantes fora do arraial do Tijuco por pessoas de todas as condições; pelos escravos, em todos os lugares; a entrada de vagabundos e pedidores de esmolas nos serviços diamantinos; o funcionamento de vendas ou tabernas fora do arraial do Tijuco e junto às lavras e ribeirões diamantinos; e que ficassem abertas as tabernas durante a noite no mesmo arraial. Por fim, um edital com data de 5 de maio determinou que fossem retirados das lavras os escravos que nelas já estavam trabalhando, para se começar nova capitação.

No fim de 1733, em 2 de dezembro, novo bando elevou a capitação para 40 mil réis por escravo a contar de 1º de janeiro de 1734, e ainda renovou as penas impostas aos compradores de diamantes fora do arraial do Tijuco e contra as tabernas e escravos de tabuleiros (quitandeiros).

Essa instabilidade em matéria fiscal encerrou-se com o bando de 19 de julho de 1734 , que proibiu a mineração de diamantes na Demarcação, extinguiu a capitação e permitiu que os mineiros pudessem extrair os seus cascalhos dos rios até o dia 31 de agosto daquele ano. Anulou ainda todas as cartas de datas concedidas a partir de 1730 para tirar ouro nas áreas das jazidas dos diamantes.

Acervo documental

A documentação produzida na primeira metade do século XVIII foi aqui arranjada nas séries seguintes: *Matrícula da capitação, Carga da capitação, Matrícula de escravos, Receita e despesa da Tesouraria da Intendência dos Diamantes, Entradas e saídas de diamantes do cofre e Imposto sobre lojas e vendas do Arraial do Tijuco.*

Dos livros da série *Matrícula da capitação* só nos alcançaram os volumes referentes à capitação de 25 mil e 600 réis. Seus registros trazem a data, o nome do proprietário, o número e nomes dos escravos e o valor total da capitação a ser pago. São os volumes AN CC 3636, AN CC 3639 e AN CC 3515. Contudo, de acordo com os termos de abertura dos volumes APM CC 1058 e 1060, existiam pelo menos outros três, correspondentes à capitação anterior de 20 mil réis.

Os livros da série *Carga da capitação*, como indicam os termos de abertura, serviam para neles "se fazerem os ter-

mos das cargas ao tesoureiro da Fazenda Real dos rendimentos dos quintos dos escravos que se levam no registro para minerar diamantes" (APM, CC 1058).

Com pequenas variações, os termos de carga adotam as seguintes fórmulas:

> Aos vinte e dois do mês de abril de 1733 anos, carreguei em receita viva ao tesoureiro da Fazenda Real desta Comarca do Serro Frio o sargento-mor Manuel da Fonseca e Silva, sessenta mil réis que recebeu de João Botelho Pimentel, procedidos de três escravos que se acham registrados no livro primeiro à folha [28]; de como recebeu a dita quantia se assinou comigo Vicente Ferreira da Silva, escrivão do registro e receita da capitação dos Diamantes que a escrevi. Vicente Ferreira da Silva. Manuel da Fonseca Pimentel. (APM CC 1058);

> Carrega ao Tesoureiro da Fazenda Real, o sargento-mor Manuel da Fonseca e Silva, a quantia de cento e dois mil e quatrocentos réis, que recebeu de Manuel Borges Bastos, de oito negros que tinha registrado no livro terceiro, à folha [10], e assinou comigo Vicente Ferreira da Silva, escrivão do registro, que o escrevi e assinei. Vicente Ferreira da Silva. Manuel da Fonseca Pimentel. (APM CC 1060);

> Carrega ao Tesoureiro da Fazenda Real, o guarda-mor Manuel da Fonseca e Silva, a quantia de cento e quarenta mil réis, que pagou Francisco Gonçalves de Araújo por João Martins Soares, que devia à Fazenda Real como fiador de Paulo [Alves] de Souza, que na capitação deste presente ano registrou sete escravos [a saber], seis à folha 48 e um à folha 74v. do livro de registro, à margem dos quais assentos se puseram verbas deste pagamento, e de como recebeu dita quantia, assinou comigo. Tijuco, 19 de julho de 1734 [?]. Manuel da Fonseca e Silva. (APM CC 1062).

Dessa série participam os volumes:

- ❑ APM CC 1054: carga da capitação de 5 mil réis sobre os escravos empregados nos ribeirões do Inferno, Santa Maria e Mosquito, de 2 de agosto de 1730 a 14 de maio de 1732;
- ❑ APM CC 1055: carga da capitação de 5 mil réis sobre os escravos empregados nos ribeirões do Caeté-Mirim, Morrinhos da Areia, São João e no rio Pardo, de 1º de agosto de 1730 a 14 de maio de 1732;
- ❑ APM CC 1056: carga da capitação de 5 mil réis sobre os escravos empregados no rio Jequitinhonha, de 11 de agosto de 1730 a 15 de maio de 1732;
- ❑ APM CC 1058: carga da capitação de 20 mil réis dos escravos matriculados no primeiro semestre de 1733, referente ao primeiro livro de matrícula. Os pagamentos começaram a ser feitos a partir de 22 de abril de 1733 e se estenderam até 5 de setembro de 1735; há apenas 7 registros de pagadores em atraso feitos entre 7 de fevereiro de 1736 e 25 de dezembro de 1737;
- ❑ APM CC 1060: carga da capitação de 20 mil réis dos escravos matriculados no segundo semestre de 1733, referente ao terceiro livro de matrícula;
- ❑ APM CC 1062: carga da capitação de 1734. Os pagamentos foram realizados a partir de 9 de setembro de 1734 e se estenderam até 3 de abril de 1736.

Mão-de-obra escrava

Os dados constantes dessa série permitem que se proceda a uma análise detalhada do emprego da mão-de-obra escrava na mineração dos diamantes. Um levantamento preliminar mostra que, no primeiro semestre de 1733, 1.774 escravos foram matriculados por cerca de três centenas e meia de proprietários. No segundo semestre desse mesmo ano, o número de escravos matriculados saltou para 5.700, distribuídos por um total de mais de 700 proprietários. No primeiro caso, a capitação teria rendido

Detalhe do registro, códice 1056 (*Livro de registro de carga de capitação de escravos empregados no rio Jequitinhonha, 1730-1732*). Coleção Casa dos Contos/APM.

Aos treze de Agosto de mil e sete Centos e trinta annos Em a Cas de morada do Cor.^nel João Teix.^ra de Souza Provedor das terras dos diamantes da getiquinhonha aonde Eu Escrivão adiente nomeado fuj vindo aly apareseo Manoel de Amaral Vir.^a pello q.^al foy dito que Me queria minarar no d.^to Rio Com dois Escravos e que se obrigava apagar por cada hu os sinco mil reis q̃ heraõ devidos a S. Mag.^de q̃ D.^s G.^de e de Como asim dise e declarou os d.^tos Escravos ise asignou Com o d.^to Provedor e Comigo Escrivão e eu Maximiano Teix.^ra de Souza Escrivão da Provedoria do destrito da getiquinhonha q̃ o Escrevy

Souza

Manoel de Amaral Vir.^a

Maximiano Teix.^ra de Souza

Aos treze de Agosto de mil e sete Centos e trinta annos Em a Cas de morada do Cor.^nel João Teix.^ra de Souza Provedor das terras dos diamantes da getiquinhonha aonde Eu Escrivão adiente nomeado fuj vindo aly apareseo Manoel de Souza de Campos pello q.^al foy dito que Me queria minarar no d.^to Rio Com dois Escravos e que se obrigava apagar por cada hu os sinco mil reis q̃ heraõ devidos a S. Mag.^de q̃ D.^s G.^de e de Como asim dise e declarou os d.^tos Escravos ise asignou Com o d.^to Provedor e Comigo Escrivão e eu Maximiano Teix.^ra de Souza Escrivão da Provedoria do destrito da getiquinhonha q̃ o Escrevy

Souza

Manoel de Souza de Campos

Maximiano Teix.^ra de Souza

Aos quatorze de Agosto de mil e sete Centos e trinta annos em Cazas de moradas do Cor.^nel João Teix.^ra de Souza Provedor das terras dos diam.^tes da getiquinhonha aonde Eu Escrivão adiente nomeado fuj vindo aly apareseo Luis Teix.^ra de Souza pello q.^al foy dito que Me queria minarar no d.^to Rio Com tres Escravos e que se obrigava apagar por cada hu os sinco mil reis q̃ heraõ devidos a S. Mag.^de q̃ D.^s G.^de e de Como asim dise

pouco mais de 35 contos de réis; no segundo, o dobro desse valor. A sistematização dos dados também possibilitou conhecer com detalhe os níveis de concentração da propriedade escrava que, em muitos casos, atingem patamares notáveis como, por exemplo, no caso de Salvador de Seixas Cerqueira, que mantinha 122 escravos trabalhando nas lavras de julho a dezembro de 1733.

A série *Matrícula de escravos* não deve ser confundida com a anterior, *Matrícula da capitação.* Constitui-se de um único volume (APM CC 2036) iniciado em 1753. Como informa o termo de abertura, trata-se da matrícula dos "negros do futuro contrato que se há de principiar em o primeiro de janeiro de mil setecentos e cinqüenta e três anos, de que é administrador José Alves Maciel". A fórmula adotada nos termos de carga é a seguinte:

> Matriculou José Alves Maciel, caixa geral do contrato dos diamantes, por conta da [companhia] um escravo por nome João, nação ladê, de idade de 25 anos, com uma cicatriz na face esquerda, avaliado em 300$000 réis. Declaro que o escravo supra pertence ao sargento-mor João Alves da Silveira. Em lugar do negro acima se matriculou André [Gama] [?] entre as sobrancelhas e [?], avaliado em 240$000 réis.

Algumas vezes, são registradas em verbas à margem direita as datas em que os escravos ficavam doentes, faleciam ou retornavam ao trabalho. Essas observações são importantes, em virtude de que a capitação se cobrava pelo tempo de serviço. As demais séries mereceram especial atenção, e serão estudadas a seguir.

Contando a riqueza

Os registros dos depósitos de diamantes nos cofres da Intendência, bem como de suas retiradas, eram feitos nos livros da série *Entrada dos diamantes para o cofre.* As fórmulas de registro são constituídas da data de entrada ou saída dos diamantes, do nome da pessoa que entregou as pedras, do número de pedras entregues e seu peso. Esses livros registram igualmente todos os confiscos procedidos, além dos pagamentos feitos pela Intendência. Constitui um raro exemplo de série completa, de 1740 até 1753.

O encerramento da série nesse ano talvez não seja casual e se ligue, de alguma forma, às modificações provocadas pela lei de 11 de agosto de 1753 que estabeleceu o monopólio do comércio dos diamantes em bruto nas mãos da Coroa. De todo modo, constitui-se dos volumes seguintes:

1. APM CC 1067: o termo de abertura data de 20 de maio de 1738, mas o primeiro registro foi feito em 9 de outubro do mesmo ano. O último lançamento é de 14 de julho de 1748;

2. APM CC 1084: encontra-se em mau estado de conservação; contém registros de 4 de fevereiro de 1749 a 6 de setembro de 1753.

Foi com base nos dados extraídos dessa série documental que se construíram a tabela 1 e o gráfico 1 (anexos). Deve-se, contudo, advertir que a equivalência entre quilates, oitavas e gramas aqui adotada fundamenta-se nos cálculos constantes da própria documentação. Assim, a tabela 1 adota as seguintes equivalências: 1 grão = 0,0498g = 0,243375 quilate; uma oitava = 72 grãos = 3,586g = 17,523 quilates; 1 quilate = 4,1089 grãos = 0,20462322g.

Observa-se ainda que não se incluiu na tabela o registro de 9 de outubro de 1738, segundo o qual Luís Alves de Abreu deu entrada em 334 pedras com peso total de 162 $^{1}/_{2}$ $^{1}/_{8}$ □16 quilates. Em julho de 1741, a contabilidade das pedras é alterada: no dia 2, deram entrada no cofre 1.526 pedras pesando, no total, 38 oitavas e 51

grãos, das quais uma oitava e 45 grãos correspondiam ao peso dos diamantes "olhos de mosquito", cujo número não foi incluído no total das pedras, apenas seu peso.

Além disso, os registros feitos entre 6 de janeiro e 3 de maio de 1744 não puderam ser computados por faltarem as folhas 70 e 71, de 29 de agosto de 1744 a 6 de janeiro de 1745. O mesmo se deu com o total apresentado em fevereiro de 1742, correspondente a um valor parcial, por estarem ilegíveis alguns registros daquele mês. Por fim, a partir de 3 de maio de 1744 os registros são alterados para a fórmula: "um embrulho de diamantes com ... oitavas".

A tabela 1 permite um cotejo com os dados sobre a produção de diamantes apresentados há um século por Pandiá Calógeras e mais recentemente por Virgílio Noya Pinto. De acordo com o primeiro, a produção total de diamantes extraídos em cada contrato foi a seguinte, em quilates: 1º contrato (1740-1743): 134.071; 2º contrato (1744-1747): 177.200; 3º contrato (1748-1751): 154.579.

Contudo, Noya Pinto reparou que, para o primeiro contrato, "pelos dados das frotas, desfalcados daqueles do Rio de Janeiro de 1740 e sem os elementos para os da Bahia, encontramos um volume de 122.717 quilates". Sobre o segundo contrato, "as frotas registram 179.784 quilates chegados a Lisboa, provenientes do Rio de Janeiro". Para o período do terceiro contrato, cujos "dados já são escassos, uma vez que a Coroa cada vez mais os tornava secretos, [...] somente a frota de 1749 conduziu do Rio de Janeiro 76.492 quilates"[4]. No entanto, o confronto com os números fornecidos pelo movimento das frotas não pode ser feito a partir dos valores apresentados na tabela 1, mas dos listados na tabela 2, correspondentes ao total de diamantes remetidos para Lisboa.

O resultado da comparação entre o movimento das frotas e o das remessas feitas pela Intendência revela, sim, notáveis coincidências. A relação entre os valores referentes aos diamantes que chegaram pela frota do Rio de Janeiro e os remetidos pela Intendência do Tijuco foi, respectivamente, a seguinte: em 1741, 21.141 e 21.170,5 quilates; em 1742, 37.520 e 37.521; em 1743, 42.350 e 42.325; em 1745, 72.791 e 70.687,625 quilates (total das remessas de 1744 e 1745); em 1746, os valores são idênticos, mas observe-se que a frota proveniente do Rio de Janeiro partiu em janeiro de 1747, e a remessa da Intendência para Vila Rica se deu em agosto de 1746. O curioso é que a coincidência entre as cifras de ambas as fontes sinalizam para um espaço reduzido do contrabando.

Porém, ainda assim, os dados apresentados por Calógeras em princípio guardam, de fato, grande distância dos totais extraídos dos livros da Intendência: para os três primeiros contratos, os valores obtidos foram 113.503,53 (1740-1743), 152.233,47 (1744-1747) e 211.888.85 quilates (1748-1751). No entanto, a soma dos valores dos três contratos revela uma aproximação razoável: 465.850 quilates nos cálculos de Calógeras e 477.625,85 pelas contas da Intendência.

A tabela1 permite também uma melhor compreensão do funcionamento da mineração diamantina. Enquanto no movimento de produção aurífera pode ser observada uma fase de crescimento seguida de outra, de declínio, a produção de diamantes sempre esteve sujeita a variações muito acentuadas, em razão do controle exercido pelas autoridades régias e em função dos seus preços externos (gráfico 1). Ouro e diamantes possuem naturezas diferentes: os primeiros nascem moeda; os segundos já no parto são mercadorias.

Um outro aspecto que pode ser inferido a partir da tabela 1 é sazonalidade da atividade mineradora na Demarcação. Se de fato os depósitos de pedras no cofre da Intendência eram feitos com relativa brevidade após a extração, então seria correto atribuir ao gráfico 2 (anexo)

o movimento dessa sazonalidade. Considerado o período de depósitos mensais regulares, de janeiro de 1740 a junho de 1748, percebe-se que os depósitos maiores coincidem com os meses chuvosos, enquanto que os mais fracos ocorrem em particular no mês de agosto, mais seco. Esse movimento está rigorosamente acorde com a contabilidade da Real Extração, que nos meses secos empregava 600 escravos, e na estação das águas, sete vezes mais[5].

Rumo a Lisboa

Uma vez depositados no cofre, os diamantes eram submetidos a outra rotina, a das remessas para Lisboa. Primeiramente, os diamantes depositados tinham seu peso conferido com o valor declarado nos registros e, estando tudo em ordem, eram entregues ao desembargador. Essa operação era denominada *Saída dos diamantes do cofre para conferência.* Em seguida, eram remetidos para a Fazenda Real de Vila Rica, que os enviava a Lisboa. Entretanto, todos esses procedimentos não se davam no mesmo dia. Podiam mesmo durar algumas semanas. Por exemplo, em 14 de março de 1740 os diamantes foram retirados do cofre para conferência. Nova conferência foi feita em 2 de maio, e só no dia 8 foram remetidos para Vila Rica. Mas, quase sempre, as datas do início da conferência e da remessa eram separadas por, no máximo, uma semana e, em várias ocasiões, apenas um ou dois dias (tabela 2).

Um último item que deve ser considerado na contabilidade dos livros de entrada de diamantes para o cofre corresponde aos confiscos cujos valores eram depositados em benefício da Companhia, isto é, dos contratadores (tabela 3).

Essa é a razão pela qual os confiscos lançados nesses livros diferem dos registrados pela Tesouraria da Intendência dos Diamantes. Os confiscos contabilizados pelos livros de entrada no cofre incidem sobre ouro e diamantes, ao passo que os da Tesouraria recaem sobre bens (e muito em particular, cavalos) e resultavam das apreensões feitas pelos soldados do Destacamento de Dragões (tabela 3). Nos livros de entrada para o cofre, por exemplo, em 29 de julho de 1743, registraram-se os confiscos de 149 oitavas e 57 grãos aos escravos Pedro Congo e José [?], de propriedade de Inácio Francisco Ribeiro; a José Alves da Costa, de 39 oitavas e 10 grãos; além dessas, confiscaram-se 16 pedras com peso total de uma oitava e 30 grãos, sem declaração de nome do confiscado.

Em 18 de agosto do ano seguinte, foi feito o registro do confisco dos escravos do alferes Antônio Fernandes Braga. Também nessa data foram confiscados ao capitão-mor José Batista Rolim e Pedro [?], 133 oitavas e 59 grãos, além de seis diamantes; ao cabo Antônio Vaz de Araújo, seus escravos, 19 oitavas e 19 grãos de ouro, mais um diamante; ao capitão Pedro Correia da Cunha e Domingos Pereira Lisboa, seus escravos, 7 oitavas e 2 grãos de ouro; e ao alferes Antônio Fernandes Braga, 24 oitavas e 30 grãos. Onze dias depois foi lançado um outro confisco de 16 oitavas e 15 grãos de diamantes e, em 6 de janeiro de 1745, fez-se a Manuel João o confisco considerável de 293 oitavas e 19 grãos de ouro.

Dinheiros e diamantes

A série *Receita e despesa da Tesouraria da Intendência dos Diamantes* para o período de 1732 a 1770 é constituída dos volumes seguintes:
APM CC 1061: registros de 1732 a 1751; APM CC 1070: registro de receitas diversas, de 27 de junho de 1740 a 17 de abril de 1754; APM CC 1088: registro de despesas da Intendência dos Diamantes, de 20 de

setembro de 1751 até 1756; APM CC 1097: registro da receita da Tesouraria da Intendência, de 1752 a 1758; APM CC 1098: cópia dos lançamentos anteriores a 1761; APM CC 1102: registro das despesas com os soldados dragões de março de 1755 a 1757; APM CC 1114: receita de 1756 a 1763; APM CC 1196: receita e despesa de 1770.

APM CC 2006: livro com poucas folhas utilizadas, de 25 de junho de 1734 a 21 de dezembro de 1736. Suas informações teriam de ser cruzadas com as dos demais livros da série. Seus registros constam da data, nome do responsável pela ordem de pagamento, o valor retirado do cofre e a fonte da despesa, conforme o exemplo abaixo:

> Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 1734 anos, se tiraram deste cofre na Fazenda Real e Intendência dos Diamantes desta Comarca do Serro do Frio, Governo das Minas Gerais, Estado do Brasil, por ordem do doutor Rafael Pires Pardinho, desembargador da Casa da Suplicação e Intendente Geral dos ditos diamantes e [assistente] neste arraial do Tijuco, a quantia de trinta e sete mil, setenta e cinco réis que por termo feito a folha 5 do livro das arrematações do assento dos mantimentos para o Destacamento dos Dragões, mandou dar de primeiro quartel a José Azevedo Freire, arrematante do quartel do Milho Verde, de que deu quitações [;] informa no mandado que o dito intendente lhe mandou passar para o tesoureiro da Fazenda Real desta repartição, Manuel da Fonseca e Silva, de que mandou fazer este livro que serve de saída do dito cofre e assinou comigo e o dito tesoureiro, eu, Belquior Isidoro Barreto, escrivão da Intendência, o escrevi e assinei. Rafael Pires Pardinho, Belquior Isidoro Barreto, Manuel da Fonseca e Silva. (APM CC 2006).

Quando se tratava de remessas para Portugal de ouro em pó, em barras e dinheiro, a fórmula seguia o estilo seguinte:

> Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e trinta e cinco anos, aos vinte e dois dias do mês de abril do dito ano, neste arraial do Tijuco e casas da Intendência dos Diamantes, estando presente aos desembargadores, o Intendente Rafael Pires Pardinho comigo escrivão ao diante nomeado e o tesoureiro da Fazenda Real, o guarda-mor Manuel da Fonseca e Silva e o fiscal do Juízo, o Capitão Sebastião de Oliveira, para efeito de se remeter deste cofre o cabedal que nele havia da Fazenda Real para ir na frota que se acha no Rio de Janeiro, mandou vir perante [si] o dito Intendente ao Cabo da Esquadra Lázaro da Costa Rodrigues, que está nomeado pelo seu Capitão Comandante [José] de Morais Cabral, para vir conduzir até Vila Rica com seus soldados do destacamento desta Comarca, ao qual entregaram quatro [caixotes] pregados [?] com o cabedal seguinte:
>
> Caixa no. 1, APM CC 1070, livro destinado exclusivamente ao registro dos dinheiros e diamantes recebidos de confiscos, de atrasados da capitação, de novos direitos assim como da Provedoria da Fazenda de Vila Rica para pagamento das despesas com o destacamento de soldados dragões. Seus lançamentos cobrem o período de 27 de junho de 1740 a 17 de abril de 1754. APM CC 1088: registro dos documentos de despesas realizadas pela Intendência dos Diamantes, a partir de 20 de setembro de 1751 até 1756: APM CC 1097: livro destinado ao registro dos montantes recebidos pela Tesouraria da Intendência, para o período de 1752 a 1758. APM CC 1098: de sua nota de abertura, datada de 26 de abril de 1765, consta destinar-se este

Aos catorze dias de Agosto de mil e sete centos e trinta annos em cazas de morada do Cor.el João Teix.ra de Souza Provedor das terras dos diam.tes da getiquinhonha aonde eu escrivão adiente nomeado fuy vindo ahy apareseo o Capp.am Mor Dor. do Prado Miz pello q.al foy d.o que elle queria minerar nod.o Rio com tres escravos, e que se obrigava a pagar por cada hu os sinco mil reis q erão devidos a S. Mag.de q Ds. G.de e de como assim disse e declarou o d.o escravos se assignou com o d.o Provedor e com migo escrivão e eu Maximiano Teix.ra de Souza escrivão da Provedoria do destrito da getiquinhonha q o escrevy

Souza

Dor. do Prado Miz

Maximiano Teix.ra de Souza

Aos catorze de Agosto de mil e sete centos e trinta annos em cazas de sua morada do Cor.el João Teix.ra de Souza Provedor das terras dos diam.tes da getiquinhonha aonde eu escrivão adiente nomeado fuy vindo ahy apareseo o P.e P.el de Mea Pinto pello q.al foy d.o que elle queria minerar nod.o Rio com tres escravos e que se obrigava a pagar por cada hu os sinco mil reis que erão devidos a S. Mag.de q Ds. G.de e de como assim disse e declarou o d.o escravos e se asignou com o d.o Provedor e com migo escrivão e eu Maximiano Teix.ra de Souza escrivão da Provedoria do destrito da getiquinhonha q o escrevy

Souza P.e [illegible] Aguiar

Maximiano Teix.ra de Souza

Aos catorze de Agosto de mil e sete centos e trinta annos em cazas de morada do Cor.el João Teix.ra de Souza Provedor das terras dos diam.tes da getiquinhonha aonde eu escrivão adiente nomeado fuy vindo ahy apareseo M.el Machado Carn.ro pello q.al foy d.o que elle queria minerar nod.o Rio com oito escravos e q se obrigava a pagar por cada hu os sinco mil reis que erão devidos a S. Mag.de q Ds. g.de e de como assim disse e declarou o d.o escravos se asignou com o d.o Provedor e com migo escrivão e eu Maximiano Teix.ra de Souza escrivão da Provedoria do destrito da getiquinhonha q o escrevy

Souza

Manoel Machado Carn.ro

Detalhe do registro, códice 1056 *Livro de registro de carga de capitação de escravos empregados no rio Jequitinhonha, 1730-1732*. Coleção Casa dos Contos/APM.

livro "para nele se tresladar a receita e despesa dos tesoureiros desta Intendência dos Diamantes Tomás de Aquino César Azevedo e Manuel Antônio da Costa, que serviram desde o ano de 1751 exclusive [até] o ano de 1761, inclusive". Trata-se, portanto, de cópia dos lançamentos anteriores a 1761, e parece fazer parte do esforço de reorganização contábil levada a efeito pela Provedoria da Real Fazenda de Minas a partir de 1764. APM CC 1102: livro destinado ao registro das despesas pagas pelo tesoureiro da Intendência dos Diamantes com os soldados da tropa de dragões de março de 1755 a 1757. APM CC 1114: receita de 1756 a 1763. APM CC 1196: receita e despesa de 1770 [5].

Uma advertência importante a ser feita é a de que os dados contábeis desses livros só adquirem pleno significado quando confrontados com os dados totais da contabilidade da Provedoria da Real Fazenda de Vila Rica.

Lojas e vendas

O levantamento das lojas e vendas em funcionamento no arraial do Tijuco entre 1735 e 1762 foi extraído de um conjunto de livros que constituem uma série decorrente da cobrança de um tributo normatizado pela portaria de 24 de dezembro de 1734, segundo a qual as lojas de fazenda estabelecidas dentro do arraial do Tijuco fossem tributadas em 50 oitavas de ouro anuais (cada oitava a um mil e 200 réis), e as vendas, em 30 oitavas.

O nome "dobla", que aparece em duas séries do *Inventário Analítico* ("carga de dobla" e "receita e despesa de dobla") aplicado a esse imposto, parece ter-se originado durante o trabalho de elaboração desse instrumento de busca, a partir da associação entre o conteúdo dos livros do imposto sobre lojas e vendas do arraial do Tijuco, escriturados entre 1734 e 1764, e o do volume 0629, em cujo termo de abertura se lê: "recebimento das doblas do novo imposto das lojas e tavernas, boticas e boticários", de 1813 a 1815. Este último, contudo, pertence a série diversa, constituída por força do alvará de 20 de outubro de 1812, que estabeleceu impostos para auxiliar o Banco do Brasil.

De acordo com o alvará, todos os estabelecimentos comerciais estavam obrigados a pagar 12 mil e 800 réis por ano. Segundo Cunha Matos, no arraial do Tijuco, "o imposto chamado do Banco do Brasil consiste na contribuição de 60 mil réis que paga cada loja de fazenda, e de 20 mil réis que paga cada venda anualmente. Essa contribuição foi imposta por ordem dos governadores e capitães generais para a compra do capim dos cavalos do destacamento que ali se achava, mas os intendentes converteram o pagamento do capim em imposto do Banco" [6]. São os seguintes os livros dessa série:

Data inicial	Data final	Volume	Rolo	Fotograma inicial	Fotograma final
29/03/1734	19/01/1736	AN CC 0139	021	0613	0715
18/01/1736	18/01/1740	AN CC 0806	056	0005	0147
18/05/1745	18/08/1751	AN CC 0860	059	0003	0199
18/09/1751	18/09/1756	AN CC 0861	059	0200	0384
18/09/1751	18/09/1756	APM CC 1089	014	(cópia do anterior)	
18/11/1756	10/11/1762	AN CC 0140	021	0717	0795

Por senso de oportunidade, apresentam-se em anexo as tabelas que informam e o gráfico que ilustra o número de lojas e vendas em funcionamento no arraial do Tijuco, de 1734 a 1764 (tabela 4 e gráfico 3). Espera-se que, em breve, possa ser publicado o levantamento completo de todos os proprietários de lojas e vendas do Tijuco, já concluído, e que, certamente, fornecerá uma base de dados importantes a quantos se interessem pela história da Demarcação dos Diamantes.

Tabela 1 | Entrada dos diamantes no cofre da Intendência da Demarcação Diamantina 1740-1753

ano	mês	# pedras	quilates	oitavas	grãos	peso em gramas
1740	1	547	496,73	28	25	101,653139
	2	874	1.015,36	57	68	207,788778
	3	542	604,30	34	35	123,667194
	4	628	792,67	45	17	162,216694
	5	942	823,58	47	00	168,542
	6	1.610	670,98	38	21	137,313917
	7	1.017	629,85	35	68	128,896778
	8	183	149,19	08	37	30,5308056
	9	83	99,54	05	49	20,3704722
	10	586	377,72	21	40	77,2982222
	11	672	410,09	23	29	83,9223611
	12	1.500	753,49	43	00	154,198
1741	1	6.039	2.332,75	133	09	477,38625
	2	4.748	1.872,28	106	61	383,154139
	3	9.207	2.936,81	167	43	601,003639
	4	14.830	4.151,00	236	64	849,483556
	5	9.177	3.516,28	200	48	719,590667
	6	10.577	3.516,04	200	47	719,540861
	7	5.282	2.416,47	137	65	494,519361
	8	732	242,16	13	59	49,5565278
	9	768	541,27	30	64	110,767556
	10	6.715	3.273,88	186	60	669,984333
	11	7.818	3.699,30	211	08	757,044444
	12	9.086	4.374,18	249	45	895,15525
1742	1	8.656	4.846,33	276	41	991,778028
	2	*2.200	891,24	50	62	182,387944
	3	4.653	2.207,90	125	72	451,836
	4	7.436	3.823,66	218	15	782,495083
	5	5.377	2.630,88	150	10	538,398056
	6	7.544	3.060,93	174	49	626,404472
	7	5.899	2.649,62	151	15	542,233083
	8	649	320,04	18	19	65,4943056
	9	3.243	1.389,43	79	21	284,339917
	10	7.592	3.117,88	177	67	638,058972
	11	8.276	3.373,66	192	38	690,404611
	12	9.924	4.111,09	234	44	841,315444

ano	mês	# pedras	quilates	oitavas	grãos	peso em gramas
1743	1	7.286	3.641,62	207	59	745,240528
	2	8.686	4.826,86	275	33	987,793583
	3	12.877	6.450,90	368	10	1320,14606
	4	9.837	4.302,14	245	37	880,412806
	5	10.475	4.306,28	245	54	881,2595
	6	9.476	3.719,50	212	19	761,178306
	7	5.470	2.748,43	156	61	562,454139
	8	1.306	807,76	46	07	165,304639
	9	1.102	595,30	33	70	121,824389
	10	3.488	3.006,65	171	42	615,297833
	11	4.212	3.927,10	224	08	803,662444
	12	3.472	3.052,41	174	14	624,661278
1744	1	2.848	1.849,41	105	39	378,472417
	2	6.194	4.111,33	234	45	841,36525
	3	9.068	5.469,61	312	10	1119,33006
	4	2.524	1.639,86	93	42	335,589833
	5		1.427,15	81	32	292,059778
	6	4.532	4.392,68	250	49	898,940472
	7	1.764	2.995,95	170	70	613,106389
	8	769	1.782,48	101	52	364,775889
	9		2.056,76	117	27	420,90675
	10		988,59	56	30	202,310167
	11		3.448,14	196	56	705,645111
	12		6.531,21	372	52	1336,58189
1745	1		4.503,41	257	00	921,602
	2		3.930,26	224	21	804,309917
	3		2.715,33	154	69	555,680583
	4		3.500,95	199	57	716,452917
	5		3.290,67	187	57	673,420917
	6		1.893,21	108	03	387,437417
	7		1.347,08	76	63	275,67375
	8		1.199,84	68	34	245,541389
	9		922,88	52	48	188,862667
	10		582,64	33	18	119,2345
	11		1.087,89	62	06	222,630833
	12		1.718,71	98	06	351,726833

ano	mês	# pedras	quilates	oitavas	grãos	peso em gramas
1746	1		2.137,81	122	00	437,492
	2		2.353,92	134	24	481,719333
	3		2.295,51	131	00	469,766
	4		2.248,78	128	24	460,203333
	5		3.142,46	179	24	643,089333
	6		1.084,97	61	66	222,033167
	7		653,71	37	22	133,777722
	8		207,11	11	59	42,3845278
	9		303,73	17	24	62,1573333
	10		856,44	48	63	175,26575
	11		3.395,08	193	54	694,7875
	12		10.869,37	620	21	2224,36592
1747	1		8.375,99	478	00	1714,108
	2		6.159,33	351	36	1260,479
	3		3.805,41	217	12	778,759667
	4		2.710,22	154	48	554,634667
	5		3.488,54	199	06	713,912833
	6		1.896,86	108	18	388,1845
	7		1.743,54	99	36	356,807
	8		1.520,12	86	54	311,0855
	9		1.655,92	94	36	338,877
	10		5.846,11	333	45	1196,37925
	11		10.215,91	583	00	2090,638
	12		11.880,59	678	00	2431,308
1748	1		12.787,41	729	54	2616,8835
	2		10.667,13	608	54	2182,9775
	3		10.155,55	579	40	2078,28622
	4		3.767,45	215	00	770,99
	5		3.820,01	218	00	781,748
	6		1.487,75	84	65	304,461361
1749	2		4.459,60	254	36	912,637
	3		3.162,90 180		36	647,273
	4		6.777,02	386	54	1386,8855
	9		219,04	12	36	44,825
	10		4.100,38	234	00	839,124
	11		2.102,76	120	00	430,32

ano	mês	# pedras	quilates	oitavas	grãos	peso em gramas
	12		5.467,18	312	00	1118,832
1750	2		5.432,13	310	00	1111,66
	3		6.086,32	347	24	1245,53733
1751	1		64.659,87	3.690	00	13232,34
	2		9.402,55	536	42	1924,18783
	12		4.192,38	239	18	857,9505
1752	1		6.129,64	349	58	1254,40272
	2		8.687,03	495	54	1777,7595
	3		4.753,11	271	18	972,7025
	4		5.502,22	314	00	1126,004
	5		2.873,77	164	00	588,104
	6		1.485,07	84	54	303,9135
	7		2.368,77	135	13	484,757472
	8		490,64	28	00	100,408
1753	1		5.051,98	288	22	1033,86372
	2		8.954,98	511	03	1832,59542
	3		5.480,56	312	55	1121,57131
	4		4.372,72	249	39	894,856417
	5		5.083,37	290	07	1040,28864
	6		1.502,60	85	54	307,4995
	7		749,35	42	55	153,351306
	8		832,59	47	37	170,384806
	9		460,71	26	21	94,2819167

Tabela 2 | Remessas de Diamantes para Lisboa 1740 - 1753

Data	Gramas	#pedras	Quilates
08.05.1740	657,79	2.909	3.215,00
19.06.1741	4.331,48	58.758	21.170,50
30.07.1742	7.676,80	30.136	37.521,00
01.08.1743	8.659,70	46.792	42.325,00
24.08.1744	6.053,88	17.507	29.588,875
16.08.1745	8.408,80	13.034	41.098,75
08.08.1746	3.969,44	5.682	19.401,00
12.06.1747	8.394,74	1.817	41.030,00
03.07.1748	15.672,97	4.541	76.603,00
05.02.1750		5.640	26.280,00
13.03.1750		2.056	11.506,00
26.04.1751			20.118,00
07.07.1752			35.583,00
20.07.1753			17.530,25
20.08.1753			14.993,75
06.09.1753			15.456,25

Tabela 3 | Ouro depositado em benefício do Contrato 1741 - 1753

Data do depósito	Total depositado, em oitavas	Total depositado, em g
09.01.1741	978 _	3.508,901
26.02.1741	1.505 _ 9 grãos	5.398,723
04.06.1741	4126 _	14.798,53
01.04.1742	8.388 _	30.081,16
25.08.1744	24.709 _ 2 grãos	88.609,16
04.08.1743	15.632 5 grãos	56.056,35
14.07.1748	57.685 3 grãos	206.858,4
00.12.1751	4.133 _	14.822,73
00.01.1752	10.398	37.287,23
00.02.1752	4.321	15.495,11
00.03.1752	5.726	20.533,44
00.04.1752	664	2.381,104
00.06.1752	1.102 _	3.953,565
00.01.1753	2.349	8.423,514
00.02.1753	4.974	17.836,76
00.03.1753	2.820 4 grãos	10.112,52
00.04.1753	2.015	7.225,79
00.05.1753	1.884 _	6.756,921
00.06.1753	413 _	1.482,811

Tabela 4-A | Número de Lojas do Arraial do Tijuco 1735-1764

	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1735	8	7	9	6	6	6	8	8	13	14	15	14
1736	16	17	17	16	15	15	15	14	13	13	14	13
1737	14	13	13	13	12	12	12	12	11	12	11	11
1738	7	10	10	11	11	12	12	12	9	10	9	9
1739	9	9	10	9	10	11	13	13	11	13	14	14
1740	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1745	-	-	-	-	9	8	9	9	8	20	9	13
1746	10	12	12	12	12	12	12	11	11	10	10	11
1747	13	14	14	13	12	13	13	13	11	13	12	12
1748	12	12	12	11	8	10	10	10	10	9	9	8
1749	9	7	8	8	8	8	11	12	9	11	11	10
1750	10	9	9	6	7	9	11	11	11	-	-	-
1751	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	10	10
1752	10	9	12	12	11	10	11	11	11	12	11	10
1753	11	13	13	11	11	11	9	9	9	9	10	10
1754	11	11	12	13	13	13	11	12	12	12	12	12
1755	12	12	12	12	10	12	15	18	20	19	17	18
1756	17	18	16	17	17	16	16	17	16	16	16	18
1757	19	19	16	16	16	13	14	14	15	15	16	16
1758	15	15	13	13	13	13	13	13	12	13	14	15
1759	14	14	14	15	18	18	18	19	19	19	21	21
1760	21	19	19	19	19	20	20	18	18	19	19	19
1761	19	21	21	12	15	17	18	20	6	5	16	17
1762	16	16	16	16	16	17	15	15	15	15	15	13
1763	13	13	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12
1764	12	12	10	10	10	7	7	7	4	4	4	

Tabela 4-B | Número de Vendas do Arraial do Tijuco 1735-1764												
	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1735	9	11	11	12	14	14	14	14	13	15	15	15
1736	11	10	10	10	10	9	9	9	10	11	12	13
1737	13	12	12	12	13	12	12	11	11	12	13	10
1738	11	15	14	14	13	13	13	11	10	9	9	9
1739	9	10	10	10	10	10	12	12	11	12	12	12
1740	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1745	-	-	-	-	5	6	5	5	3	6	6	5
1746	2	5	5	6	6	7	7	6	7	6	7	7
1747	7	7	7	7	7	8	8	13	8	8	9	9
1748	10	10	10	10	1	8	9	8	9	9	9	8
1749	10	9	6	7	7	7	7	10	12	12	12	12
1750	12	8	8	-	7	7	6	8	8	-	-	-
1751	-	-	-	-	-	-	-	-	9	10	10	10
1752	9	10	11	11	12	10	9	11	13	13	11	11
1753	12	12	11	8	9	9	9	8	8	11	9	7
1754	10	10	11	12	11	12	11	10	9	9	9	9
1755	10	12	12	13	14	14	12	12	11	14	14	13
1756	13	13	14	13	13	11	11	10	8	8	8	11
1757	10	13	12	12	13	12	12	12	13	13	13	8
1758	8	8	6	6	6	6	7	7	7	6	9	9
1759	10	10	10	10	10	10	7	7	7	8	7	7
1760	8	8	8	8	11	11	11	8	8	9	9	9
1761	9	10	11	12	13	13	13	11	2	1	7	7
1762	8	10	6	6	6	7	7	7	8	8	8	8
1763	7	7	8	8	8	5	5	5	7	7	7	7
1764	8	8	5	6	6	6	6	6	4	4	4	

Gráfico 1 Total em gramas de diamantes depositados no cofre da Intendência do arraial do Tijuco 1740-1753

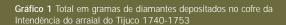
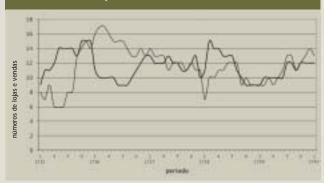



Gráfico 2 Relação entre o número e o peso em gramas dos diamantes remetidos para Lisboa 1740-1743

Gráfico 3 Variação do número de lojas e vendas no arraial do Tijuco 1735-1764

Notas |

1. Essa portaria era explicada por outra, datada de 8 de maio de 1730. Para um repertório da legislação até 1733, cf. PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Sobre o descobrimento dos diamantes na comarca do Serro Frio*; primeiras administrações. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 7 (1902), pp. 251-355. [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manuscrito 346; memória publicada anteriormente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 63, p. 307; a partir da p. 263, documentos relativos ao descobrimento dos diamantes na comarca do Serro Frio até 26 de julho de 1733, copiados e conferidos por Augusto de Lima]. Para um resumo da legislação posterior ainda é muito útil o texto de SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979 [1. ed. 1868, reunindo capítulos originalmente publicados sob a forma de artigos d'O *Jequitinhonha*, a partir de 1861].

2. De acordo com PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de (op. cit., p. 258), "no ano de 1731 ainda não havia resolução positiva da Corte e continuou a capitação de 5$000 réis por edital do ouvidor que não achei, nem quem me desse a sua data".

3. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 7, 1902. pp. 251-355.

4. CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação.* São Paulo: Nacional, 1938, vol. 1, p. 312; PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII.* São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1979. pp. 163-77/218-9.

5. Um exemplo dessa contabilidade, para 1798, pode ser consultado em CUNHA MATOS, Raimundo José. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, vol. 1, 1979. p. 348 (Publicações Históricas do Arquivo Público Mineiro, n. 3).

6. CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 2, 1981. pp. 283-284.

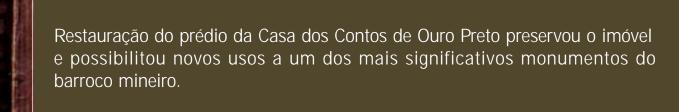
* Este artigo se debruça sobre o acervo documental produzido pela antiga Intendência dos Diamantes, entre 1733 e 1764, e resulta de um conjunto de pesquisas conduzidas desde 2003 no acervo da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, com o indispensável apoio do CNPq. Encareço minha gratidão aos assistentes de pesquisa Alexandra Maria Pereira, Quelen Ingrid Lopes e Felipe Rodrigues de Oliveira, cujos esforços tornaram possível a empreitada. As matérias de que trata têm em comum o tema do exercício da fiscalidade e da administração na Demarcação Diamantina. Em síntese, o que se buscou foi, em primeiro lugar, apresentar as séries constitutivas do fundo Intendência dos Diamantes que nos alcançaram, com a ressalva de que, só por rigor da terminologia arquivística, muitas delas podem ser assim consideradas, já que algumas se constituem de um ou dois volumes; em segundo lugar, explorar o conteúdo de documentos de interesse para a história da Demarcação.

O historiador **Angelo Alves Carrara** é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de *A Real Fazenda de Minas Gerais* (UFOP).

Dossiê

Eugênio Ferraz

Jóia da coroa

Restauração do prédio da Casa dos Contos de Ouro Preto preservou o imóvel e possibilitou novos usos a um dos mais significativos monumentos do barroco mineiro.

> *Tendo eu falado da Casa dos Contos, devo incluí-la no inventário das obras de arte da cidade.*
> Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos

O prédio da Casa dos Contos de Ouro Preto, um dos mais amplos, belos e suntuosos monumentos do barroco mineiro, situa-se na rua São José, nº 12, entre a praça Reinaldo Alves de Brito e a Ponte dos Contos. Construído entre 1782 a 1784, originalmente para residência e Casa dos Contratos do arrematante da Arrecadação Tributária das Entradas e Dízimos, João Rodrigues de Macedo, uma das maiores fortunas da Colônia no século XVIII e, certamente, eminência oculta da Inconfidência Mineira, que teve, inclusive, o seu caixa – Vicente Vieira de Motta – como um dos conjurados condenados e deportados para África. No prédio, o próprio Tiradentes teria se reunido com outros Inconfidentes.

Durante a repressão à Inconfidência Mineira, o edifício aquartelou tropas do vice-rei, além de servir de prisão nobre para conjurados dos mais elevados títulos sociais, como o cônego Luís Vieira da Silva, José Álvares Maciel, padre Rolim e Cláudio Manuel da Costa, tendo este morrido tragicamente na cela, na madrugada de 4 de julho de 1789.

Em 1792, encontrando-se Macedo em grande débito com a Real Fazenda, iniciou-se a transferência para o casarão, e mediante aluguel, da sede da administração e contabilidade pública da Capitania de Minas Gerais, a denominada Casa dos Contos, daí a permanência até nossos dias do nome que representa, em uma de suas acepções, o monumental prédio de Vila Rica.

Sobreveio, em 1803, o seqüestro definitivo do imóvel, devido à inadimplência do contratador para com a Real Fazenda[1]. Entre 1820 e 1821 foi construído o prolongamento do lado direito da edificação e, em 1844, o acréscimo do lado esquerdo; aquele para abrigar, junto aos Contos, a Casa de Fundição do Ouro e da Moeda, e este para permitir o funcionamento da Secretaria da Fazenda da Província de Minas no mesmo local já ocupado pelo Tesouro Nacional

Com a transferência da Capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, em 1897, caracterizando um enorme período de tempo em que o prédio foi submetido a vários acréscimos, intervenções, alterações e descaracterizações, o imóvel passou a abrigar simultaneamente os Correios e a Caixa Econômica, nas áreas antes destinadas às repartições fazendárias. Em 1970, a Prefeitura Municipal ocupou o prédio.

Nova destinação

Finalmente, em 1973, o Ministério da Fazenda retoma o imóvel, adapta-o e ali inaugura o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (Cepo), numa experiência pioneira de levantar, em microfilmes catalogados também por computadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), toda a histórica documentação econômico-fiscal do Ciclo do Ouro – o chamado Arquivo Casa dos Contos –, disseminada entre o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional.

A investigação profunda desse acervo, que remonta às origens da identidade brasileira, ofereceu uma valiosa contribuição às ciências sociopolíticas, abrangendo todo um ciclo – o do Ouro – da maior importância para o país. O fato de abarcar todo um ciclo econômico, desenvolvido em cem anos aproximadamente, aumenta o seu valor como fonte para a formulação de uma autêntica política econômica, ponto de referência para a verificação das teorias desenvolvidas desde o século XIX e que dividiram o mundo em facções divergentes.

Repartição fazendária desde antes de seu seqüestro, não poderia ter a Casa dos Contos outro destino que não o de

repositório da memória econômico-fiscal, além da presença, também no prédio, da Agência da Receita Federal, que perpetua sua função, não lhe restando apenas o destino de museu como à primeira vista pode ser erroneamente caracterizada[2].

Seu acervo original em microfilmes foi sensivelmente ampliado nos dez anos iniciais de funcionamento do Ceco, juntando-se a outros arquivos sociopolítico-econômicos e eclesiásticos trabalhados nas próprias instalações de Ouro Preto, perfazendo um total aproximado de um milhão de documentos. Parte do mobiliário que ocupa a edificação compõe-se de peças autênticas dos séculos XVIII e XIX. As instalações possuem, ainda, equipamentos para microfilmagem, leitoras-copiadoras de microfilmes e sistemas de reprografia para manipulação e pesquisa do acervo existente.

O imóvel conta, também, com salões destinados a conferências e exposições, o que assegura uma efetiva e dinâmica participação cultural da instituição na vida da comunidade local e flutuante, criando uma perfeita simbiose entre a arquitetura física e artística do monumento de dois séculos com as mais altas expressões das artes e culturas atuais.

Intervenções

O edifício, construído para moradia, sofreu, nesses 200 anos de sua existência, diversas intervenções, a começar pelos acréscimos havidos por volta de 1821 e 1844. No século XX, em 1928, a área correspondente ao mirante desaba, acarretando, em conseqüência, a necessidade de sua reconstrução com a implantação, já naquela época, de estrutura de concreto armado caracterizada por duas vigas de sustentação, instaladas sob as janelas da água-furtada que dão para os fundos do prédio e na mesma posição na parede oposta, permanecendo o arco da varanda como um falso arco estrutural.

O desabamento, de grandes proporções, e sua reconstrução indicam ter havido, então, substanciais modificações naquele local do prédio. Outra intervenção ocorre por volta de 1947, atingindo, dessa feita, também a varanda interna, oportunidade em que teria ocorrido a "poda" do beiral do telhado naquela área.

Durante o tempo em que abrigou os Correios e a Caixa, várias alterações físicas se processaram internamente, mediante a transformação, entre outras, de uma ala de cômodo em salão contínuo (segundo pavimento, lado esquerdo); adaptações de banheiros em sala frontal, também no segundo pavimento, e soerguimento de paredes e pilastras divisórias no salão térreo que, anteriormente, já tivera demolidas suas paredes divisórias originais.

A saída dos Correios e a ocupação do prédio pela Prefeitura Municipal, em 1970, levam a novas obras e adaptações, sem se fazer, contudo, a execução de trabalhos estruturais. Pouco antes do final de 1973, ainda em adaptações para a Prefeitura Municipal, descobre-se, na sala nobre da Casa, sob teto falso rebaixado, um forro original com pinturas da época da construção da residência, com belíssimas pinturas de grande valor artístico e histórico, então atribuídas a Manuel da Costa Ataíde.

O forro foi descoberto como decorrência da necessidade da passagem de fiações elétricas através do tabuado do teto daquela sala, para a qual se adaptavam outras duas saletas laterais. Com a abertura da sua parte superior, verificou-se a existência de outro forro falso. O arquiteto e historiador Ivo Porto de Menezes, avisado, procedeu à exposição de todo o painel ali escondido, com a remoção do forro falso.

Posteriormente, em fins de 1973, o Ministério da Fazenda retoma o prédio e lhe devolve suas possíveis e então imagináveis características físicas originais, por meio da remoção de acréscimos recentes e de outras intervenções que descaracterizavam sensivelmente a edifi-

Casa dos Contos de Ouro Preto, bico de pena de Alfredo Cândido, s/ data *in* LIMA JR, Augusto de. *Pequena História da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955

cação. O exíguo período de tempo necessário à instalação do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro certamente contribuiu para que várias das descobertas agora efetuadas passassem despercebidas na época. Esses trabalhos não atingiram a parte estrutural do monumento, talvez porque se tenha partido do pressuposto de que, com tantas intervenções recentes, a estrutura do imóvel se encontraria em bom estado, condição que até há pouco tempo se apresentava como verdadeira.

Em 1978, em vista da enorme quantidade de telhas quebradas – anteriormente haviam sido emboçadas na totalidade, o que resultou na quebra de grande quantidade delas, devido ao impedimento de movimentação natural – e do conseqüente resultado de goteiras generalizadas, empreendeu-se a substituição da maior parte das telhas por outras novas, de acordo com o modelo aceito e até hoje recomendado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), sendo as mesmas submetidas a um processo, indicado por aquele órgão, para seu escurecimento e integração paisagística.

Resolvido o problema crucial das infiltrações, nos últimos dois anos a edificação passou a apresentar diversos sintomas degenerativos crescentes e acentuados, tais como insuficiência nas instalações elétricas, vazamentos e entupimentos nas partes embutidas das redes hidráulica e sanitária, abatimentos de paredes e pisos, perigo de desabamento da varanda interna pela sua exposição permanente a intempéries e a presença constatada de fungos e insetos xilófagos na estrutura madeireira.

Tornou-se, então, necessária a substituição de parte do ripamento, já completamente danificado por ataques de insetos xilófagos e apodrecido. Na obra de restauração

Foto-postal da Casa dos Contos de Ouro Preto, s/data (*circa* 1925). Coleção Luís Augusto de Lima.

Casa dos Contos de Ouro Preto. Postal, década de 1960. Coleção Luís Augusto de Lima.

que nos ocupa, comprovou-se, a partir de estudo e análise técnica do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), que a ação nefasta de tais pragas – principalmente na estrutura do imóvel, de difícil visualização e acesso – ocorria há mais de 25 anos (ou seja, desde a década de 1950), de forma generalizada, associada a processos destrutivos causados por fungos.

Estudos preliminares

A par das crescentes deficiências que se sucediam e se agravavam no prédio, a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda e a Delegacia do Ministério da Fazenda em Minas Gerais decidiram promover um trabalho de restauração completa e definitiva da Casa dos Contos, a partir de relatório circunstanciado que elaboramos em 1981, na Seção de Obras do Ministério da Fazenda em Minas Gerais.

Desde as origens do projeto, o Ministério da Fazenda solicitou a colaboração e assessoria do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) e da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais/Fundação Nacional pró-Memória (Sphan/FNpM), tendo esta última, por determinação de seu diretor regional, engenheiro Dimas Dario Guedes, participado ativamente de todas as fases e definições, por intermédio da arquiteta Lívia Romanelli D'Assumpção. Diversas e sucessivas reuniões ocorreram para o detalhamento final do projeto global, enquanto o projeto elétrico era desenvolvido na Divisão de Obras, em Brasília, sob a responsabilidade do engenheiro eletricista Breno da Costa Barros, e o projeto hidráulico era elaborado pela engenheira civil Neuza Rodrigues Bittencourt, da Seção de Obras da Delegacia do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, todos sob a coordenação do autor do presente trabalho.

Concluído o projeto, iniciou-se a fase de liberações dos recursos junto aos órgãos competentes e, a seguir, junto à Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda. Fatores legais conduziram à licitação da obra a preço fixo e irreajustável, conquanto se saiba que obras do gênero se caracterizam por surpresas a todo momento. A licitação, efetuada em fins de novembro de 1982, venceu-a a Construtora Walter Coscarelli S.A., tradicional empresa do ramo de restaurações de monumentos históricos, sendo a que detém o maior volume de obras restauradas para a Sphan/FNpM no Estado de Minas Gerais.

A experiência e seriedade da empresa contratada para a execução das obras, por intermédio dos engenheiros Walter e Alfredo Coscarelli, associadas às orientações das assessorias técnicas e precauções da fiscalização, em muito contribuíram para o desenvolvimento correto dos trabalhos, o que possibilitou os bons resultados obtidos posteriormente.

Canteiro de obras

Logo no início da obra, a empresa restauradora consultou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) e o Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) para a elaboração do laudo técnico exigido nas especificações e para a assessoria no desenvolvimento dos trabalhos em madeiras, tendo optado por este último órgão em razão da menor distância, o que facilitaria permanentes contatos. Excelente escolha, diga-se de passagem, já que o projeto apresentado pelos técnicos Edir Tenório, Nilton Avelar e Adair Marques caracterizou-se por uma especial dedicação, abordagem e assessoria além do esperado.

Desse trabalho, resultou a publicação de uma obra assinada pelos técnicos, juntamente com este autor, intitulada *A restauração da Casa dos Contos – estrutura madeireira*, numa edição da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (Esaf), lançada na reabertura do Ceco/Casa dos Contos. Ilustrada com fotografias de toda a seqüência dos tratamentos de madeiras, a publicação é resultado do caráter pioneiro dos métodos implantados na obra de restauração [3].

O laudo então apresentado, extremamente didático e elucidativo das causas da ocorrência da deterioração estrutural generalizada da Casa dos Contos, esclarecia:

> Os calços das vigas eram, via de regra, originados de madeiras com baixa resistência a predadores, o que pode ter sido responsável, em parte, pelo fácil acesso dos predadores a essas peças, de onde, depois de estabelecidos, expandiram-se para as partes das vigas mais suscetíveis à deterioração...
>
> O primeiro e segundo pavimentos apresentaram problemas semelhantes no que tange à preservação das estruturas de sustentação de tetos e assoalhos...
>
> A sala nobre constituiu um caso especial, dado que a pintura a têmpera precisaria ser preservada, e algumas peças de madeira que a compunham mostravam-se estragadas, sobretudo nas bordas, ou desajustadas no mosaico de composição da pintura. A delicadeza do teto, sua proximidade com o telhado e a necessidade de preservação de sua pintura foram as principais variáveis responsáveis por um tratamento particular neste caso.

Ainda em relação aos trabalhos nas madeiras, além de realizadas todas as etapas da forma orientada pelo Cetec, como garantia adicional foram as cabeças dos novos barrotes impermeabilizadas com produto adequado, bem como se procedeu, ao fim da obra, a uma nova impermeabilização geral. Os barrotes aparentes foram posteriormente pintados com solução preservativa, indicada pela Sphan/FNpM.

As peças irremovíveis e/ou embutidas em paredes, como pés de esteios e portais, foram expostas e examinadas uma a uma, tendo as sãs recebido, preventivamente, tratamento imunizante por meio de tubos de soro em toda a sua extensão. Também preventiva e adicionalmente, os barrotes, após a instalação dos pisos, receberam um tratamento imunofungicida contínuo e sistemático, tendo o soro sido aplicado por meio de tubos em toda a sua extensão.

Os arremates dos pisos junto às paredes, como de resto todos os pontos de peças de madeira em contato com alvenarias, foram tratados com argamassas preparadas com fungicidas e preservativos imunizantes, a fim de impedir ou, pelo menos, retardar ao máximo qualquer possível processo de apodrecimento pelo ataque xilofágico.

Finalmente, o mobiliário do prédio, após restauradas algumas peças, recebeu expurgo preventivo em câmara de gás, juntamente com livros e documentações existentes, sendo toda a edificação dedetizada ao fim da obra, evitando-se pragas domésticas.

Em todos os forros foram deixadas "janelas" para inspeções periódicas das estruturas existentes entre forros e pisos, mediante a fixação das saias laterais com parafusos postos de forma imperceptível e que permitirão sua fácil remoção a qualquer tempo, sem que as inspeções onerem demasiadamente o custo das vistorias.

Em resumo, o trabalho consistiu seqüencialmente das seguintes etapas:

- fumigação de todo o madeirame em câmara de gás, para expurgo inicial [4];
- imersão do madeirame fumigado em tanque contendo solução imunizante;
- pincelagens com imunizantes, em três demãos, antes da instalação das peças;
- pincelagens com imunizantes, em três demãos, após a instalação das peças em seus locais;
- criação de barreiras tóxicas nas peças estruturais e naquelas em contato com alvenarias, por meio de série de furos desencontrados, nos quais se injetou imunofungicida, distando as malhas de barreiras tóxicas cerca de 60cm umas das outras;
- polvilhamento, com imunofungicida, nas pontas e cabeças de peças em contato com alvenarias;
- criação de câmaras de fumigação aéreas nos locais de peças irremovíveis, como o pendural do Mirante e o forro artístico da sala nobre, locais onde, a seguir, se aplicou a seqüência imunofungicida já descrita;
- aplicação de soluções imunofungicidas em peças irremovíveis, como portais e ombreiras, por meio de injeções em toda a extensão das peças, salientando-se que as portas e janelas também receberam tratamento por fumigação e seqüência imunizante referida;
- aplicação de tubos de soro contendo soluções imunofungicidas em caráter complementar e adicional em todos os barrotes após a instalação dos pisos;
- pincelagem adicional de imunizantes em todas as estruturas ao final da obra;
- expurgo, em câmara de gás para fumigação, de todos os móveis do prédio;
- impermeabilização das bases em rocha onde se encontra instalada a estrutura inferior de pisos;
- dedetização da edificação ao fim da obra;
- pintura dos barrotes aparentes, após a seqüência imunofungicida, com solução preservativa indicada pela Sphan/FNpM.

Preservando tesouros

A restauração da Casa dos Contos, que se tornou referência nacional, teve sua importância acentuada graças às várias descobertas efetuadas, entre elas pinturas artísticas

em forros e paredes recobertas por dezenas de camadas de tintas, nichos escondidos, óculos tampados e sistema sanitário original – avançadíssimo para a época. Além desses, vieram agregar-se aos achados os pisos pé-de-moleque soterrados da senzala, descobertos em 1975, junto aos quais se encontravam os cadinhos usados na fundição de ouro e atualmente expostos na Casa de Fundição e da Moeda da Casa dos Contos.

As mais de 50 ações propostas há mais de quatro anos – algumas delas já executadas, outras em andamento ou aguardando recursos – poderão colocar o Ceco na efetiva condição de subsidiar as políticas econômicas do país. Pressupõe-se que o conhecimento das lições históricas decorrentes de atos e fatos econômico-fiscais já ocorridos, que resultaram em experiências do porte da fracassada Inconfidência Mineira, demonstra que um povo sem história corre o risco de repetir erros em prejuízo da sociedade.

No elenco de medidas propugnadas, destacam-se a instalação de hidrantes, detetores de incêndio, elevador para portadores de necessidades especiais como também a reedição de livros, o lançamento da Revista do Ceco, a contratação de pessoal especializado e estagiários, em projeto pioneiro de revitalização da Casa dos Contos

A partir de julho de 2004, houve a implantação do convênio entre Escola de Administração Fazendária (Esaf), Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (Spoa), Casa da Moeda do Brasil (CMB) e Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Com a instituição de um Comitê Executivo formado por representantes das partes conveniadas, e sob a presidência da Gerência Regional do Ministério da Fazenda em Minas Gerais (GRA-MF/MG) – órgão ao qual cabe a administração e direção dos trabalhos da Casa dos Contos – várias ações foram implantadas, tais como a ampliação e a contratação de quadros de vigilância, limpeza, recepção e manutenção predial.

Quarenta estagiários da Ufop, das áreas de turismo, biblioteconomia, história, engenharia, direito e de outras especialidades, já estão em condições de assumir as funções definidas em aditamento específico do convênio. Por outro lado, já se iniciam os projetos editoriais do Ceco, mediante parceria com o Departamento de História da Ufop que, através da Esaf, também realizará seminários na Casa.

A Casa da Moeda do Brasil assumiu a Casa de Fundição e da Moeda existente no prédio e ali instalou importante mostra numismática permanente. Em continuidade ao tema, o Banco Central do Brasil mantém, em sala próxima, exposição específica também de forma permanente. Em outros ambientes, exposições e eventos artísticos e culturais dinamizam o monumento.

De todo o planejamento efetuado, a implantação ainda em curso representa cerca de 10% do que se pretende para a Casa dos Contos e para o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Convênios vêm sendo estudados com a Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro, PUC-Minas, UFMG e outras entidades culturais e de pesquisa de âmbito nacional. Outros parceiros pretendidos são a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Câmara Municipal, governo do Estado de Minas Gerais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, empresas estatais e também a Igreja Católica.

Por meio de tais parcerias, pretende-se tornar o Ceco e a Casa dos Contos de Ouro Preto um pólo referencial nas áreas museológica e de pesquisa histórica socioeconômica-tributária. Poderão também ser viabilizadas exposições de importância singular para Ouro Preto e ampliadas as condições para que ambos possam cumprir sua missão, que é "preservar a memória econômico-fiscal do Ciclo do Ouro, a arquitetura barroca e promover as artes e a cultura nacional".

Notas |

1. O prédio foi avaliado, em 1803, em 52 contos, quantia equivalente, à época, a 125kg de ouro que, sem qualquer atualização dos valores, representava, em fevereiro de 2004, cerca de R$ 4.875.000,00. Em 2003, por solicitação do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape-MG), participamos e autorizamos fosse a Casa dos Contos objeto de trabalho pioneiro no país, no âmbito da Engenharia de Avaliações, tendo sido incluída em aula prática no contexto do XII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias (Cobreap). A avaliação da Casa dos Contos, com a participação de cerca de 50 engenheiros, precedida de palestra técnico-histórica que proferimos, versando sobre o prédio, sua restauração e seu valor, foi realizada pelos engenheiros Maria dos Anjos e Radegaz Nasser Júnior. O relatório final, documentado, concluído em janeiro de 2004, deverá ser objeto de publicação específica sob o título (provisório) *Avaliação pioneira de patrimônio histórico no Brasil – a valoração cultural da Casa dos Contos de Ouro Preto*, de nossa autoria em conjunto com os engenheiros. O valor estimado foi de R$ 7.000.000,00, que se coaduna perfeitamente com o contexto relativizado do monumento, tendo sido o primeiro trabalho do gênero efetuado no Brasil, com completo embasamento técnico e oficial, sob patrocínio de entidade técnica da área, e que permitirá o desenvolvimento de outros trabalhos similares.

2. No final de 2002 foi instalada, em sala frontal à Agência da Receita Federal, que ocupa a lateral térrea esquerda do prédio, uma réplica da Coletoria Federal da década de 1940, iniciativa da Secretaria da Receita Federal, visando a fixar, em uma determinada época, a atividade arrecadadora no país. Novos ambientes foram adaptados, em 2004, nas demais áreas do prédio, em comemoração aos 220 anos de construção do monumento, 30 anos de instalação do Ceco e 20 anos de sua efetiva e completa restauração, retratada em livro que, por isso mesmo, recebe sua segunda edição revisada e atualizada. Programa-se a complementação da exposição permanente da Casa da Moeda, em réplicas (desfalcadas de algumas "barras de ouro" roubadas no início dos anos 80), acrescidas de outras mostras e materiais de exposição da importante instituição nacional que, assim, se fará efetivamente presente na sua congênere mineira, enriquecida por meio do lançamento, pelo Clube da Medalha da Casa da Moeda do Brasil, de Medalha Comemorativa dos referidos 220 anos da Casa dos Contos. O marco comemorativo dos 30 anos do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro deu partida à revitalização do Ceco, através de série de publicações programadas, a cargo da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, ajustes no convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto, participação da Casa da Moeda do Brasil nas atividades culturais e em mostras permanentes, reordenamento na ocupação do prédio, além de várias outras programações culturais como, por exemplo, o planejado lançamento da moeda dos 300 anos de Ouro Preto pela Casa da Moeda do Brasil e Banco Central, referenciando a efeméride ocorrida em 1998. Comemorando os 20 anos da restauração, além dos rearranjos e adaptações físicas no prédio, deverá também ocorrer, em complementação ao lançamento da seguinda edição do livro, a atualização e relançamento do volume *A restauração da Casa dos Contos de Ouro Preto – estrutura madeireira*, trabalho deste autor em parceria com técnicos do Cetec-MG, e a reedição do volume *As potencialidades de pesquisa na Casa dos Contos*, tendo como anexos a bibliografia até a década de 70 da Casa dos Contos, por Hélio Gravatá, e catálogo completo dos microfilmes referentes aos códices da Coleção da Casa dos Contos, existentes no Arquivo Público Mineiro, reorganizado por Ivanise Junqueira Ferraz, e, ainda, outros catálogos e relançamentos de várias obras do historiador Tarquínio J. B. de Oliveira, tudo isso registrando a importância que o Ministério da Fazenda empresta a esse tema que contextualiza sua participação na história e na cultura nacionais. Paralelamente, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) viabiliza a liberação de recursos para a digitalização do acervo microfilmado e para a recuperação dos microfilmes comprometidos por umidade ao longo dos 30 anos do Ceco, pois seu controle e acondicionamento adequado só ocorreram por poucos anos após a restauração de 1983/1984.

3. A obra citada deverá ser reeditada, em cores, em edição revisada, comentada e atualizada.

4. Esse trabalho foi pioneiro, ao utilizar o princípio da preservação de grãos em silos. Anos depois, a imprensa divulgou a fumigação em um imóvel, todo envolto para formação da câmara de gás. Nada mais era do que a técnica utilizada na restauração da Casa dos Contos. Essa seqüência de técnicas aplicada na Casa dos Contos de Ouro Preto, somada às barreiras químicas nos entornos dos prédios, tivemos oportunidade de utilizar em várias restaurações empreendidas pelo próprio Ministério da Fazenda, com destaque para o Convento dos Mercedários de Belém do Pará (trabalho descrito na obra de nossa autoria, de igual nome, acompanhado do subtítulo *Breve histórico e registro de sua recuperação*, editada em 1990 e reeditada em 2000). Toda a técnica, também acrescida de barreiras químicas, foi aplicada na monumental restauração do Teatro Amazonas (1987 a 1989), à qual prestamos consultoria

Engenheiro civil-restaurador, **Eugênio Ferraz** é autor do livro *A Casa dos Contos de Ouro Preto – ensaio histórico e memória de sua restauração* (C/Arte). Ocupa os cargos de gerente regional do Ministério da Fazenda em Minas Gerais e de diretor-geral da Casa dos Contos de Ouro Preto.
gra.mg.gra@fazenda.gov.br

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Leonor Freire Costa
Maria Manuela Rocha
Rita Martins de Sousa

O ouro cruza o Atlântico

As características do tráfego de ouro sob a forma de pó, barra ou moeda entre o Brasil e Portugal, de 1720 a 1764, são fator determinante para a compreensão das relações econômicas entre Reino e Colônia naquele período.

> As intensificadas prospecções mineiras na região do planalto de São Paulo revelaram-se frutíferas nos últimos anos de seiscentos. Após um século de esperanças goradas, o Brasil figurava como a terra do mítico *El Dorado* no mapa das rotas atlânticas. De imediato, a jurisprudência legitimou a carga fiscal que esse novo filão de riqueza havia de proporcionar. O direito real de arrecadação do quinto do ouro extraído de ribeiros e minas fosse entendido como um direito patrimonial e fosse legitimado como um justo tributo para "os gastos em prol da República" (Antonil, 2001: 267) constituiria uma das mais importantes receitas da Coroa ao longo dos três primeiros quartéis do século XVIII.

Mas também, logo nos primórdios do processo, houve a percepção de que as remessas dirigidas aos cofres do rei estavam subestimadas, porque dependentes de uma produção cuja exata quantidade era de difícil estimação. Antonil, em 1710, sabia que as 20 arrobas do quinto levariam a supor serem extraídas cem arrobas por ano. Não tendo parado as explorações e não subindo os montantes arrecadados, era de simples dedução que o fisco nesse ano, tal como nos anteriores, estava muito aquém dos níveis adequados à produção e que, pelo valor do tributo, em muito se erraria o cálculo dos restantes 4/5 dessa riqueza que ficaria na mão dos particulares.

Problema sempre candente, este, o da dificuldade de controle das quantidades produzidas, que levaria a Coroa a adotar várias estratégias que serão questionadas neste artigo, segundo dois eixos problemáticos interdependentes mas diferenciados. Um prende-se a uma cultura fiscal estruturada, ao longo de séculos, na importância dos impostos indiretos nas finanças do Estado e que suscitou, nessa nova conjuntura da primeira metade do século XVIII, uma atenção acrescida na escolta às frotas, introduzindo-se um novo direito sobre o transporte do ouro. O outro eixo problemático atenta no comportamento dos agentes envolvidos na circulação do ouro e na forma como as estratégias do Estado para a arrecadação do imposto incidente na produção aurífera interferiram nas escolhas dos privados e na utilização de casas de moeda no Brasil.

As preocupações dominantes na historiografia pouco têm considerado a distinção entre ouro amoedado e ouro por amoedar, pois apenas se têm perspectivado as diferentes articulações ou tensões entre os interesses da Coroa e dos particulares, através das questões relativas aos quantitativos produzidos e à nefanda ação do contrabando.

A articulação entre agentes privados e a Coroa no Ciclo do Ouro brasileiro insere-se num projeto de investigação que visa, contudo, a um leque mais amplo de problemas. Através dos fluxos do ouro remetido para o Reino, pretende-se responder a um questionário que toca quer a organização mercantil, instrumentalizando a análise de redes, quer as quantidades de ouro desembarcado legalmente em Portugal. O estudo dos quantitativos coloca, por sua vez, diversas questões que passam pela análise da composição das remessas e respectiva aferição do ouro amoedado no Brasil, fato que obriga a uma reapreciação do papel da Casa da Moeda de Lisboa para a oferta monetária no reino, assim como a uma análise da circulação monetária, considerando o tipo de moedas desembarcadas no Reino, os quantitativos e os fatores para a retenção do metal na América Latina e para a reexportação, atendendo, sobretudo, ao debatido problema das balanças comerciais negativas com a Europa.

Inscrito num projeto plurianual de investigação, o presente artigo constitui uma apresentação dos primeiros resultados da pesquisa, inicialmente divulgados em 2003[1]. Um primeiro ponto sublinha a importância da utilização de fontes documentais menos exaustivamente consideradas e que revelam o modo como o transporte de ouro serviu aos interesses fiscais do Estado. Uma segunda parte destina-se a caracterizar as cargas em ouro e a explicar a sua diversidade através da participação de duas categorias de agentes nesses fluxos: a Coroa e os particulares, majoritariamente envolvidos no universo mercantil. Uma con-

clusão considera a interferência de interesses convergentes para a verificada composição das cargas em ouro.

O ouro do Brasil na historiografia

A questão das quantidades extraídas de ouro ocupa numerosa bibliografia na área da história econômica do século XVIII português. Importa por isso cingir a exposição ao que é relevante. O Visconde de Santarém foi o primeiro a tentar estimar as quantidades extraídas da Colônia, através das notícias da diplomacia francesa sobre as cargas chegadas a Lisboa (Visconde de Santarém, 1845). Tarefa dita inglória por vários dos estudiosos que, posteriormente, desejaram precisar os valores. Lúcio de Azevedo (1988) em pouco acrescentaria o trabalho daquele erudito, enquanto Jaime Cortesão pugnaria por desacreditar qualquer estimativa, insistindo nos fluxos clandestinos e apegando-se a testemunhos da administração colonial que denunciavam esse flagelo do aparelho fiscal (Cortesão, 1956: 53-63).

Assim, tal como as fontes da época o explicitavam, conceituadas obras do início do século XX abordam a produção mineira de forma inseparável do contrabando, nele escudando a precariedade dos montantes calculados a partir dos valores do imposto arrecadado pela Coroa. Problema incontornável, é certo. Mesmo recentemente, estando há muitas décadas publicados os estudos que avançaram substancialmente no grau de fiabilidade dos montantes, Beatriz Nizza da Silva (1986) ou Stuart Schwartz (1998) continuariam, com fundamento, a dar por impossível um cálculo da produção aurífera, tivesse-se em consideração o contrabando (Beatriz Nizza da Silva) ou tivessem-se em mente as múltiplas variantes introduzidas pela Coroa no sistema fiscal (Stuart Schwartz).

Nesse panorama, precisam ser destacadas duas investigações fundamentais que retiram ao tema o seu caráter obscurantista. Vitorino Magalhães Godinho, num artigo primeiramente publicado nos *Annales* nos anos 50 e com última reedição em 1990 (Godinho, 1990: 477-495), divulgava pela primeira vez as virtualidades de uma fonte esquecida no arquivo da Casa da Moeda de Lisboa: uma extensa série de registros (oficiais, naturalmente) de embarques de ouro. O autor identificou, de uma forma sumária, o tipo de registros em questão. Trata-se dos *Livros de Manifesto*, onde se anotaram as remessas de particulares para o Reino bem como todo o ouro do rei. Dos totais, é possível quantificar o que foi descarregado em Portugal. Mesmo assim, a fonte tem limitações. Reporta-se a fluxos oficiais, melhor, à parcela da produção que foi transportada. Aliás, Vitorino Magalhães Godinho sublinha-o, mas chama a atenção para esse corpo documental como meio mais seguro de avaliar quantidades.

Independentemente da importância desse ensaio pioneiro de Magalhães Godinho, Virgílio Noya Pinto (1979) granjearia créditos pela melhor sistematização dos dados disponíveis, ultrapassando as tentativas de Roberto Simonsen (1957) e evitando as imprecisões de Lúcio de Azevedo na utilização das mesmas fontes diplomáticas francesas de que se havia servido já o Visconde de Santarém. Considerando, assim, os relatórios consulares depositados no Quai d'Orsey, Noya Pinto corrigiu erros e cotejou os resultados com os valores indicados por Vitorino Magalhães Godinho. Mas, desconhecendo a exata natureza da fonte citada por Magalhães Godinho, duvidou dos montantes – é verdade que não são referidos para todos os anos – e fez valer a informação francesa, assim se constituindo como referência obrigatória e quase única em posteriores trabalhos de síntese sobre esse tema (Russel-Wood, 1984: 547-600).

Michel Morineau (1985) consideraria, portanto, e com razão, questionáveis os dados divulgados. O seu esforço de erudição para elaborar a série mais completa (por isso, menos falível) a partir das *Incroyables Gazettes* não tem merecido a devida atenção. Ernst Pijing (1997) em estu-

do que questionou os aspectos conceituais do contrabando na administração do Antigo Regime, admitindo o paradoxo de uma quantificação, voltou a dar sinal de como a produção historiográfica brasileira, divulgada em trabalhos anglo-saxônicos, penetrou melhor nos meios acadêmicos norte-americanos ao contrário da francesa e da portuguesa. Só recentemente, numa excelente coletânea de ensaios sobre a economia da América Latina, reconhece-se, através do trabalho póstumo de Ruggiero Romano (2004), o contributo das análises críticas de Morineau para a historiografia hispânica.

Não está em causa, porém, a qual dos investigadores se deverá atribuir os méritos exclusivos da resolução de um problema candente na historiografia luso-brasileira. Evite-se, tão só, uma leitura rigorosa dos quantitativos adiantados até agora para se considerar apenas as tendências de conjuntura. Continua a encontrar-se um quadro com algumas contradições, embora menos flagrantes. O ouro chegado a Lisboa aumenta consideravelmente entre 1730 e 1759, com divergências regionais significativas quanto à origem. O principal centro mineiro – Minas Gerais – entra em decadência precisamente na década de 40, quando Goiás e Mato Grosso adquirem visibilidade. A emergência de novas zonas auríferas compensou a descida dos níveis de Minas Gerais. Presume-se que o qüinqüênio 1750-1754 reporta ao máximo atingido (cerca de 15.760 toneladas embarcadas, de acordo com a média anual calculada por Beatriz Nizza da Silva, com base em Noya Pinto). Contrariamente, a série construída por M. Morineau dá a década de 1740-1749 como a das maiores remessas.

Conjunturas da economia portuguesa

Essa questão das variações conjunturais dos montantes das remessas de ouro é decisiva para a história do Brasil colonial tanto quanto para a história da economia portuguesa. Com efeito, as cargas de ouro constituem, para um naipe de investigadores de renome, a base de um outro feixe temático que gira em torno das conjunturas da economia portuguesa. Vitorino Magalhães Godinho (1955) e Borges de Macedo (1982 e 1989) observaram com detalhe os ciclos da economia portuguesa ao longo do "século do ouro". Encontraram um padrão que interliga as conjunturas de crise do tráfico colonial com as políticas de incentivo às manufaturas nacionais, demonstrando que esses surtos tipicamente mercantilistas seriam a resposta à escassez temporária de meios de pagamento ou de bens passíveis de sustentar a importação de cereais e manufaturas.

A atividade da Casa da Moeda de Lisboa – único centro que em Portugal garantia a transformação do ouro vindo do Brasil, após breve atividade da casa do Porto, extinta em 1714 – torna-se, portanto, uma das principais provas da verossimilhança desse articulado. Através da análise dos fluxos de amoedação em Lisboa reforça-se a percepção de uma crise iniciada nos anos 60, subseqüente à quebra das remessas. Delineada a conjuntura de crise, equaciona-se a política pombalina à luz de políticas econômicas pretéritas, pelas quais o fomento às manufaturas e os ensaios de substituição de importações seriam tributários do pulsar da economia do império.

A coerência dessas análises não é desmontada pelos estudos que cruzam perspectivas micro e macro econômicas, considerando a ação dos grupos mercantis, embora matizem alguns dos seus pressupostos deterministas (Pedreira, 1987: 563-596). No entanto, nenhuma dessas análises questionou devidamente os fatores inerentes aos ritmos da atividade da Casa da Moeda. Investigações recentes tiveram esta preocupação, porque quiseram aferir o papel do Brasil na oferta monetária portuguesa, acabando por colocar em causa a idéia de Portugal como um espaço de simples baldeação do ouro para os paquetes de Falmouth. As emissões de ouro na Casa da Moeda, se alimentadas pelas remessas brasileiras, não garantiam a totalidade da oferta monetária, a qual contava também

Detalhe de arca-cofre de diamantes, Diamantina, séc. XVIII, madeira e ferro, 77,96 x 100 x 0,54cm. Coleção Arquivo Público Mineiro, Acervo Museu Mineiro. Foto Daniel Coury

com o ouro já amoedado no Brasil. Por isso, só uma oferta monetária assim calculada pode levar a aferir as conjunturas econômicas (Sousa, 1999).

Tema de difícil abordagem, este, a requerer assim novos investimentos em fontes menos exploradas e a releitura de dados. Neste contexto, os *Livros de Manifesto*, depositados no arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, merecem ser reexaminados. Proporcionam os dados mais seguros para o conhecimento das chegadas do ouro inserido nos circuitos lícitos.

Esses livros viajaram nas fragatas de escolta às frotas, em cujos cofres seguiu o metal precioso expedido por agentes do rei ou por particulares radicados no Brasil. Como qualquer outra mercadoria transportada, também para o ouro era realizado um "manifesto de carga", com indicação das quantidades e valor, da pessoa do emissor, do receptor ou seu procurador e, em muitos casos, onde eram residentes os indivíduos em causa. Portanto, até aqui, nada distingue esses registros dos que seriam correntes entre armadores e carregadores. O elemento diferenciador está na origem fiscal dos mesmos. Na verdade, eles foram executados com caráter sistemático depois de 1720, quando o ouro passou a ser obrigatoriamente embarcado nos navios de guerra que escoltavam as frotas nas quais eram embarcadas as cargas de couros, tabaco, pau-brasil ou algodão.

O transporte do ouro e sua associação ao sistema de frotas comboiadas serão, assim, um dos exemplos da diversidade de estratégias da Coroa para controlar os circuitos desse bem. Em boa verdade, o regime de frotas não nasceu dessa conjuntura de explosão aurífera no Brasil. Desde 1649 que os navios mercantes, viajando em conserva e escoltados por embarcações de grande porte, bem artilhados, consubstanciaram o essencial do sistema de comunicações no Atlântico luso-brasileiro. A novidade fora introduzida pela Companhia Geral do Comércio do Brasil, numa época em que o conflito com as Províncias Unidas, se interrompido formalmente por um tratado de tréguas em 1641, continuava a dar espaço para operações de corso sobre navios soltos, infringindo pesadas baixas aos efetivos portugueses. O poder central reconheceria a importância de alterar a navegação nas rotas brasileiras, engendrando uma solução para a falta de recursos financeiros ao transferir para uma empresa o provimento desse serviço público.

A Companhia, cuja ação é irrelevante para o tema deste artigo [2], é extinta em 1663, estatizados então os seus capitais e criada uma Junta da Companhia do Comércio do Brasil que, com incumbências idênticas às da pretérita Companhia, tinha como principal propósito fornecer proteção aos navios regressados do Brasil, comboiados agora apenas a partir dos Açores. Depressa esse organismo constatou a dificuldade de execução dos seus propósitos, uma vez que eram geradores de despesas demasiado elevadas perante as receitas cabimentadas. Pouco depois da sua constituição, apresentou a Junta o borrão de um orçamento para ilustrar em que medida as despesas de uma escolta esbarravam com a exigüidade das receitas [3].
A acumulação de pesadas dívidas exigia a obtenção de receitas para o pagamento aos credores, ao mesmo tempo em que continuava a considerar-se necessário manter a proteção às cargas de ouro.

Tributo do ouro

A confluência desses dois objetivos inspirou o teor do alvará de 1º de fevereiro de 1720, pelo qual D. João V determinou a introdução do tributo de 1% sobre o ouro transportado do Brasil. No preâmbulo da lei, ao sublinharem-se as dificuldades no cumprimento da regularidade do comboio a que a Junta estava obrigada, decide-se pela extinção desse organismo, transferindo-se as suas incumbências para os armazéns da Coroa, cujos oficiais ficariam responsáveis pelo apresto dos navios de escolta. Haveriam de cobrar direitos do comboio, cuja receita

ficaria integralmente consignada à manutenção do mesmo, com registro de receita e despesa em livros próprios. Para o pagamento das dívidas da Junta ficava consignado o rendimento do contrato do pau-brasil, o qual, porém, se mostrava insuficiente face à dimensão do "empenho" daquele organismo. Daí a determinação para o pagamento de 1% do ouro vindo do Brasil, quantia que passava a ser para a Coroa e gerida pelo Conselho da Fazenda, que se encarregava de ir pagando as dívidas e os juros das dívidas contraídas pela extinta Junta. Nesse contexto, determinava-se que todo o ouro em moeda, em pó, folheta e barra transportado do Brasil para o Reino nos cofres das naus do rei, quer pelos particulares quer pela Fazenda, passava a estar sujeito ao pagamento de 1% [4], figurando cada remessa nos *Livros de Manifestos* agora em análise.

Se estão claros na legislação os objetivos desse pagamento – resolver as dívidas da Junta –, o seu verdadeiro significado fiscal não é, porém, transparente. Com efeito, o pagamento do 1% não se apresenta, no momento em que é instituída a sua arrecadação pela Coroa, como imposto. De acordo com a lei de 1720, essa mesma quantia já era habitualmente paga aos mestres e oficiais dos navios pelo transporte, como comissão semelhante a uma avaria. O que há de novo com essa determinação é a afirmação do monarca como um transportador entre outros, ao dizer que "o ouro que se embarcar nas minhas Naos de Comboy na forma que abayxo declaro, não pague mais que o mesmo hum por cento que hade pagar o mais ouro que vier nos outros Navios".

Essa comissão concedida habitualmente ao transportador parece, portanto, constituir a essência do 1%. Contudo, o próprio monarca introduz a dúvida quanto à natureza desse pagamento quando lhe sobrepõe os direitos do comboio: "sem embargo de que o ouro que pertence à minha Real Fazenda que houver de vir nos ditos Comboys, seja izento de todo o encargo, e obrigação; Hey por bem que venha com a mesma arrecadação, e que tambem *pague para o Comboy* o mesmo hum por cento que hade pagar o dos particulares" [5]. Esta a parte da Lei que suscita a ambigüidade quanto à natureza desse 1%: direito de comboio ou comissão de transportador? Custo de proteção ou avaria? Imprecisões irrelevantes. Importava ao rei que todo o ouro embarcado fosse objeto de um tributo, registrado nos *Livros de Manifesto* segundo preceitos que a legislação foi especificando [6].

Forjada no registro daquele tributo, essa fonte adquire uma dimensão excepcional, numa clara expressão da freqüência das remessas (independentemente dos montantes implicados) e da pluralidade dos agentes ativos no processo. A dimensão desse corpo documental não é um reparo espúrio. Uma análise exaustiva requer meios humanos e informáticos de difícil alcance, mas compreende-se que Magalhães Godinho tivesse como objetivo – exeqüível, no entanto, ciclópico – o cálculo dos totais por frota, visto ser esta a única fonte para um apuramento efetivo dos montantes desembarcados legalmente no Reino. Como tal, quem recentemente foi no seu encalço viu-se forçado a balizar a investigação no ano de 1740 (Lopes, 2001). A. J. Russell-Wood (1983), percebendo a riqueza dos *Livros de Manifesto* para uma abordagem sociológica, elaborou um retrato impressionista, evitando a ambição de um estudo sistemático.

Se as dificuldades se exacerbam diante da quantidade de registros a exaurir, qualquer tentativa de ir além só pode visar à técnica de amostragem. O projeto de investigação, no qual se inscreve o presente estudo, desenvolveu dois tipos de amostragem. Numa das vias, quantificou-se o número de registros de remessas inseridos em todos os Livros entre 1720 e 1765 (período em que vigorou a exação do 1% associado ao regime de frotas) e construiu-se uma amostra aleatória definindo-se um universo de 3% dos cerca de 150 mil registros, o que perfaz 5.336 remessas de ouro. Com essa metodologia, interroga-se a composição das cargas em ouro permitindo aferir a ponderação do ouro amoedado, em pó ou em

barra, cujos resultados serão explanados na segunda parte deste artigo. Outra via de construção de amostra consistiu no levantamento integral de todas as remessas enviadas no primeiro ano de cada uma das décadas inseridas naquele período.

As conclusões estão em processo de apuramento, mas uma das preocupações fundamentais da análise vai ao encontro da proposta há mais de 50 anos avançada por Vitorino Magalhães Godinho, tomando os totais calculados a partir dos registros do 1% como os menos especulativos sobre quantidades de ouro chegadas ao Reino. É, assim, possível assegurar que em 1751 – primeiro ano integralmente trabalhado – o ouro chegado a Lisboa pelas frotas de Pernambuco e Rio de Janeiro (não havendo a da Bahia nesse ano) atingiu o valor total de 3.791,5 contos, implicou o embarque de 3.481 remessas nos "cofres do ouro" dos navios de escolta, e destinou-se a 1.936 receptores. É, pois, a tributação incidente no transporte do ouro uma das estratégias fiscais da Coroa e aquela que proporcionou os registros mais seguros sobre os quantitativos em circulação legal.

Retrato de D. João V, Rei de Portugal, autor desconhecido, óleo s/ tela, Minas Gerais, séc. XVIII. Coleção Arquivo Público Mineiro, Acervo Museu Mineiro. Foto Daniel Coury

Interesses e fiscalidade

Não foi o transporte o sustentáculo essencial das receitas fiscais provenientes do ouro do Brasil. A produção, mais do que a circulação, foi objeto de medidas variadas que demonstram a preocupação e a percepção do poder central quanto às dificuldades em controlar as quantidades extraídas. Aumentar a eficácia da cobrança e garantir um rendimento sem grandes incertezas e variações foi objetivo sempre presente na legislação promulgada, de resto, de complexa execução. Escrevia D. João de Lencastro, governador do Brasil, em janeiro de 1701 (RAU, 1961: 14), que o novo século começara "prometendo riquezas e felicidades ao Reino", mas o incumprimento legislativo, sobretudo o fiscal, era facilitado pela distância e pelo "mundo vazio" de alguns desses espaços. Idéias confirmadas mais tarde pelas palavras do Duque de Cadaval, que em 1720 escrevia que os habitantes da Colônia – por se sentirem prejudicados – poderiam tomar qualquer resolução contrária às ordens da Coroa, pois "estavam eles muito longe do Reino onde não era fácil intervir" (Rau, 1961: 268-269).

Novas minas de ouro descobertas nos sertões do Brasil impunham, pois, medidas imediatas por parte do poder régio na tentativa de controlar a fuga ao fisco. E foi com

Retrato de D. José I, Rei de Portugal, atribuído a Antônio Frutuoso Barbosa, óleo s/ tela, Minas Gerais, séc. XVIII. Coleção Arquivo Público Mineiro, Acervo Museu Mineiro. Foto Daniel Coury

o objetivo de evitar a evasão fiscal que sucessivas formas de tributação foram implementadas sobre o ouro extraído das minas brasileiras. Se entre 1703 e 1713 o pagamento do quinto vigorou como direito régio, no período compreendido entre 1714 e 1725 passou a vigorar o sistema de avença, ou seja, as câmaras ficaram responsáveis pela cobrança de uma quantidade certa. A quantidade determinada foi de 30 arrobas no início, passando depois a 25 arrobas e, em 1722, a 37 arrobas. Porém, se a produção aumentava, as receitas por avença mantinham-se. É assim que, em 1725, se retomou o sistema dos quintos cobrados nas casas de fundição disseminadas, nomeadamente, por todos os distritos mineiros (Silva, 1986: 192)[7].

O tributo do quinto prolongou-se até 1735, data em que novamente se reformou a cobrança, introduzindo-se o sistema de capitação, o qual não incidia sobre quantidades produzidas, mas sim sobre habitantes e negociantes em geral. Todos os habitantes da região mineira pagavam 17 gramas de ouro, exceto os menores de 14 anos, os escravos de funcionários públicos e os membros do clero, enquanto aos comerciantes e mercadores ambulantes era imposto um tributo variável entre quatro e 24 oitavas. Durante todo o período em que dominou a capitação, entre 1735 e 1750, o ouro circulou livremente, nomeadamente o ouro em pó.

O quinto voltará a ser introduzido no reinado de D. José I, datando de 3 de dezembro de 1750 a nova lei da cobrança, incidindo esta, mais uma vez, sobre as quantidades produzidas. Exigiu-se o pagamento de cem arrobas anuais, quantidade que, se não fosse atingida, seria completada por derrama entre os produtores (Azevedo, 1998: 338-348). Depois de tantas oscilações legislativas, esse tributo virá a perdurar, no entanto, até 1808.

As sucessivas alterações nas modalidades de execução do imposto sobre o ouro extraído revelam as diferentes estratégias do poder central para reduzir ao mínimo a fatia do contrabando, as quais, por sua vez, não eram alheias às diferentes facções e arbítrios que dividiram personagens com relevo no governo e cujo exemplo melhor estudado se encontra em Alexandre de Gusmão (Cortesão, 1956). O interesse do Estado em fomentar a fundição do metal deve ser considerado entre as decisões políticas destinadas ao controle do contrabando e, assim, também à luz da fiscalidade se questiona aqui o problema da abertura de casas de moeda no Brasil. Política semelhante já tinha sido adotada pela Coroa Espanhola

nas Índias de Castela. Casas de moeda localizadas nas capitais dos "virreinatos" e em cidades provinciais próximas das zonas mineiras mais importantes visavam a permitir um controle mais apertado da evasão fiscal[8].

Em 1702 procedeu-se à reabertura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, à qual estava anexa a Casa dos Quintos. Essa resolução terá tomado em conta diversos pareceres, entre os quais o de Artur de Sá e Meneses, então governador do Brasil, que, numa carta dirigida a D. Pedro II e datada de 12 de Junho de 1697, considerava a existência de uma casa de moeda no Rio de Janeiro como o melhor remédio para evitar fugas ao quinto. Referia o governador que "desta sorte todos ham de trazer ouro aquella parte para o converterem em moeda e de necessidade o ham de quintar [...] e a moeda que se fundir deve ser do mesmo valor que a de Portugal" (Antonil; 2001: 392-393; Gonçalves, 1984: 83). Em 7 de maio de 1703, D. Pedro II, numa tentativa de cativar os agentes a amoedar o ouro, decretou que, a quem levasse a mercadoria em pó das minas à Casa da Moeda, se lhe pagasse 1.200 réis a oitava, ficando livre o seu dono dos pagamentos dos quintos[9]. Caso esse ouro não fosse vendido na Casa da Moeda, os particulares iriam à Casa dos Quintos onde, contra a fundição em barra, seria cobrado o respectivo tributo. Direito de senhoriagem ou quinto surgiam como pagamentos alternativos e à partida vantajosos para a Coroa.

Ouro em pó, barra e moeda

Existiam, porém, outros fatores que contrariavam os propósitos da Coroa na capitação do ouro em pó na Casa da Moeda e na Casa dos Quintos. Nos distritos mineiros, o ouro em pó era moeda corrente, costume que se manteve, aliás, pois, ainda em princípios do século XIX, o metal sob essa forma fazia parte da circulação monetária em tais distritos (Calógeras, 1960: 18). E se na Casa da Moeda o ouro em pó era comprado a 1.200 réis a oitava, este atingia um valor mais elevado como meio de pagamento. Ao circular a 1.300 réis e a 1.400 réis, sem pagamento do quinto, muito do ouro em pó furtar-se-ia ao fisco (Antonil, 2001: 254-255; Azevedo, 1988: 342).

O centro político recebeu notícias de tais evasões. O governador da Capitania das Minas Gerais chegou mesmo a explicitar ao rei que deveria ser proibida a circulação de ouro em pó, pois esta circulação fazia com que "o mesmo quinto deixe de ser augmentado". A moeda provincial e as barras de ouro fundido deveriam ser os meios de circulação autorizados para todo o tipo de comércio, incluindo o pagamento das despesas da própria Capitania[10]. Como se compreende, era necessária uma política monetária que atendesse às formas de circulação no Brasil, uma vez que estas poderiam contribuir para a diminuição das receitas da Fazenda Régia[11].

Porém, a reabertura das oficinas monetárias em solo brasileiro foi objeto de discordância inicial entre Coroa e negociantes. Argumentavam estes, fazendo uso dos pressupostos de uma política mercantil, que o ouro não devia entrar no Reino já amoedado, uma vez que as mercadorias deviam ser importadas sem qualquer tipo de transformação: o açúcar em grão, o tabaco em corda, a sola em couro e, nessa medida, também, o ouro deveria ser transportado em barra. Defendiam que a cunhagem do ouro no Brasil levava os comerciantes das praças brasileiras, tratando-se de um valor mais seguro, a preferirem entesourá-lo. As despesas pagas no transporte das moedas apresentava-se como outro dos argumentos contra a reabertura das casas de moeda no Brasil. O pagamento de comissão, de frete e de seguro onerava, segundo alguns arbítrios, em mais 400 réis o custo por moeda[12].

No entanto, em 1717, na exposição dirigida a Sua Majestade por D. Pedro de Almeida, então governador do Rio de Janeiro, seriam apontadas as verdadeiras razões para a oposição inicial do grupo mercantil à existência de oficinas monetárias além-Atlântico[13]. Os comerciantes da

praça de Lisboa solicitavam aos seus correspondentes no Brasil o envio das remessas em ouro não amoedado. O objetivo era negociar o ouro em barra com os comerciantes estrangeiros. Fato é que, no início do século XVIII, os negociantes do Reino preferiam o ouro em barra de modo a poder transacioná-lo a preços de mercado.

Assim, tanto pelas condições que proporcionavam a circulação do ouro em pó no Brasil, como pelas oportunidades de negócio favoráveis à transação de ouro em barra no Reino, a política régia – que associava a difusão de centros emissores de moeda na Colônia ao controlo fiscal – parecia estar com dificuldades em ser aceite.
A noção, cara ao centro político, de que a amoedação favoreceria a cobrança do imposto teve, no entanto, repercussões, e a análise da composição das cargas transportadas demonstra, ao invés, e como iremos ver, que uma grande quantidade de ouro chegou a Lisboa já amoedado no Rio ou na Bahia.

De fato, o cunho das moedas reflete a geografia da emissão em terras brasileiras, havendo uma identificação dos centros emissores nas próprias moedas. A oficina monetária do Rio de Janeiro, que tinha iniciado a sua laboração em 1702, continuou ativa ao longo do século, enquanto a Casa da Moeda da Bahia reabriu em 1714, e a de Vila Rica, em 1725. Em todas essas oficinas foi autorizada a cunhagem de moeda portuguesa de ouro para circular no Reino, para além da própria emissão de moeda provincial. As Casas da Moeda do Rio e Bahia funcionaram simultaneamente, ao passo que Vila Rica se limitou a uma década de laboração entre 1725 e 1735[14]. Merece ser sublinhado o contraste entre o Reino e o Brasil relativamente à geografia dos centros de amoedação, pois, se na Colônia a Coroa procurou a diversificação, no Reino foi imposta a centralização em Lisboa. Aliás, a Casa da Moeda do Porto cessou a sua atividade no mesmo ano em que a Bahia reabriu a sua oficina monetária. As ligações entre o Porto e a Bahia, detectadas para o período anterior ao regime de navegação por frotas comboiadas (Lopes, 2001), poderão explicar em que medida os negociantes do Porto aceitaram as emissões no Reino concentradas em Lisboa, após um período de reclamações. Com efeito, a abertura da casa da moeda na Bahia parece ter servido os seus propósitos, embora por diferente solução[15]. As emissões monetárias de ouro tinham passado para a Bahia, encontrando-se, assim, os negociantes menos dependentes dos serviços da Casa da Moeda de Lisboa.

Essa complementaridade, a ter-se efetivamente verificado, terá a sua comprovação nos *Livros de Manifesto* do 1%. E se os particulares usaram abertamente da possibilidade criada pela existência de casas de moeda no Brasil, então a atividade da congênere destas oficinas brasileiras em Lisboa teve ritmos conformes ao volume do ouro extraído na Colônia tanto quanto à composição das chegadas. Torna-se, por isso, necessário conhecer a composição das remessas enviadas nos cofres dos navios de escolta e sujeitas ao pagamento do 1%, para reapreciar esse problema.

Fluxos do ouro

Os fluxos de ouro do Brasil têm sido contabilizados como totalidades indiferenciadas. A natureza e a quantificação das chegadas em pó, barra e moeda não têm sido contempladas nas análises que articulam a economia brasileira com o Reino durante a centúria de Setecentos. Todavia, só a determinação da composição das cargas poderá identificar os efeitos quer da estrutura fiscal quer das decisões da coroa na geografia das casas da moeda, nas lógicas das decisões dos agentes econômicos, a quem cabia os restantes 4/5 do ouro extraído, e sempre esquecidos na historiografia desse tema[16].

A análise da composição geral das chegadas de ouro em valor, entre 1720 e 1764, evidenciada no gráfico 1, permite concluir que a moeda representa a maior fatia das

entradas, com uma percentagem de 66%. Numa proporção significativamente inferior (30%), apresenta-se o ouro em pó, enquanto o ouro em barra perfaz apenas 4% do valor total das chegadas[17]. Verifica-se, então, que os fluxos de entrada foram constituídos predominantemente por ouro já amoedado além-Atlântico. Sendo a Coroa e os privados os destinatários desse ouro, o passo seguinte passará pela observação do comportamento dos agentes envolvidos na circulação.

O confronto dos gráficos 2 e 3 permite contrastar a natureza dos fluxos. Enquanto a Coroa domina de forma esmagadora o ouro em pó e em barra (93%), os particulares controlaram preferencialmente os fluxos de moeda (88%), representando a barra e o pó os restantes 12% entrados no Reino. Um contraste que importa reter como uma conclusão fundamental e que levanta novas questões para serem analisadas.

Ouro em pó e em barra são dominantes nos fluxos destinados à fazenda régia, o que remete para a estrutura fiscal incidente sobre a produção do metal. O pagamento do tributo à Coroa, quer incidisse na mineração quer representasse uma capitação, era sempre efetuado em ouro bruto. A moeda, que representa apenas 7% do total dos fluxos, resulta de outro tipo de pagamentos fiscais realizados no Brasil. Direitos alfandegários, receitas de senhoriagem procedentes da laboração das casas da moeda, direitos pagos por companhias, como é o caso da Companhia do Cachéu, são alguns dos rendimentos auferidos pela Coroa sob a forma de moeda[18]. Assim sendo, o transporte de ouro em bruto implicava a utilização da oficina da capital do Reino na passagem do ouro a moeda.

A percentagem significativa de moeda representada no gráfico 1 terá de ser explicada pelos fluxos controlados pelos particulares. Essa preferência pede uma interpretação, até porque, nos primórdios de setecentos, havia ecos de uma clara preferência dos negociantes pelo ouro em barra. Apesar de ser um tópico da investigação a desenvolver, no sentido de testar algumas hipóteses até aqui formuladas, em anterior estudo demonstramos que a qualidade da moeda cunhada nas oficinas monetárias portuguesas terá conduzido a uma preferência gradual do ouro-moeda nos pagamentos internacionais, tanto mais que o ouro em barra, mais fácil de cercear ou adulterar, terá tido tendência a ser preterido.

A forma assumida pelos pagamentos das transações comerciais terá sido ditada pelo comportamento das taxas de câmbio e, numa análise já realizada sobre as relações luso-britânicas durante o período entre 1700 e 1770, os pagamentos em ouro-moeda foram significativamente superiores aos realizados em ouro-mercadoria (Sousa, 1999). Por outro lado, o crescimento da economia brasileira e a intensificação dos negócios entre o Reino e a Colônia foram dando espaço ao alargamento e à diversificação dos grupos econômicos envolvidos, explicando a gradual inclinação dos interesses privados pela moeda com aceitação no espaço monetário português.

Essas transformações ajudaram os interesses privados a convergirem ou a responder positivamente à estrutura fiscal. Com efeito, numa análise detalhada do comportamento da composição das chegadas para os privados, constata-se que o ouro em pó adquire uma ponderação diversa nos anos em que vigorou a capitação, sistema que permitia a circulação do metal em pó (ver gráfico 4). Na década de 1740-1749, precisamente numa fase em que as séries estudadas por M. Morineau demonstram um aumento dos valores descarregados, houve um acréscimo na proporção dos envios de ouro em pó. Confrontando o gráfico 4 com o gráfico 3, constata-se que a década de 1740 a 1749 se distingue do comportamento geral das cargas: reduziram-se em 10% os envios de ouro-moeda (78% versus 88%) e em 2% os de ouro em barra (2% versus 4%), sendo expressivo o aumento de 8% para 20% na proporção de ouro em pó.

Fundição

A especificidade do comportamento da amostra no período da capitação sugere, assim, e por contraste, a relativa eficácia da estrutura fiscal no tipo e composição das cargas de ouro descarregadas em Lisboa. O quinto terá sido uma forma de exação fiscal que ajudou a encaminhar o metal para as casas de moeda na Colônia. Uma vez tendo de fundir o ouro e tendo-se diluído o interesse por transações do metal em barra nas praças do Reino, confluíam diversificados fatores para se tornar a moeda o tipo de carga dominante, o que obriga a integrar a atividade das casas da moeda do Brasil em qualquer questionário sobre oferta monetária no Reino.

Assim, o transporte de uma percentagem relativamente elevada de ouro-moeda – que, como notamos, decorre da participação dos particulares – terá de observar a utilização das casas da moeda no Brasil como escolha eficaz na redução dos custos de transação, mediante os constrangimentos de uma navegação por frotas. Tal regime de navegação sustentou comunicações regulares, mas morosas, pois, entre a ida e a torna-viagem, decorreria cerca de um ano. Era igualmente um sistema falível. Um atraso podia comprometer os envios (Morineau, 1988: 126-127). Paralelamente, a Casa da Moeda de Lisboa não tinha capacidade produtiva capaz de garantir emissões num curto espaço de tempo, dado que as entradas de metal precioso eram temporalmente concentradas. O trabalho sem interrupções, nomeadamente aos domingos e dias santos, foi a solução admitida para fabricar todo o ouro que se encontrava nas oficinas dessa unidade produtiva nas décadas de 1710 e 1720[19].

Ao optarem pelo transporte de ouro amoedado, os agentes econômicos privados evitavam o tempo de espera da amoedação em Lisboa. A duração de viagem das frotas, a espera para entrega das remessas na Casa da Moeda de Lisboa e o tempo necessário para as emissões traduziam-se numa morosidade que dificultava certamente os seus negócios, tanto mais que muitos dos destinatários desse ouro nem sequer viviam na capital do Reino.

Foi assim que as oficinas monetárias do Brasil, sobretudo a do Rio de Janeiro, e a Casa da Moeda de Lisboa funcionaram como espaços de amoedação complementares. O perfil das curvas dessa amoedação pode ser visualizado no gráfico 5.

Se confrontarmos as emissões de moeda portuguesa de ouro no Rio com as emissões de ouro em Lisboa verificamos que, a partir do qüinqüênio de 1730-1734, as emissões brasileiras passam a ser significativamente mais elevadas do que as da oficina da capital do Reino. Nesse qüinqüênio verifica-se mesmo um comportamento oposto das emissões, uma vez que o Rio apresenta um comportamento ascendente, enquanto em Lisboa descem significativamente os montantes amoedados. O diferencial entre ambas as emissões aumenta a partir do período de 1740-1744. As emissões no Rio continuam a subir, enquanto Lisboa prossegue em seu processo descendente quase de forma contínua.

Esse comportamento confirma a preferência dos agentes econômicos privados em amoedarem no Brasil. Mesmo tendo aumentado, no período de capitação, os envios de ouro em pó, a quantidade de ouro cunhado na oficina monetária do Rio afigura-se muito elevada e revela um comportamento instalado entre os agentes econômicos privados, a partir da década de 1730. As emissões monetárias na capital foram mesmo inferiores às realizadas no Rio, pois, no período compreendido entre 1703 e 1794, a Casa da Moeda de Lisboa amoedou apenas 57% do total cunhado naquela outra oficina monetária.

Para além dessas diferenças quantitativas, deve ser reconhecido outro nível de distinções: uma percentagem significativa das emissões monetárias de ouro em Lisboa, cerca de 70%, teve como destinatário, a partir de 1726, o Estado (Sousa, 1999). Assim, os agentes

econômicos privados optaram pela amoedação no Brasil, enquanto o centro monetário de Lisboa se revelou, e apenas no que ao ouro diz respeito, um emissor predominantemente do Estado. O ouro extraído das regiões mineiras do sertão brasileiro foi embarcado majoritariamente amoedado, eis o que contam os *Livros de Manifesto do 1%.* Então, no período joanino do esplendor do ouro brasileiro, foram, afinal, as dobras de 6.400 réis que atravessaram o Atlântico nos navios de escolta às frotas.

Conclusão

A análise da composição das chegadas permitiu reconhecer um perfil de remessas distinto em função das duas grandes categorias de destinatários: a Coroa e os agentes privados. Dessa forma, constatou-se que o predomínio da moeda nas cargas transportadas se deveu aos fluxos controlados pelos particulares. Em contraste, a Coroa foi o principal responsável pelo ouro enviado em barra e em pó.

Essa diferença básica na composição das cargas espelha-se na série da amoedação de ouro na Casa da Moeda de Lisboa. Se entre 1703 e 1725, antes da cobrança do 1%, os agentes privados foram os principais responsáveis pelas cunhagens de ouro no Reino, a partir dessa data o poder régio assume a fatia mais representativa de tal operação realizada na Casa da Moeda de Lisboa, único centro emissor no Reino desde 1714. Essa constatação quanto à amoedação em Lisboa, obtida numa investigação do final dos anos 90 (Sousa, 1999), reforça-se agora com a presente análise. Os agentes privados recorreram menos aos serviços da fábrica da capital do Reino porque – como vimos – enviavam do Brasil o ouro já sob a forma de moeda.

Se essas afirmações bastariam para demonstrar que a série da amoedação da Casa de Lisboa não serve como único indicador para aferir a oferta monetária no Reino ou sequer as quantidades de ouro nos ciclos conjunturais da economia portuguesa, a pesquisa aqui realizada suscita também outro tipo de conclusões. Verificamos a gradual conciliação entre interesses privados e Coroa: a uns e a outros, a amoedação no Brasil trouxe benefícios em face de uma política fiscal que dificultou a circulação do ouro em pó e que fez do transporte uma fase do circuito fundamental ao controlo do contrabando.

A imposição de um regime de navegação por frotas conduziu os agentes econômicos à decisão de transportar, sobretudo, ouro-moeda, nisso reconhecendo custos de transação inferiores. Mesmo se, no período de vigência da capitação, o ouro em pó pesou significativamente nas cargas, a moeda não deixou de ser enviada em grandes quantidades.

Notas |

1. V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu, setembro de 2003.

2. Para uma análise dessa Companhia, cf. COSTA, 2002.

3. Apesar de o regimento da Junta datar de 1673, a 3 de novembro de 1665 apresentou a Junta o estado das suas receitas e despesas, pelo que já estaria em funções antes de obter o regimento. Tema em estudo neste projeto de investigação, que inclui também a análise das dívidas desse organismo e da sua atividade.

4. As alterações sobre a incidência e a execução desse imposto foram já objeto de análise. COSTA, ROCHA e SOUSA, 2002. p. 10.

5. Itálico nosso.

6. Costa, Rocha, Sousa, 2002, pp. 15-17.

7. De notar que foi a lei de 11 de fevereiro de 1719 que estabeleceu as casas de fundição, sendo a sua execução interrompida em 1720 e restabelecida em 1725. Esta precisão é necessária, pois as confusões legislativas atravessam a maior parte das obras que abordam esse sistema de fiscalidade. Para além disso, ajudará a esclarecer a leitura de alguma documentação que refere ser de 1720 "a nova lei dos quintos". É o caso, por exemplo, de alguma documentação inserida nos *Manuscritos da Casa de Cadaval* (RAU, 1961).

8. Potosi, Popayán, Guatemala, Santiago do Chile foram cidades provinciais onde se localizaram casas da moeda, enquanto México, Lima e Santa Fé de Bogotá, capitais de *virreinatos*, viram também laborar aquelas unidades produtivas. *Museo de la Casa de la Moneda* (coord.) (1988-1989). Sobre a relação entre a Casa da Moeda de Sevilha e as casas da moeda da América ver SINDREU, 1992. pp 343-359.

9. De notar que o ouro em pó era pago na Casa da Moeda do Rio de Janeiro a 1.200 réis a oitava, de acordo com a lei de 6 de agosto de 1688 vigente no Reino. Assim, quando se amoedava no Brasil moeda de ouro para circular no Reino, respeitava-se o mesmo enquadramento legal. Este esclarecimento afigura-se importante, pois afasta a hipótese explicativa dos diferenciais de senhoriagem justificarem o grande envio de moeda para o Reino por parte dos particulares.

10. "Plano mais regular e de interesse da Fazenda Real, sem que hajão os povos de concorrer mais do que com a fiel entrega do ouro extrahido da terra por pagar o Real Quinto, he o que sigo a propor segundo o conhecimento do estado da capitania", BNL, *Colecção Pombalina*, códice 642, s/ data, fls. 583 e 584.

11. As autoridades locais estavam conscientes desse problema e nessa medida enviavam pareceres sobre a necessidade urgente de moeda provincial para circular nas diversas capitanias. Disso dá conta o governador de Pernambuco entre 1710 e 1714, assim como o desembargador do Maranhão em 1723. BNL, *Colecção Pombalina*, Códice 526, fls. 219 a 247 e BNL, Códice 9860, nº 30, respectivamente.

12. BNL/Fundo Geral, códice 1539, fls. 219 a 223, códice 9860, nº 24 e BNL, *Colecção Pombalina*, 738, fls. 271 e 272.

13. BNL, *Colecção Pombalina*, códice 479.

14. O encerramento das suas atividades foi determinado por Carta Régia de 18 de julho de 1734, no entanto as emissões monetárias continuaram até 1735.

15. A Casa da Moeda do Porto só foi autorizada a amoedar ouro entre 1712 e 1714, cessando depois a sua laboração. Para uma análise dessa oficina monetária, ver SOUSA, 1999. pp. 39-44 e pp. 114-116.

16. Em estudo recente, quantificou-se o tipo de chegadas com base em algumas hipóteses que articularam emissões monetárias no Brasil, em particular na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, e fluxos de entrada de ouro (SOUSA, 1999).

17. O cálculo foi realizado considerando o ouro em pó e o ouro em barra ao valor de 96.000 réis o marco, de acordo com a lei de 6 de agosto de 1688 e que se manteve em vigor durante todo o período deste estudo. Trata-se de uma simplificação, uma vez que nem toda a barra já vinha com o grau de pureza de 22 quilates. No entanto, não só é muitas vezes omissa a indicação dos quilates das barras, como também essa simplificação não distorce certamente os resultados encontrados.

18. Isso mesmo pode ser concluído pela análise dos dados dos manifestos levantados por Vitorino Magalhães Godinho e publicados em Lopes, 2001: 40-72.

19. ACML, *Documentação Avulsa e Registro Geral*, livro 2º (documentação citada em Sousa, 1999).

Referências bibliográficas

ANTONIL, André João, (2001). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. (Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Diniz Silva), Lisboa.

AZEVEDO, J. Lúcio de. (1988), *Épocas de Portugal Económico*. 4 ed. Lisboa.

CALÓGERAS, João Pandiá. (1960). *Política monetária do Brasil*, São Paulo.

CORTESÃO, Jaime. (1956). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Tomo I-VIII, Rio de Janeiro.

COSTA, Leonor Freire (2002). *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil,* CNCDP, vol. I e II, Lisboa.

COSTA, Leonor Freire, ROCHA, Maria Manuela, SOUSA, Rita Martins de, (2002), *A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%,* Working paper nº 21, GHES, ISEG, UTL.

GODINHO, Vitorino Magalhães, (1955), *Prix et Monnnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris.

GODINHO, Vitorino Magalhães, (1990), *Mito e Mercadoria. Utopia e prática de navegar (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa.

GONÇALVES, Cleber Baptista (1984), *Casa da Moeda do Brasil – 290 anos de história (1694-1984)*, Brasil.

LOPES, Paulo Alexandre Marques (2001), *Minas Gerais Setecentistas: uma «sociedade aurífera»*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. (dissertação de mestrado, policopiada).

MACEDO, Jorge Borges de. (1982). *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2 ed. Lisboa.

MACEDO, Jorge Borges de. (1989). *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 3 ed. Lisboa.

MORINEAU, Michel. (1985). *Incroyables Gazettes et Fabuleux Metaux, (XVI-XVIII)*, Paris/Cambridge.

Museo de la Casa de la Moneda (coord.) (1988-1989), *Carlos III y la Casa de la Moneda*, Ministerio de Economia y Hacienda, Madrid.

PEDREIRA, Jorge Miguel. (1987). «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural», *Análise Social*, vol. XXIII, 1997. pp. 563-596.

PEDREIRA, Jorge Miguel. (1995). *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (dissertação de doutoramento, policopiada).

PIJING, Ernst. (1997). *Controlling Contreband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century*. Baltimore. (dissertação de doutoramento, policopiada).

PINTO, Virgílio Noya. (1979). O ouro brasileiro e o comércio anglo-português, 2 ed. São Paulo.

RAU, Virgínia. (1958). *Os Manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, volume 2.

RAU, Virgínia. (1961). «Um mercador luso-brasileiro do século XVIII», *Estudos de História Económica*, Lisboa.

ROMANO, Ruggiero. (2004). *Mecanismo y Elementos del Sistema Económico Colonial Americano, siglos XVI-XVIII*, México.

RUSSEL-WOOD, A. J. (1983). «As frotas do ouro do Brasil, 1710-1750», *Estudos Econômicos*, número especial, volume 13.

RUSSEL-WOOD, A. J. (1984). «Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750», *Cambridge History of Latin America, vol. II, Cambridge*.

SCHILLINGTON, V. N. e CHAPMAN, A. B. W., *The commercial relations of England and Portugal*, Londres. (s/d)

SCHWARTZ, Stuart. (1998). «De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII» Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*, v. 3, pp. 86-103.

SILVIA, Beatriz Nizza da. (1986). (Coord.), O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, (Dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, v. 8, Lisboa.

SIMONSEN, Roberto. (1957). *História económica do Brasil (1500-1820)*, 3 ed. São Paulo.

SINDREU, Francisco de Paula Pérez. (1992). *La Casa de la Moneda de Sevilla – Su Historia*, Sevilla.

SOUSA, Rita Martins de. (1999). *Moeda e metais preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. (Dissertação de doutoramento, policopiada).

VISCONDE DE SANTARÉM, (1845). *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo V, Lisboa.

Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa, autoras deste artigo, integram os quadros do Gabinete de História Econômica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Gráfico 1 | Composição das chegadas (1720-1764)

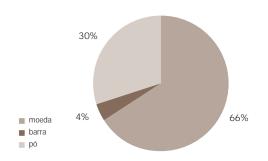



Gráfico 2 | Composição das chegadas - Coroa (1720-1764)

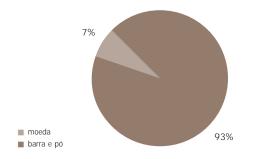



Gráfico 3 | Composição das chegadas particulares (1720-1764)

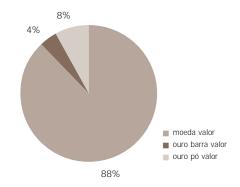



Gráfico 4 | Composição das chegadas (1740-1749)

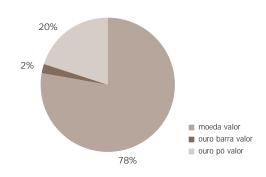
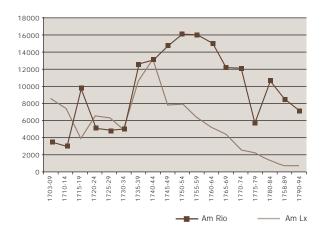
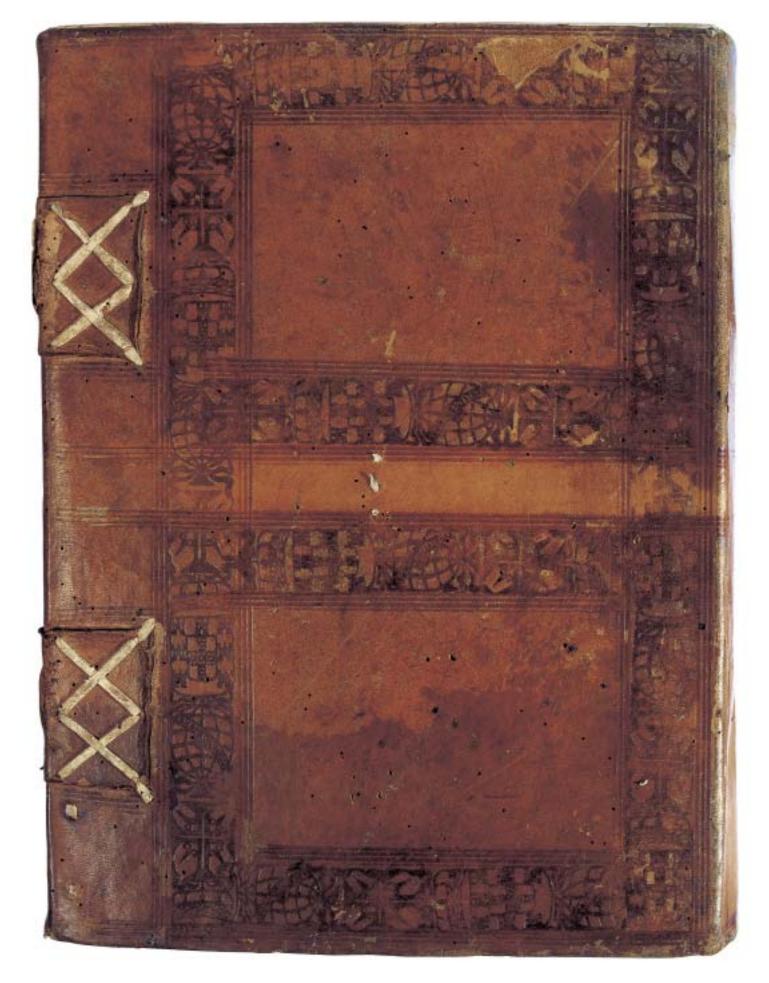



Gráfico 5 | Emissões monetárias, em contos, de ouro em Lisboa e no Rio de Janeiro (1703-1794)

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial

Júnia Ferreira Furtado

Ao conciliarem a prática de uma medicina empírica com a ensinada nos tratados científicos, os cirurgiões-barbeiros em atividade na região das Minas, durante o período colonial, consolidaram uma nova e original forma de saber médico.

> A numerosa população das Minas Gerais serviu, ao longo do século XVIII, de fértil laboratório para a observação médica. E, ao contrário do ocorrera nos séculos anteriores no Brasil, os tratados médicos redigidos sobre a experiência adquirida na capitania do ouro não foram escritos por médicos formados, mas sim por cirurgiões, ou cirurgiões-barbeiros. Homens práticos, eles aliavam a arguta observação dos casos que assistiam à medicina erudita apreendida nos livros e, dessa mescla, produziam um novo conhecimento que oscilava entre o popular e o erudito. Seus livros, marcados pela empiria dos casos que assistiam, estão recheados de descrições das diversas mazelas que acometiam a população e do arsenal de medicamentos de que dispunham para a cura.

Contrariando a especialização das funções definida na legislação sobre a prática da medicina no mundo português, esses cirurgiões faziam prognósticos e curas, teciam teorias sobre as doenças e receitavam medicamentos – todas atribuições exclusivas dos médicos –, e até produziam os próprios remédios – atividade esta restrita aos boticários. Serviam-se não só dos medicamentos tradicionais, que com muito custo chegavam às serras mineiras depois de uma longa travessia marítima, como também das ervas que a natureza local dispunha, cujos usos aprendiam, muitas vezes, com os índios e os mestiços.

Em relação a uma medicina mais popular e prática, destacam-se Luís Gomes Ferreira, que redigiu o *Erário Mineral* (1735), José Antônio Mendes, autor do *Governo de Mineiros* (1770) e José Cardoso de Miranda, que escreveu *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica* (1741) e *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonhas das minas do Sabará* (1749). Os quatro livros foram resultado da prática que esses cirurgiões adquiriram realizando diversas curas na área aurífera recém-descoberta no interior do Brasil – as Minas Gerais.

Em busca do ouro

No início do século XVIII, o cirurgião-barbeiro Luís Gomes Ferreira, como muitos outros portugueses, veio para as Minas Gerais atraído pelas descobertas auríferas. Os ganhos pecuniários oriundos da ocupação e a falta de médicos na região levaram-no a continuar a exercer seu ofício pois, em "tão remotas partes, que hoje estão povoadas nestas Minas, aonde não chegam médicos, nem ainda cirurgiões que professem a cirurgia, por cuja causa padecem os povos grandes necessidades". Alguns anos depois, fez a mesma observação o cirurgião José Antônio Mendes, que trabalhou no Hospital do Contrato dos Diamantes do Tejuco, foi comissário do Cirurgião-Mor para a América e também escreveu seu tratado prático, mencionado acima.

Luís Gomes Ferreira considerou a prática como a base tanto para a medicina quanto para a cirurgia, apesar de reconhecer que haveria quem dele discordasse. Efetivamente, ele tinha razão. A arte da medicina exigia uma arguta observação, e a clínica fornecia a experiência essencial para que o médico e o cirurgião pudessem prognosticar com exatidão a doença e receitar o tratamento mais adequado. Ousado, chamava a atenção para a importância de não se ater apenas à tradição e às regras dos antigos e, sim, guiar-se pela experiência. Condenou aqueles que não davam importância "nem à razão natural, nem ao que estão vendo com os seus olhos. [...] Pois ainda que todas estas coisas pareçam incríveis, e contra a razão, a experiência mostra que todas são verdadeiras".

Assim que chegou às Minas Gerais, o cirurgião se deu conta de que os anos de aprendizado no Reino não eram suficientes para o desempenho da profissão, uma vez que as doenças nem sempre eram as mesmas e nem eram os mesmos os medicamentos de que também dispunha, com o que concordavam José Antônio Mendes e João Cardoso de Miranda. Os três estavam

particularmente interessados nas doenças que acometiam os escravos, pois estes eram seus principais clientes, enviados pelos seus senhores para se curarem dos diversos males que os afligiam, muitos deles associados às péssimas condições de alimentação e moradia.

Para os cirurgiões que clinicavam nas Minas, grande parte das mazelas dos cativos podia ser debitada à natureza da atividade mineratória aurífera ou diamantífera, que obrigava os escravos a passarem muitas horas dentro da água ou no subsolo, além dos muitos acidentes que ocorriam por causa de deslizes, soterramentos ou inundações. Luís Gomes Ferreira sustentava que o clima diferente e único da Capitania, frio e úmido, era a causa de quase todos os males. Já o cirurgião João Cardoso de Miranda, residente na Bahia, afligia-se particularmente com o escorbuto, que matava ou inutilizava grande parte dos escravos desembarcados em Salvador. Após a longa travessia marítima, só ali, morriam anualmente cerca de dois mil escravos.

João Cardoso de Miranda foi o descobridor de um primeiro medicamento para o tratamento do escorbuto. A receita de Miranda era composta de um chá de ervas frescas, acompanhado de uma dieta reforçada de alimentos também sempre frescos, como carne de galinha, alface, chicória, almeirão e beldroegas. Dessa forma, sem saber ao certo, fornecia aos doentes debilitados fisicamente a vitamina C, cuja ausência era a verdadeira causa do mal. A doença geralmente se manifestava nas longas viagens marítimas devido ao tipo de alimento fornecido a bordo, constituído basicamente de biscoitos. No caso dos escravos, a péssima alimentação em terra agravava os sintomas e muitos morriam rapidamente. Envolvido no tráfico negreiro, Cardoso de Miranda aliava seu interesse médico ao comercial. Apenas no ano de 1731, como escreveu ao rei, curara em Salvador mais de 500 escravos acometidos de escorbuto e ainda evitara que houvesse mortes associadas à doença.

Bons observadores da realidade que os cercavam, os três cirurgiões trataram de reunir o conhecimento necessário para diagnosticar corretamente as doenças, ministrar os tratamentos adequados e, assim, realizar muitas curas. Sagazes, eles compreenderam que a especificidade das doenças da região exigia tratamentos diferentes dos que eles conheciam e, então, incorporaram à farmacopéia do Reino as ervas e produtos locais, vários já conhecidos e usados pelos moradores da região.

Teoria e prática

Luís Gomes Ferreira escreveu sobre as especificidades do clima, dos moradores, das doenças e dos tratamentos ministrados, aos quais incorporou diversas ervas locais. Contrariando as ordens, e aproveitando-se dos dilatados sertões onde exercia suas curas, o cirurgião-barbeiro receitava e ministrava medicamentos e possuía uma botica própria. Certa vez, ele queixou-se que, a um doente, "não lhe apliquei outro [remédio] algum por não ter, [...] por ir a minha botica adiante". Para que Gomes Ferreira desenvolvesse uma metodologia de cura toda própria, foi fundamental a amizade que estabeleceu, pouco depois de sua chegada, com um húngaro, que era cirurgião, herbolário, químico e farmacêutico. Este João da Rosa ministrou-lhe os primeiros ensinamentos sobre as características especiais das doenças que acometiam os moradores da região e a necessidade de se buscarem ervas locais para o seu tratamento.

Outra importante referência para ele foram os livros de João Curvo Semedo (1635-1719), médico da família real portuguesa e importante divulgador da flora americana como panacéia médica. Seus livros tiveram grande repercussão no mundo luso-brasileiro do século XVIII, constituindo-se em manuais populares de medicina, propiciando ainda ampla circulação das infor-

mações sobre as ervas brasileiras na matéria médica em Portugal e sua incorporação à literatura erudita. Em 1695, Curvo Semedo publicou a *Poliantéia Medicinal*, seguida da *Atalaia da vida contra as hostilidades da morte*, de 1720, e do *Memorial de vários símplices*. Seus tratados faziam parte da biblioteca de Gomes Ferreira e de Mendes e Miranda, que ministravam a seus pacientes várias de suas receitas. Também seus tratamentos se baseavam nos segredos curvianos, tais como medicamentos compostos de diversos produtos simples, classificados como bezoárticos[1], antídotos ou águas, encontrados no Brasil ou vindos das Índias, e apresentados na forma de preparados galênicos. É interessante notar que os livros de Curvo Semedo, que jamais estivera no Brasil ou na Índia, tornaram-se um grande referencial para a prática da medicina e para o receituário de medicamentos no além-mar. Esse movimento revela como o conhecimento prático adquirido no Brasil estruturava-se em conhecimento erudito entre os intelectuais portugueses e, a partir da circulação de livros impressos, num efeito bumerangue, passava a nortear os tratamentos ministrados pelos práticos na América portuguesa, os primeiros a utilizar e descrever as próprias ervas.

Nessa perspectiva, o olhar se desloca e a América se posiciona como centro do qual idéias novas se irradiavam. As caravelas, que cortavam incessantemente os oceanos, tornavam-se caravelas de cultura, não só porque eram portadoras de homens e objetos que reproduziam, na terra dos papagaios, os valores e a cultura européia, mas porque, no trajeto de volta, levavam uma nova percepção do mundo, que imprimia suas marcas na própria cultura do colonizador. Os sábios europeus, por sua vez, procuravam inserir esses novos conhecimentos em um sistema cognitivo cujos fundamentos se assentavam, cada vez mais, em um método científico baseado simultaneamente na empiria e na racionalidade. A aceitação dessa perspectiva de análise exige também a revisão das noções de centralidade e periferia no interior do próprio império português e entre a Europa e a América.

Os três cirurgiões – Luís Gomes Ferreira, José Antônio Mendes e João Cardoso de Miranda – atreveram-se a receitar, em seus livros, a ingestão de vários medicamentos, apesar de saberem que isso era prerrogativa dos médicos, e a descreverem suas fórmulas e métodos de fabricação, conscientes de que tal era privilégio dos boticários. Desculparam-se dizendo que, no Brasil, e nas Minas em particular, tais práticas geralmente eram realizadas por barbeiros, sem nenhuma formação, e que ao menos os cirurgiões, como eles, eram mais bem preparados. Foi a crônica falta de médicos na Colônia que os levou a redigirem seus livros, voltados primeiramente não para os eruditos, mas para os habitantes da região, pois "há lugares tão limitados e pobres que neles não há médicos, nem ainda cirurgiões, só sim um simples barbeiro, que intrépida e atrevidamente se mete a curar [...]. Estas as justas razões que me obrigam a fazer esta tosca obra [...] para que possam os curiosos da dispersa América, mais livres de susto, remediar os seus escravos e domésticos de suas casas".

Eles também procuravam se diferenciar da massa de práticos que circulavam pelo Brasil e buscavam angariar fama de bons curadores. Nesse aspecto, ao publicarem os livros, nos quais contavam seus segredos, aproximavam-se mais do universo dos médicos do que do dos cirurgiões. Detentores de um conhecimento empírico, o segredo era estratégia vital desses homens práticos. Vezes sem conta, Gomes Ferreira se valeu do conhecimento que adquiriu das ervas locais e, enquanto atuou nas Minas, manteve secretas várias de suas fórmulas, graças às quais, dizia ele, "sempre tive grande conceito". Seguia o padrão de seus colegas de profissão, pois foi devido ao segredo de seus medicamentos que Manoel Lopes Caramelleiro, boticário do Rei Dom Afonso, conquistara a "amizade" dos poderosos.

Ex-voto a Santa Rita. Rio de Janeiro, s/ data, pintura sobre madeira, 17 x 20cm. Coleção Márcia de Moura Castro.

"Botica da natureza"

Sérgio Buarque de Holanda afirmou que o conhecimento de quase todos esses produtos foi transmitido pelos índios aos bandeirantes de São Paulo, responsáveis pelo desbravamento do interior do Brasil. Com os índios, primeiramente os jesuítas e depois os paulistas aprenderam a reconhecer e a utilizar o farto arsenal de ervas, animais e minerais de que a natureza americana dispunha, o que o autor denominou de uma "botica da natureza", uma farmacopéia rústica que compunha os "remédios de paulistas".

Gomes Ferreira citou um pó, conhecido em Minas Gerais como *Para tudo*, feito da casca grossa de uma árvore, como tendo sido introduzido na região por um paulista sertanejo (tratava-se do ipê). Também afirmou que os paulistas haviam aprendido com os índios o uso da aguardente para a cura dos resfriados, método inventado "pelos carijós do mato, e deles passou aos

paulistas e destes a nós". Mencionou que veio deles também a tradição de incorporar nos tratamentos raízes locais, como a butua e a pacacoanha. Outros medicamentos ele incorporou por "ouvir dizer" que eram usados na região com sucesso, sem saber com precisão a origem de tal costume. Estão nesse caso a embaúba, para o tratamento das quebraduras; a amendoada, a que nas Minas chamavam *pevitada*; o cipó conhecido como poaia; o sapé ou a árvore caraíva.

Ferreira sugeria em uma de suas receitas que as maçãs verdes, não encontradas na América, poderiam ser substituídas por jenipapos verdes. Também exaltou as virtudes da erva-do-bicho, ou cataia, da raiz-de-mil homens, da poaia ou poalha, da erva orelha-de-onça e da jalapa, ou batata de purga, também conhecida como *purga dos paulistas*. José Cardoso de Miranda, como seu colega Gomes Ferreira, receitava o chá de picão, "muito conhecido nas Minas" e a erva-de-santa-maria, usada como vermífugo. Uma lista das "ervas medicinais, dos cipós e das árvores e paus mais usuais no país das Minas" incluía, entre inúmeras outras, a suçuaia, remédio para defluxões e febres malignas; a erva-do-bicho para diarréia; a crista-de-galo e o grelo de juqueri para as feridas da garganta; a jacucanga para feridas; a pariparoba para desfazer o sangue pisado. Por essas observações, percebe-se que um conhecimento empírico das ervas locais foi se constituindo com base na experiência cotidiana desses homens que percorriam a região exercendo suas práticas curativas.

A arte da medicina na Colônia também requeria um profundo conhecimento do cotidiano dos moradores locais, pois os laços comunitários característicos de seu modo de viver se refletiam claramente na profilaxia das doenças. O corpo doente forjava laços de sociabilidade causados não apenas por compaixão ou parentesco. Assim, compor os ingredientes constantes nas fórmulas dos remédios exigia do médico um profundo conhecimento do interior das casas e da vida alheia. Em suas receitas, Gomes Ferreira acrescentava sapatos velhos, enxofre de verrugas, água de cisterna, óleo humano, fezes de cavalos ou de meninos sadios, legumes de hortas, entre outros componentes. José Antônio Mendes receitava leite de peito, pão alvo já mofado, pó de ferrugem de chaminé, leite de égua, pombo gordo, limalha de ferreiro – ingredientes que precisavam ser emprestados, pedidos e barganhados entre a comunidade.

No Brasil, Luís Gomes Ferreira, João Cardoso de Miranda e José Antônio Mendes deram prosseguimento ao que poderia ser chamado de uma *Medicina tropical*, pois se preocupavam em conhecer a especificidade das doenças e dos tratamentos locais. Mas na ciência médica erudita da época, seus livros, em geral, não alcançaram grande repercussão e seus nomes ficaram quase esquecidos. Suas obras reuniam, preferencialmente, conselhos práticos pertinentes a uma medicina caseira, baseados na doutrina galênica. É importante ressaltar que, sob vários aspectos, eles foram precursores em suas épocas: Luís Gomes Ferreira insurgia-se contra o uso indiscriminado das sangrias, então o principal método terapêutico; João Cardoso de Miranda não só descobriu a cura do escorbuto como já defendia o valor curativo das águas medicinais; José Antônio Mendes observou que grande parte das doenças não era causada por conjunções de astros ou pelos humores, mas sim pelas condições de vida e de alimentação.

Outro fato a se destacar é a ênfase na experiência e na observação como fio condutor do saber desses homens. Dessa forma, tentaram eles incorporar ao receituário as plantas, os animais, os produtos e as terapêuticas da terra, acentuando o primado da empiria, da experiência e da prática, em oposição ao academicismo, como forma primordial de acesso ao conhecimento.

PRODIGIOSA LAGOA

DESCUBERTA NAS CONGONHAS

das Minas do Sabará, que tem curado
a varias peſſoas dos achaques, que
neſta Relação ſe expõem.

LISBOA,

Na Officina de Miguel Maneſcal da Coſta,
Impreſſor do Santo Officio.

Anno M DCC. XLIX.

Com todas as licenças neceſſarias.

Folha de rosto do folheto *Prodigioasa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta relação se expõem*, de João Cardoso de Miranda.
Lisboa: Oficina de Miguel Menescal da Costa, Impressor do Santo Ofício,
1769 *in* LIMA JR, Augusto de. *Notícias Históricas de Norte e Sul.* Rio de Janeiro: Livros de Portugal S. A., 1953.

"Figura da Lagoa", gravura do folheto *Prodigioasa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta relação se expõem*, de João Cardoso de Miranda.
Lisboa: Oficina de Miguel Menescal da Costa, Impressor do Santo Ofício,
1769 *in* LIMA JR, Augusto de. *Notícias Históricas de Norte e Sul.* Rio de Janeiro: Livros de Portugal S. A., 1953.

Seus tratados de medicina revelam maior riqueza no caleidoscópio de leituras que seu conteúdo nos abre, fornecendo ricas informações sobre as doenças, suas práticas curativas, a farmacopéia disponível e a classificação dos elementos da natureza, e também sobre os costumes e outras características do Brasil e da região das Minas Gerais, em particular, na época em que viveram. Abordam um leque de temas que abarcam desde o dia-a-dia dos escravos, o tráfico negreiro, o sistema de mineração aurífera e diamantífera até as crenças, a alimentação, a vida familiar da época, entre inúmeros outros. A fama, que esses cirurgiões-barbeiros tanto buscaram alcançar em vida, concretizou-se no inestimável legado que deixaram sob a forma de livros, frutos de sua arguta capacidade de observar o mundo que os cercava.

A cura mágica

No século XVIII, o conhecimento médico estava impregnado de práticas e crenças religiosas e mágicas. O tempo de Deus era o tempo da eternidade e transcendia, em muito, a vida terrena, e a dominava. Por isso, José Antônio Mendes aconselhava os médicos a assim agirem, antes de prestar qualquer outra assistência: "Deveis logo mandar confessar e sacramentar o enfermo, [...] comungar, buscando a Deus como Pai e Mestre de todo o criado, que este mesmo há de vencer melhor a tal queixa". Os remédios deviam ser aplicados com fé, porquanto muitas das doenças eram apenas originadas de feitiços e da descrença, como também o tempo da cura pertencia a Deus e dependia da Sua boa vontade. Muitas vezes, o tratamento devia ser ministrado durante uma Ave Maria. Essa prática não só uniformizava e universalizava o tempo do tratamento, como elevava a mente do doente e do médico aos céus.

Também se acreditava na capacidade mágica de os diversos elementos transmitirem suas virtudes uns aos outros. Freqüentemente bastava que alguns objetos fossem usados pelo paciente para que a cura fosse alcançada. Luís Gomes Ferreira sugere o uso da pedra de bezoar ou do dente de cão para dor de ouvido, e José Antônio Mendes recomenda aos doentes de escrófulas que usem no pescoço "a raiz de urgebão (sic), que tem antipatia com as tais queixas e as sara". Já o cirurgião José Antônio Mendes descreveu uma massa com a qual fizera, nas Minas, milagres.

Na América portuguesa, a prática de portar amuletos mágicos descende tanto de uma matriz católica quanto de uma africana. As jóias e peças de ouro e prata não eram apenas símbolos exteriores de riqueza, ostentados nos colos, cinturas e cabelos das mulheres, mas também indícios das crenças da época. Era costume que as negras enrolassem diversas correntes de ouro no pescoço e nos quadris, nas quais dependuravam contas de ouro, pedras e balangandãs. Comuns eram os laços com brilhantes, cordões de ouro, brincos de pedras, imagens de santos e pequenos oratórios de ouro. A pedra de ara, ou pedra de altar, também aparece recorrentemente como amuleto.

No arraial do Tejuco, a forra Bernardina Maria da Conceição, parda, listou entre seus pertences uma imagem de ouro de Nossa Senhora da Conceição enfiada em dois cordões de ouro. A negra Josefa Costa da Visitação possuía um cordão, umas contas e também uma Conceição, tudo em ouro. Além das jóias de ouro e diamantes, muitas mulheres forras e escravas possuíam objetos de coral e outras pedras consideradas, na tradição africana, como amuletos e patuás. A mesma Bernardina Maria da Conceição possuía uma bola de âmbar e 13 contas de coral[2] enfiadas, alternadamente, com contas de ouro, como era costume entre os africanos, e Antônia de Oliveira Silva tinha dois anéis com pedra itatiaia.

A água, por exemplo, era causa de várias doenças, mas também podia significar a cura, como está exposto no

texto de João Cardoso de Miranda, *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonhas das minas do Sabará* (1749), que apregoava as virtudes da lagoa de Sabará. Não se pode esquecer a crença na água bastimal, na água benta e no maná como catalisadores e capazes de potencializar as virtudes terapêuticas e curativas da água. Esta era considerada elemento de forte poder medicinal. Parte fundamental dos corpos humanos, era usada como salutífera para todas as suas partes. Porém, devia-se tomar cuidado com a degeneração e a contaminação da água na natureza, que a faziam corruptora da saúde. Os boticários utilizavam a água como diluente de vários elementos que, assim, recebiam denominações diversas: "Águas de Cheiro para o olfato; Águas de Açucena, de clara de ovo e mel para tirar as nódoas e rugas do rosto; para o cérebro, Águas Cefálicas, como as de arlequim, mangerona e sálvia; para o fígado, Águas Hepáticas, como as de chicória, beldroegas e rosas brancas".

Um homem pragmático

João Cardoso de Miranda era português, natural de Filgueiras, freguesia de São Martinho de Cambres. Formou-se em cirurgia no Reino, tendo sido aprendiz de João Pinto de Andrade. Em 1719, viajou para Espanha e França, onde aperfeiçoou seus conhecimentos. Por volta de 1726, estabeleceu-se na Bahia e de lá, em 1731, enviou um pedido a Portugal para que lhe fosse autorizada a publicação de seu texto sobre o escorbuto e sobre a forma de tratamento específico para a doença, que ele mesmo estabelecera. Por essa época já estava quase cego, o que lhe dificultou a prática da medicina e, por isso, desde cedo envolveu-se em atividades comerciais, como o tráfico de escravos e o comércio de gêneros com a Costa da Mina.

Foi a doença dos olhos que o levou às Minas Gerais, em 1749, em busca de tratamento em uma lagoa cujas águas milagrosas estavam ficando famosas. Sentindo-se muito melhor depois dos banhos, resolveu redigir um livro sobre as águas prodigiosas da Lagoa Santa, conforme ficou conhecido o lugar. Estabelecido nas proximidades, no arraial de Sabará, escreveu um pequeno texto em que reuniu 107 casos, sem contar o seu, de curas comprovadas dos mais diversos males. Mas não ficou muito tempo na Capitania e logo voltou à Bahia. Se a doença dos olhos dificultou-lhe a prática cotidiana da medicina, a publicação de seus dois textos sobre o tema permitiu-lhe a reaproximação com o ofício em que fora formado.

Num mundo regido e governado por Deus, Este podia atribuir aos elementos da terra capacidades curativas. João Cardoso de Miranda, porém, não se contentou com a explicação mágica e religiosa. Seu texto relata também os estudos realizados no local pelo médico italiano Antônio Cialli para embasar suas afirmações sobre as virtudes terapêuticas da água da lagoa: "Depois de haver feito o mesmo doutor as experiências químicas que manda a Arte, e recomendam os autores, assentou que aquelas águas continham em si os dois mais utilíssimos minerais que costumam impregnar as águas, como eram o vitríolo e o aço". Mas apesar da explicação natural para o fenômeno, João Cardoso de Miranda fez questão de anotar que os fiéis que logo se juntaram, cerca de três mil pessoas, em busca dos banhos milagrosos trataram de edificar uma capela, consagrada a Nossa Senhora da Saúde, sob os olhares atentos do bispo e dos padres locais.

Outro elemento mágico de valor curativo era o ouro, cujas propriedades o aproximavam da idéia de *quintaessência* dos alquimistas[3]. Luís Gomes Ferreira o receitava como panacéia médica para vários tipos de doença, e dedicou um capítulo inteiro do *Erário Mineral* às suas virtudes terapêuticas. O ouro era recomendado por uma "medicina solar" que defendia ser ele o quinto

elemento, pois "do corpo mais perfeito, ou do corpo de perfeitas misturas, que resiste à corrupção, um remédio pode ser obtido, capaz de curar a corrupção de outros corpos". Gomes Ferreira não apenas atribuía virtudes mágicas ao ouro, como demonstrava empiricamente, pelo relato de inúmeros casos, sua capacidade curativa. Na época, até a Real Academia de Ciências de Paris dera sua aprovação a um elixir à base do metal, que vinha sendo comercializado na cidade, testado empiricamente por seus pares.

A crença nas práticas mágicas como elemento e importante condutor da cura aproximava o mundo português do africano e, muitas vezes, despertava a intolerância das autoridades, principalmente eclesiásticas. Mas a perseguição às feiticeiras e aos curandeiros, muitos deles escravos ou escravas de origem africana, revela que, a despeito dessa intolerância, a população recorria sistematicamente aos seus métodos de cura.

Como exemplo, o mercador Pedro Nunes de Miranda vendeu ao brigadeiro Silvestre Marques da Cunha quatro escravos curandeiros que, por isso, foram bem valorizados no mercado, valendo todos três mil cruzados. Matheus Monjolo, "público curador e adivinhador", recebia de seu senhor, Antônio Gomes da Cruz, pagamento (jornais) para rodar os arraiais e vilas próximos a Piedade, freguesia de Itaverava, atendendo à clientela e realizando curas e adivinhações. Já Manoel Nunes Vianna, conhecido por ter se tornado líder na Guerra dos Emboabas, ostentava uma escolta de negros mandingueiros e fazia circular nas Minas que, além de ter o corpo fechado, não sujeito a ser atingido por balas, também era capaz de saber o que se passava no interior das casas.

Ilustrativo foi o caso de Ignácio Mina, que vivia de fazer curas sem ser médico ou cirurgião. Morava no distrito de Antônio Dias, no arraial de Vila Rica, e foi denunciado à mesa da Devassa Eclesiástica no arraial, em 1769, sendo seu caso reportado por sete denunciantes. A maioria dos que o procuravam acreditava que as suas doenças eram originadas também de feitiços. Ignácio, mestre na arte dos contrafeitiços, fazia suas curas com ervas, remédios purgantes e pós que escondia em casa. Interessante notar que as práticas curativas que os denunciantes atribuíram a Ignácio não se baseavam em rezas ou mandingas, mas a um conhecimento arguto do valor curativo das plantas, aproximando sua prática muito mais da dos médicos e cirurgiões portugueses do que da dos feiticeiros.

O temor a esses curandeiros por vezes advinha do fato de que eram muito tênues as distâncias entre o poder de curar e o de causar doenças, e mesmo a morte. Assim, no Distrito Diamantino, no século XVIII, quatro escravos foram acusados nas Devassas Eclesiásticas de crime de feitiçaria, o que também revela as múltiplas tensões que se estabeleciam entre proprietários e cativos, vizinhos ou inimigos. Nos casos em questão, os escravos foram acusados de provocar doenças, de causar a morte de outrem com pós e feitiços e mesmo de curar das doenças por eles mesmos infligidas. Um deles, Pedro, escravo de Gonçalo Francisco Silva, foi acusado de fazer feitiçarias enterrando uma panela que continha "uns dedos de negro, um pedaço de uma caveira e uns pós, que provocaram a morte de vários escravos e escravas, com estes pós provocavam doenças e também curavam a quem tinha infligido tais dons".

Na mesma localidade, uma tal Joana, escrava de uma certa dona Maria de Cavalgante, juntou-se a Antônio Mina, ourives e escravo do capitão João Teixeira da Silva, para fazer feitiços que, segundo testemunhas, provocaram a morte de seu proprietário e de vários escravos. Utilizaram-se, para isso, de uma panela, que enterraram, contendo umas caveiras, umas raízes, pós e folhas. A rua, nos núcleos urbanos mineiros da época, era o lócus da ação dessas mulheres, e também

o lugar para onde se escoavam as tensões do mundo escravista em que viviam, e que se refletiam, muitas vezes, em comportamentos bem pouco ortodoxos.

Botica mineira

Durante muito tempo, a maioria dos medicamentos que circulavam nas Minas Gerais vinha diretamente de Portugal. Apesar de todas as dificuldades de transporte, são várias as menções a débitos contraídos na importação de boticas vindas do Reino, ou documentos que atestam o rol dos medicamentos importados. Assim, fica-se sabendo que o boticário Francisco Marcos de Almeida, residente em Vila Rica, teve que pedir dinheiro emprestado para pagar os medicamentos que viriam na próxima frota.

A distância das Minas interpunha vários atravessadores, mas mesmo assim grande quantidade de medicamentos chegava de Portugal nas frotas, aguardava a liberação na alfândega do Rio de Janeiro ou Bahia e era transportada em lombo de burro para a Capitania a partir dos dois portos litorâneos. Esse processo era longo e demorado e as condições de transporte punham em risco a qualidade dos remédios.

O comerciante português Francisco da Cruz trouxe consigo do Reino, entre outras mercadorias, 830 frascos de angélica, bebida medicinal preparada à base de uma planta do mesmo nome, misturada com vinho e aguardente. Como ele preferiu permanecer um pouco no Rio de Janeiro para refazer-se da viagem marítima e preparar-se para a segunda etapa da jornada até as Minas, decidiu enviar a mercadoria por um portador. Os vidros de angélica estavam tampados com rolhas, que foram comidas parcialmente pelos ratos nos armazéns da alfândega do Rio, o que evidencia as péssimas condições em que esses produtos ficavam estocados, ocasionando perdas e prejuízos. O carregador alegou no retorno que "com o andar dos cavalos [as garrafas] se esvaziaram", motivo pelo qual, quando os vidros chegaram ao destino, estavam total

Ex-voto de Maria Joaquina de Menezes a Sant' Ana Mestra. Minas Gerais, século XVIII, têmpera sobre madeira, 15x20cm. Coleção Márcia de Moura Castro.

ou parcialmente vazios, o que impediu que a mercadoria fosse vendida. Francisco da Cruz afirmou que, como o "sujeito que a conduziu, não se pode desconfiar dele", o mais certo era acreditar em sua história, pois o caminho para as Minas era "longo e diabólico".

Até essa época, vigoravam o preconceito e a desconfiança em relação aos produtos oriundos do Brasil, fazendo com que os boticários e os consumidores dessem preferência aos produtos do Reino. A aguardente, por exemplo, era freqüentemente utilizada nas receitas, seja como medicamento, seja como desinfetante. Apesar disso, não raro, advertia-se que os boticários usassem em suas receitas apenas a "aguardente do reino", pois a da terra, "a que chamam cachaça, que é destilada de melaço e borra do açúcar, que se faz nos engenhos, que só o cheiro faz vômitos a qualquer pessoa". Mas ao longo do século XVIII, observa-se na literatura médica uma generalização do uso de medicamentos nativos do Brasil, cujas virtudes vinham sendo propugnadas desde o início da colonização.

Aos poucos, os boticários e cirurgiões, principalmente nas Minas, passaram a incorporar às suas receitas as ervas locais. Luís Gomes Ferreira, autor do livro *Erário Mineral*, advertia que as "ervas, raízes, coisas minerais e de animais, que há nas partes do Brasil e seus sertões" serviam "de muito préstimo à saúde pública" e que as boticas locais deviam desenvolver medicamentos que as incorporassem. Passa a existir um vivo interesse, principalmente por parte desses práticos da medicina na Capitania, em descrever e conhecer mais a fundo a flora e a fauna locais para incorporá-las à matéria médica. No final do século, com a criação da Real Academia de Ciências de Lisboa, em 1790, os naturalistas que viajavam pelo Brasil tomaram a si essa tarefa, utilizando métodos mais precisos e, em geral, empregando a sistemática de Lineu para a classificação dos espécimes. Entre eles destacou-se Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da *Viagem Philosóphica.*

O inventário do boticário Vicente Leal da Silva é elucidativo no sentido de informar os tipos de utensílios usados na preparação e comercialização dos medica-

mentos. Assim, entre seus pertences, constavam os vidros, frascos e panelas necessários à botica. No de Francisco Marcos de Almeida, havia um extenso rol de instrumentos necessários à preparação, manipulação e armazenamento de drogas: "vasos grandes da terra e do Reino; vasos pequenos e outros muito pequeninos; folhas de flandres; frascos; garrafas, algumas em cristal; vidrinhos de frontispício; bules; jarros e frascos da Índia; panelas de terra; espátulas de ferro e de latão; medidas de quartilho; almofariz; grau de marfim; um alambique de cobre; três balanças e tachos de cobre". Além disso, também constam os livros necessários à função, como um em castelhano, de cirurgia, e outro intitulado *Luz de Medicina*. A botica portátil de Alexandre Rodrigues Ferreira ia acompanhada de ataduras para sangria, ventosas, lancetas, sarjadores [4], borrachas de couro para os clisteres [5], pilão de madeira para socar e peneira de seda para a quina.

Mesinhas, purgas e sangrias

Vários são os documentos que nos permitem conhecer os tipos de medicamentos comercializados em Minas no século XVIII e, até mesmo, a forma como eram empregados nos tratamentos. A purga e a sangria eram métodos importantes da terapêutica, pois a evacuação do sangue e das fezes permitia o restabelecimento dos humores desequilibrados pela doença. Por isso, os medicamentos para esses fins dominam as boticas da época. Os da botica de Alexandre Rodrigues Ferreira foram divididos em 14 categorias: estomáticos e febrífugos – bons para o estômago e que afugentam as febres; eméticos – que causam vômito e reequilibram os humores; purgantes – que provocam a purga ou evacuação de fezes; minorativos – que minoram os humores com evacuação; asperientes – que têm virtude de tirar as obstruções e opilações do corpo; refrigerantes e adoçantes; absorventes – que absorvem as umidades supérfluas do corpo; calmantes ou consolidantes – que fecham as feridas; antídotos; espirituosos – que fazem espirrar os humores pelo nariz; além dos ungüentos e dos corretivos da podridão.

Assim, a quina e a canela ou o sal de losna eram empregados na doença dos estômagos; a ipecacuanha era fartamente utilizada como emético e a jalapa, o ruibarbo e os calomelanos, à base de mercúrio, eram receitados como purgantes e vermífugos. A polpa de tamarindo e o maná – que era o orvalho colhido antes do levantar do sol, numa referência ao alimento milagroso que saciou o povo de Israel – serviam como minorativos; o láudano, como calmante, e o bálsamo, como consolidante. As triagas eram os tradicionais antídotos e, muitas vezes, observa-se o emprego da *Triaga Magna*, ou *de Veneza*, em lugar da brasílica, feita a partir dos produtos da terra. Os olhos de caranguejo eram consolidantes, já que compostos principalmente de carbonato de cálcio, e as *Águas da Rainha Hungria*, à base de alecrim, usadas nos desmaios, nos flatos histéricos ou nos hipocondríacos. A *Água da Inglaterra* e a aguardente de uva aparecem como espirituosos. Este era um medicamento criado e comercializado pelo médico português, cristão-novo, radicado em Londres, Jacob de Castro Sarmento, feito à base de quina e que era fartamente empregado nas boticas coloniais. O basilicão era usado como ungüento; e o sal e a pimenta, como corretivos da podridão.

O barbatimão, também chamado "casca do Brasil, [pois] é a única parte desta árvore que se faz uso na medicina", também foi divulgado por Jacob de Castro Sarmento, e seu uso foi introduzido, inclusive, em hospitais da Inglaterra. Esse médico teve notícias de que as prostitutas no Brasil empregavam o medicamento "para reparar a relaxação dos órgãos genitais, e [...] presumiu que a casca do barbatimão podia ser muito útil em algumas enfermidades, [...] comunicou aos médicos dos hospitais de Londres as virtudes desse novo remédio e, dando-lhes uma porção dele, lhes

pediu que o experimentassem também nos seus hospitais. Os sucessos que obtiveram foram igualmente felizes e acreditaram tanto na casca do barbatimão que os mesmos médicos a compraram depois ao Dr. Sarmento".

No inventário de Francisco Marcos de Almeida, proprietário de uma botica no distrito de Antônio Dias, em Vila Rica, foram arrolados criteriosamente todos os medicamentos que estavam em sua loja, dentre eles ungüentos, flores de papoula, raiz de barbana, pó de sândalos, tamarindos, alfazema, pedra medicamentosa, pedra-ume, coral, óleo de cura tosse, sal amoníaco, ventuxa forte, dentes de javali e panacéia mercurial. Mathias Crastro Porto, grande comerciante em Sabará e proprietário de vários estabelecimentos na localidade, possuía, em uma de suas lojas, frascos de lombrigueiro. José Rodrigues devia a João Henriques, ambos boticários, por umas pedras que o último lhe vendera.

Exotismos

Parte integrante das boticas da época eram os produtos vindos da África ou do Oriente, como coral rubro que, dissolvido em líquido aquoso, era indicado para diminuir a acidez do sangue. Também aparecem pimenta da Índia, benjoim, mirra, tâmara, canela, almíscar, sândalos, gengibre ou noz moscada. O uso desses produtos como panacéia médica era divulgado desde a Antigüidade e a expansão marítima dos portugueses generalizou e disseminou sua aplicação. Na botica de Alexandre Ferreira aparece o chamado *Bálsamo Católico*, constituído principalmente de produtos do oriente destilados em vinho. Sobre esse bálsamo diziam-se maravilhas e se lhe atribuiam "infinitas virtudes" como a cicatrização de feridas por bala. Ele era usado ainda como analgésico em dores de dente; para impedir o aparecimento de pus nas feridas abertas pela varíola, sendo bom também para os olhos e as hemoróidas e empregado em doenças internas do estômago. As flores de benjoim eram usadas como antídoto contra a gangrena; a calamita, considerada balsâmica e estimulante, era transportada em canudos de cana para não perder o perfume. Também mirra, incenso, almíscar oriental, dentre outros produtos, aparecem freqüentemente nas boticas mineiras.

Os remédios chamados bezoárticos, isto é, feitos a partir da pedra de bezoar – um tipo de pedra que cresce no bucho de animais –, também eram empregados desde a Antigüidade e possuíam inúmeras virtudes. Em Minas, usava-se, entre outros bezoárticos, o âmbar gris, que se formava no intestino de cachalotes; a pedra de porco-espinho, "considerada o mais eficaz dos bezoares do Oriente e indicada nos casos de vômitos, fraqueza de estômago, aflições do coração, afetos uterinos das mulheres, 'paixões dos rins', retenção de urina e febres malignas. No Brasil, essa preciosidade era fornecida pelos porcos-do-mato". As pedras encontradas na cabeça do jacaré eram utilizadas no combate à febre; a pedra lipes servia "para consumir as carnes supérfluas das chagas e para curar as da boca"; a pedra-ume suspendia as diarréias após a evacuação dos humores.

A botica do capitão Antônio de Matos Pereira, instalada em uma morada de casas com sua alcova em Guarapiranga, termo de Mariana, era de grande porte e bem provida de medicamentos, tanto importados quanto da terra. A relação dos remédios que constavam em sua botica soma 391 itens e é espelho da parafernália medicamentosa que os boticários comercializavam nas Minas Gerais, empregando-as nos mais diferentes tratamentos. Já a botica de Francisco Marcos de Almeida comportava 324 itens, em muito semelhantes aos do capitão Matos Pereira.

Grande parte dos medicamentos tinha origem no reino animal. O sal de víbora era produzido da destilação das cobras previamente secas e indicado no tratamento de

bexigas, paralisia, apoplexia, consideradas doenças de quenturas malignas. Também se empregavam partes dos animais que, ingeridas ou em contato com o doente, promoviam a cura. O marfim era usado como refrigerante e adstringente em qualquer fluxo de sangue, bem como para expulsar as lombrigas e para impedir a coagulação do leite no estômago. Empregavam-se os olhos de caranguejo nos problemas estomacais, de rins e bexiga, e os cornos dos sapos nambiocoaras para purificar a água. As unhas da preguiça, do tamanduá ou da anta eram receitadas para os problemas do coração, e a banha de vários animais, como o quati, algumas cobras, o gambá e o tamanduá, vendida em garrafas, servia para a cura do reumatismo. No rio Amazonas, era voz corrente que a ingestão dos peixes "fazia algum efeito notável".

Era comum ainda o uso de excrementos animais ou humanos como medicamento, por serem considerados revitalizadores da matéria. O leite materno aparece em algumas receitas, como também o esterco, as fezes e a urina humanos ou de animais. Os emplastos e ungüentos eram bastante utilizados nas doenças de pele. O *Emplasto de Saturno*, feito à base de mirra vermelha, era outro medicamento curativo comum nas boticas mineiras. Inventado por M. Goulart, professor de cirurgia do Colégio de Medicina na França e professor da Universidade de Montpellier, era usado no processo de cicatrização, evitando a gangrena, e para retirar verrugas, hemorróidas, sarna, frieiras e outras doenças da pele.

Medicina tropical

A atuação de cirurgiões-barbeiros e boticários em Minas Gerais, que incorporaram em suas receitas os elementos da natureza da Capitania nos medicamentos prescritos, foi mais um capítulo na configuração de uma medicina tropical de base empírica. Grande parte do uso desses elementos como panacéia curativa veio do contato com índios e escravos, conhecimento em muitos casos intermediado pelos paulistas e em grande parte divulgado pelos manuais de medicina popular escritos na capitania ao longo do século XVIII. Esse conhecimento circulava continuamente entre a América e a Europa, e resultou na sua cristalização em bases eruditas por meio dos médicos e naturalistas na Europa.

Assim, ao mesmo tempo em que os livros produzidos nas Minas se tornavam referência no velho continente, o inverso também ocorria: dos livros europeus, os cirurgiões em Minas tiravam parte das receitas dos medicamentos prescritos, tornando difícil distinguir uma só origem para a formulação desse saber. Se, geralmente, os intelectuais europeus se aproveitavam das técnicas e das informações conseguidas com os nativos e intermediadas pelos boticários e cirurgiões-barbeiros, eles descartavam a moldura geral que enquadrava esse conhecimento, construindo, dessa maneira, um modelo de medicina estabelecido cada vez mais sobre as bases de uma ciência moderna.

Notas |

1. Bezoárticos: feitos a partir da pedra de bezoar, que é um tipo de pedra que cresce no bucho de animais.

2. "Entre as forras e os livres que faziam uso dos corais deve ter havido grandes diferenças no que se refere à apropriação do material, ao uso ritual dele e aos significados a ele atribuídos. Usá-lo em contas, à maneira dos africanos da Costa da Mina, ou em ramas, à moda dos amuletos europeus ou, ainda, transformá-lo em figas, que, não obstante serem generalizadamente consideradas objetos de origem africana, chegaram ao Brasil via Europa, foram opções pessoais e de grupos. Misturá-los a diferentes contas de várias tonalidades, usá-los junto a outros fios e cordões, foi escolha estética, mas foi, também, indicativo de práticas mágico-protetoras, de devoção, de vinculação religiosa, de guarda de tradições culturais, de autoridade e de poderes". (Cf. PAIVA, 2001).

3. Os alquimistas acreditavam na existência de um quinto elemento, para além dos quatro essenciais à vida: terra, fogo, água e ar. Esse elemento desafiaria as leis da corrupção e poderia ser usado para prolongar a vida.

4. Sarjador: espécie de lanceta para fazer incisão.

5. Clister: lavagem intestinal.

Referências bibliográficas

ABREU, José Rodrigues. *Historiologia Médica, fundada e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl.* Lisboa: Oficina de Antônio de Sousa da Silva, 1739.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD). *Livro de Óbitos do Tejuco*, 1752-1895.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). *Devassas Eclesiásticas,* 1753.

Arquivo Histórico da Casa do Pilar (AHCP). Museu da Inconfidência (MI), Ouro Preto.

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Seção Colonial 11.

BLUTEAU, Rafael. *Theriaga*. In: *Dicionário da língua portuguesa*, Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1739. (Ampliado por Antônio de Morais).

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno.* São Paulo: Xamã, 1994.

CARVALHO, Augusto da Silva. *A prodigiosa lagoa e seu autor.* In: MIRANDA, João Cardoso de. *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonhas das minas do Sabará*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. (Edição crítica organizada por Augusto da Silva Carvalho).

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida e CAMPOS, Maria Verônica. (Org.) *Lembrança das ervas medicinais, dos cipós e das árvores e paus mais usuais no país das Minas.* In: *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). *Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens.* In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção Mineiriana).

GOMES, Bernardino Antonio. *Observacoes botanico-medicas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em latim, e portuguez e offerecidas a Academia Real das Sciencias.* Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1803.

GOODYEAR JR, James. *The Empirist: Garcia d´Orta.* In: *Agents of Empire, Portuguese doctors in colonial Brazil and the idea of tropical disease.* Baltimore: John Hopkins University, 1982. (Mimeo).

GROSSI, Ramon Fernandes. *O caso de Ignácio mina: tensões sociais e práticas "mágicas" nas minas.* In: *Varia Historia*, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A botica da natureza.* In: *Caminhos e fronteiras.* 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Hospital São José. *Testamentária de Francisco Pinheiro.* Lisboa, carta 150, maço 29.

LIMA, Américo Pires de. *As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.* Lisboa: Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT).

MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MENDES, José Antonio. *Governo de Mineiros, mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas...* Lisboa: Oficina de Antonio Roiz Galhardo, 1770.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista.* São Paulo: Scritta, 1994.

MIRANDA, João Cardoso de. *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica.* Lisboa, 1741.

Museu do Ouro, Casa de Borba Gato. *Inventário e Testamento de Mathias Castro Porto*, Sabará.

NAVA, Pedro. *Capítulos de História da Medicina no Brasil.* Rio de Janeiro: Brasil Médico-Cirúrgico, 1948.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição, inventários de bens conquistados a cristãos-novos.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1976.

PAIVA, Eduardo França. *De Corpo Fechado: o gênero masculino, as milícias e as práticas mágicas nas Minas Gerais do início do século XVIII – trânsito cultural.* In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX.* São Paulo: Editora Annablume.Coleção Olhares. (No prelo).

PAIVA, Eduardo. *Escravidão e universo cultural na Colônia - Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII.* São Paulo: Hucitec, 1997.

STAHL, Georg E. *Philosophical principles of universal chemistry.* London: John Osborn, 1730.

VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo/ Belo Horizonte: Alameda/Ed. PUC Minas, 2005.

A historiadora **Júnia Ferreira Furtado** é professora do Departamento de História da UFMG e autora, entre outros, de *Diálogos Oceânicos* (Editora UFMG) e *Chica da Silva e o contratador dos diamantes* (Companhia das Letras).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Iraci Del Nero da Costa
Francisco Vidal Luna

De escravo a senhor *

A estrutura de apropriação da mão-de-obra cativa em Minas Gerais no século XVIII propiciou a ascensão de forros à condição de proprietários, caracterizando fenômeno só estudado pormenorizadamente a contar dos anos 70 do século XX.

> O processo de ocupação e povoamento verificado em Minas Gerais apresentou características próprias. A sociedade mineira distinguiu-se daquelas que se estabeleceram com base na faina agrícola ou na atividade criatória. Defrontamo-nos, em Minas, com um processo de urbanização mais intenso do que no resto da Colônia, com maior diversificação de atividades, maior flexibilidade social, economia fortemente integrada, estabelecimento de interdependência regional e conseqüente estruturação de significativo mercado interno. Esses elementos articularam-se peculiarmente, dando origem a um sistema complexo [1], do qual interessa aqui salientar a estrutura de posse de escravos e a composição da massa de senhores, segundo seu enquadramento em dois dos estratos sociais existentes no Brasil-colônia: livres e forros.

O conhecimento da estrutura de posse de cativos, além de lançar luz sobre a estratificação social vigente em qualquer sociedade escravista e representar valioso subsídio para o lineamento das atividades produtivas de maior significância em cada momento histórico, apresenta-se como elemento altamente relevante no estabelecimento do nível relativo de riqueza dos segmentos socioeconômicos em que se podem decompor uma dada comunidade. Evidencia-se claramente, nesse caso, a contribuição que trará para o entendimento do tema a identificação da estrutura de apropriação da mão-de-obra escrava.

A estrutura de posse de escravos apresentava em Minas Gerais elevada correlação com a forma de a riqueza distribuir-se entre os mineradores. "A natureza mesma da empresa mineira não permitia uma ligação à terra do tipo da que prevalecia nas regiões açucareiras. O capital fixo era reduzido, a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis" (Furtado, 1968, p. 82). A isso acrescentaríamos que esses recursos, em larga medida, alocavam-se na compra de escravos, principal fator de produção utilizado no trabalho extrativo.

A atividade mineratória possibilitava aos escravos maior mobilidade social *vis-à-vis* às demais economias do Brasil-colônia. A forma como se realizava a exploração do ouro e diamantes facultava maior liberdade e iniciativa aos cativos. Por rigoroso que fosse o controle exercido, em particular na lavagem do cascalho, o escravo detinha elevada parcela de responsabilidade na localização das pedras preciosas e das partículas de ouro. Por essa razão, os mineiros procuravam estimular seus escravos, concedendo-lhes prêmios por produção, disso resultando a grande freqüência de alforrias. Ao cativo, obtida a liberdade, tornava-se fácil dedicar-se à faiscação; os resultados de seu trabalho, caso contasse com sorte, poderiam proporcionar-lhe os meios para fazer-se, ele próprio, um senhor de escravos.

Neste estudo, servimo-nos de duas categorias de fontes primárias: os assentos de óbitos da freguesia de Antônio Dias (pertencente a Vila Rica) e os registros de capitação dos escravos da Comarca do Serro Frio. O espaço temporal analisado abrange o período 1738-1811. Relativamente aos assentos paroquiais, selecionamos os triênios de 1743-7145, 1760-1762, 1799-1801 e 1809-1811[2]. O primeiro corresponde ao momento em que ainda florescia a lide exploratória. No segundo, já se revelava declinante a faina aurífera. O penúltimo coloca-se na quadra de sua franca decadência. Finalmente, no triênio 1809-1811 encontrava-se definitivamente superada a atividade mineratória. Já se definira então o processo de recuperação da economia colonial com base na agricultura, em ressurgimento desde o último quartel do século XVIII.

Ainda que admitindo as limitações do fundamento empírico representado pelos registros paroquiais, confiamos na validade desse empreendimento, tendo em vista a escassez de informações quantitativas concernentes à

escravaria brasileira. É preciso, contudo, esclarecer que não temos a pretensão de estabelecer quantidades, índices ou relações definitivas. Propomos, tão-somente, alguns indicadores, reconhecidamente grosseiros, porém suficientes ao lineamento de tendências mais evidentes e marcantes. Mesmo essas últimas, encaramo-las com reservas, pois mostram-se passíveis de futuras e necessárias qualificações e reparos.

Senhores, cativos e forros

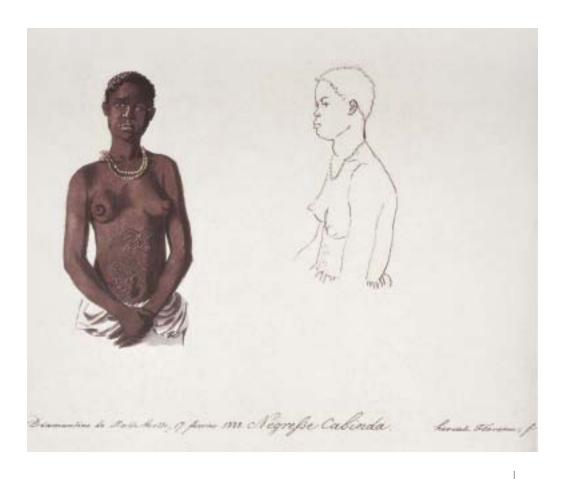
Feitas essas ressalvas, passemos à análise dos elementos quantitativos referentes à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma de duas existentes em Vila Rica no período colonial[3]. Merece realce, desde logo, a presença altamente significativa dos forros no conjunto dos detentores de escravos. Considerados os períodos selecionados, eles representaram 8,8%, 14,6%, 6,9% e 3% do total de proprietários, respectivamente. Tais cifras evidenciam, ademais, a participação declinante dos alforriados no aludido conjunto. Seu decréscimo relativo foi condicionado, certamente, pela decadência da atividade exploratória em Vila Rica.

Fato igualmente marcante refere-se à distinta composição da massa escrava pertencente a forros daquela possuída por homens livres. Estes últimos, eventuais possuidores de maior riqueza e poder aquisitivo, voltavam-se, ao que parece, a fainas produtivas – seja pela escala, seja pela natureza – mais exigentes de mão-de-obra masculina adulta. Essa inferência deriva do confronto, para os segmentos em foco, da participação dos óbitos de homens adultos no total de falecimentos de cativos (Tabela 1).

A corroborar a "preferência" dos livres pelo escravo do sexo masculino, encontram-se os percentuais de cativos homens sobre o total de adultos falecidos – fato patenteado na Tabela 2. Esse argumento ver-se-á reforçado, a seguir, quando distinguirmos os proprietários segundo sexo e estrato social, o que propiciará sugestivas ilações.

Evento dos mais significativos diz respeito à queda, no decurso dos anos, da participação dos proprietários livres do sexo masculino e ao dramático incremento do peso relativo de proprietárias do mesmo estrato social. Considerado o corpo inteiro de senhores, evidencia-se o continuado decréscimo acima aludido: os senhores livres do sexo masculino representaram, nos períodos já assinalados, respectivamente 87,63%, 78,80%, 63,12% e 62%. Tal declínio viu-se mais do que compensado – tomados os triênios extremos aqui contemplados – pelo aumento correspondente à participação das proprietárias livres. Para estas, obedecida a mesma ordem cronológica, observaram-se as seguintes cifras: 3,60%, 6,64%, 30% e 35%.

O elemento livre do sexo masculino resultou, pois, como que "substituído" pelo sexo oposto, fenômeno facilmente observável na Tabela 3. Assim, de uma posição praticamente "monopolizadora", sua participação reduziu-se a menos de dois terços do total de senhores livres. Paralelamente, o peso relativo das mulheres quase decuplicou. Um dos fatores explicativos desse processo repousa no movimento emigratório verificado em Vila Rica a partir, sobretudo, dos anos 60 do século XVIII. Em outro trabalho (COSTA, 1977, p. 169 e seguintes) foi analisado exaustivamente esse deslocamento populacional, no qual predominaram os homens livres. Estes, possivelmente acompanhados de seus escravos, demandavam outras áreas do território colonial.

Por outro lado, deve-se lembrar o elevado número de proprietárias viúvas. Faltam-nos dados conclusivos a respeito, mas, ao que parece, o aumento da quantidade de senhoras livres decorreu, em grande medida, do crescente peso relativo das viúvas no conjunto das donas de cativos[4]. Tal fato decorreria do próprio esmorecimento da atividade econômica da urbe. A conseqüente saída de senhores e o

Negra cabinda. Aquarela e desenho de Hércules Florence, 1828.
Acervo Academia de Ciências da Rússia in MONTEIRO, S., KAZ, L. ed. *Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829.* Rio de Janeiro: Alumbramento/Livroarte, 1988.

diminuto afluxo de novos indivíduos fez avolumar-se o número de viúvas, herdeiras dos escravos dos maridos.

Senhoras e senhores

Atenhamo-nos, agora, aos proprietários forros. Para estes, diferentemente do observado com referência aos senhores livres, revelou-se majoritário o sexo feminino. De outra parte, com respeito aos alforriados; não se patentearam transformações quantitativas capazes de igualar, pela magnitude, aquelas detectadas entre os senhores livres. Relativamente ao total de proprietários, couberam às forras, obedecidos os períodos selecionados, as seguintes participações: 5,16%, 8,23%, 5,63% e 2%. Aos libertos do sexo masculino, tocaram cifras mais modestas: 3,61%, 6,33%, 1,25% e 1%.

Como assinalamos acima, as mulheres predominavam entre os proprietários forros. A nosso ver, esta característica representa a grande distinção entre livres e libertos. O peso relativo maior do sexo feminino vai ilustrado na Tabela 4, da qual infere-se, concomitantemente, a apoucada mudança na massa de proprietários forros, considerados os sexos, frente às grandes variações ocorridas no conjunto de senhores livres, fenômeno ao qual já nos reportamos.

Negro cabinda. Aquarela e desenho de Hércules Florence, 1828.
Acervo Academia de Ciências da Rússia in MONTEIRO, S., KAZ, L. ed. *Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829.* Rio de Janeiro: Alumbramento/Livroarte, 1988.

Nossos dados parecem apontar a "preferência" dos livres por escravos do sexo masculino. Tomada a participação por sexos, firma-se mais fortemente esse comportamento dos proprietários, pois figuram para senhores livres do sexo masculino elevados percentuais correspondentes a cativos homens, computada a massa de adultos falecidos. Quanto às proprietárias livres, essa participação revelou-se menor (Tabela 5). Marca-se, portanto, de modo palmar, a "preferência" dos livres, particularmente dos senhores do sexo masculino, por escravos homens.

Sugestivamente, tomados os proprietários forros, verifica-se comportamento similar, vale dizer, os alforriados homens, aparentemente, também "preferiam" escravos do sexo masculino. Embora os diferenciais não sejam da mesma ordem dos respeitantes aos livres, nota-se claramente a referida "identidade" entre senhores forros e livres (Tabela 6). Acima da barreira representada pelo estrato social, aparece um elemento de semelhança, embora tênue, entre senhores de sexos opostos.

Escravos do Serro Frio

Antes de passarmos ao estudo das evidências empíricas concernentes aos registros fiscais da Comarca do Serro

Frio[5] cabe lembrar que, embora a área em apreço tenha-se notabilizado pela atividade diamantífera, no momento contemplado neste trabalho (1738), ela estava proibida. Daí poder-se presumir que os proprietários – e respectiva escravaria – arrolados no documento referido, dedicavam-se, predominantemente, à exploração aurífera.

Colocada essa consideração preliminar, atenhamo-nos à análise do Quadro I. Nele aparecem dois *corpus*, um correspondente aos proprietários forros, outro referente aos não-forros (livres). Aos forros correspondia a expressiva parcela de 22,2% dos senhores. Note-se que, enquanto dentre os não-forros os elementos do sexo feminino representavam tão-somente 3,1% dos proprietários anotados, no segmento dos forros esse percentual alcançava a significativa cifra de 63%.

As libertas possuíam, em conjunto, 55,6% dos escravos pertencentes aos forros, e entre os não-forros as muheres detinham apenas 1,9%. Evidencia-se, ademais, certa correspondência entre o sexo do proprietário e o dos respectivos escravos, tanto no conjunto dos forros como no relativo aos não-forros. Assim, dentre os forros homens, os escravos do mesmo sexo participavam com 71%, ao passo que, na escravaria pertencente aos forros do sexo feminino, o percentual referente aos cativos homens reduzia-se a 42,3%. Fato similar ocorria no grupo dos não-forros: para o estoque de cativos pertencentes aos homens desse segmento, os elementos do sexo masculino representavam a elevada parcela de 87,3% e, na massa escrava de propriedade das mulheres, os indivíduos do sexo masculino participavam com 49,6%.

Quanto à estrutura de posse, os forros detinham 783 cativos – 9,9% da escravaria. Os indivíduos com um cativo perfaziam 60,2% dos forros (contra 31,1% dos não-forros). Os libertos com dois escravos participavam com 17,8% de seu segmento (contra 18,5% dos não-forros). Os forros possuidores de três a seis cativos representavam 18,3% do total, enquanto, para os não-forros, o peso relativo correspondente alcançava 28,1%.

Por fim, apenas 3,7% dos libertos detinham uma escravaria superior a sete cativos. Dentre os não-forros, a cifra respectiva alcançava 22,3%. Do exposto, percebe-se claramente constituírem os forros um grupo relativamente pobre quando comparado ao segmento oposto. Isso se confirma através do confronto da média de cativos por proprietário dos dois grupos: 2,02 para forros e 5,27 relativamente aos não-forros.

Os escravos dos forros revelavam características algo diferentes em face dos pertencentes aos não-forros. Quanto ao sexo, os homens participavam com menor peso relativo na escravaria pertencente aos forros – 55% contra 86,8% concernentes aos não-forros. Com respeito à origem, a massa escrava dos forros denotava participação relativa dos sudaneses (82,9%), maior que a verificada no estoque dos não-forros (73,5%). Considerando que os sudaneses representavam os elementos preferidos como escravos nas Gerais, conclui-se que, sob tal aspecto, a escravaria dos forros apresentava melhor "qualidade" do que a massa de cativos dos não-forros.

Quanto à estrutura etária, os escravos pertencentes aos forros revelavam-se mais jovens. Assim, o estrato dos cativos com idade igual ou superior a quarenta anos representava 10,7% da escravaria dos forros e 14,3% do total de escravos dos não-forros. O inverso ocorria com os cativos de idade inferior a 20 anos: 22,2% no estoque de escravos dos forros e 13,2% no dos não-forros.

Conclusões

A análise das fontes primárias embasadoras deste trabalho – em que pesem tais fontes documentais serem distintas no tempo e no espaço, assim também quanto aos fins a que se destinavam e aos agentes que as elaboraram –

conduziu-nos, essencialmente, às mesmas conclusões. Esse fato *de per si* revela, do ponto de vista metodológico, tamanha significância que se tornam ociosas quaisquer considerações adicionais. Isto posto, enumeremos pormenorizadamente os principais resultados propiciados pelo estudo dos elementos empíricos apreciados:

- marcou-se a presença altamente relevante do elemento forro no conjunto dos proprietários de escravos;
- confirmou-se a prevalência, na área em apreço, de uma sociedade permeável à ascensão de elementos alforriados, de que decorreu a inexistência de estrita rigidez quanto à estratificação social;
- quanto ao sexo dos proprietários forros, contrariamente ao verificado com referência aos não-forros (livres), predominou o feminino. Por outro lado, os proprietários não-forros do sexo masculino mostraram-se majoritários no conjunto dos senhores;
- patenteou-se – tanto para forros como para não-forros – "preferência" por cativos do mesmo sexo do proprietário;
- para Vila Rica, cujos dados nos permitiram analisar variações no decurso do tempo, evidenciou-se declínio do peso relativo do elemento forro no conjunto de senhores de cativos, fenômeno condicionado, provavelmente, pela decadência da atividade exploratória naquela cidade.

Quanto à Comarca do Serro Frio impõem-se, ademais, três outras conclusões:

- a estrutura etária dos escravos pertencentes aos forros evidenciou a existência de massa de cativos relativamente jovem em face da possuída pelos não-forros;
- quanto à origem dos cativos, a escravaria dos forros denotava participação relativa dos sudaneses, maior do que a verificada no estoque dos não-forros;
- no concernente à estrutura de posse de escravos, os proprietários forros constituíam um grupo relativamente pobre frente ao segmento oposto.

Notas |

1. Sobre o processo de urbanização, atividades produtivas e divisão social do trabalho em Minas Gerais, veja-se LUNA e COSTA, 1978.

2. Servimo-nos dos seguintes códices manuscritos: MSS. - Cod. 2 RO - *Livro de assento dos mortos (livres e escravos) e Testamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição: Livro A (1727-1753); Livro B (1753-1764).* MSS.- *Cod. 3 RO - Livro de assento de óbitos - 1741/1770.* MSS. - *Cod. 5 RO - Livro de assento de óbitos - 1796-1821.*

3. Os resultados subseqüentes constam de trabalho de mais larga amplitude (COSTA, 1978), no qual são analisadas as mesmas fontes documentais arroladas na nota precedente.

4. Apenas para o triênio 1809-1811 foi-nos possível determinar, aproximadamente, o peso relativo das viúvas sobre o total de proprietárias livres. Representavam as viúvas, pelo menos, 45,7% das senhoras livres e possuíam, ao menos, 47,7% da escravaria pertencente a todas as proprietárias livres.

5. MSS. - *Cód. no. 1068. Serro do Frio: Escravos, livro de matrícula.* Acervo da Casa dos Contos.

Referências bibliográficas

1. COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: FEA-USP, 1977.

2. COSTA, Iraci del Nero da. *Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica*. São Paulo: FEA-USP/IPE-USP, 1978. (Série História Econômica, nº 1).

3. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

4. LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial* (Vila Rica: 1804). São Paulo: IPE-USP, 1978.

* Este artigo, publicado originalmente sob o título *A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos* em Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, 32(7):836-841, 1980, é agora republicado com pequenas alterações de forma, sem prejuízo de seu conteúdo.

Iraci del Nero da Costa aposentou-se como professor livre-docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP).

Francisco Vidal Luna aposentou-se como professor-doutor pela mesma instituição. Ambos são membros do Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP e autores do livro *Minas colonial: economia e sociedade* (Fipe/ Pioneira), entre outros.

Tabela 1 | Percentagens de escravos adultos do sexo masculino no total de óbitos

Proprietários	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Livres	77,78	71,92	63,88	52,27
Forros	31,82	47,92	31,25	33,33

Tabela 2 | Percentagens de óbitos de escravos adultos do sexo masculino sobre o total de óbitos de escravos adultos

Proprietários	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Livres	90,52	84,83	76,73	73,40
Forros	66,67	74,19	55,56	33,33

Tabela 3 | Percentuais de proprietários, segundo o sexo, considerado o total de senhores livres

Proprietários	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Homens	96,05	92,22	67,79	63,92
Mulheres	3,95	7,78	32,21	36,08

Tabela 4 | Percentuais de proprietários, segundo o sexo, considerado o total de senhores forros

Proprietários	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Homens	41,18	43,48	18,18	33,33
Mulheres	58,82	56,52	81,82	66,67

Tabela 5 | Percentagens de óbitos de escravos adultos do sexo masculino sobre o total de óbitos de escravos adultos

Proprietários livres	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Homens	91,70	86,36	83,78	75,00
Mulheres	50,00	53,33	60,42	69,23

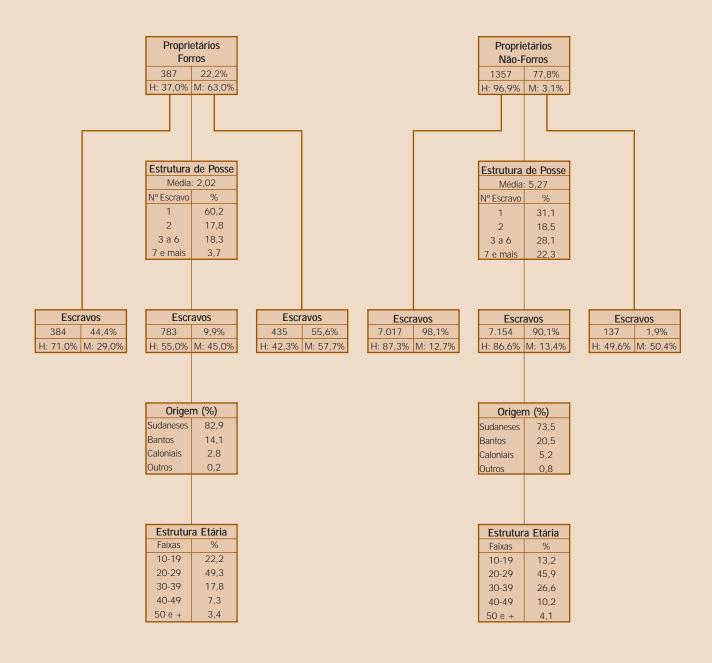
Tabela 5 | Percentagens de óbitos de escravos adultos do sexo masculino sobre o total de óbitos de escravos adultos

Proprietários forros	1743-45	1760-62	1799-1801	1809-11
Homens	77,78	81,25	50,00	100,00
Mulheres	58,33	66,67	57,14	--

Quadro 1 | Relações concernentes à Comarca do Serro Frio (1738).

Ensaio

Eliana de Freitas Dutra

Laços fraternos

Através do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* é possível acompanhar a construção imaginária de uma comunidade luso-brasileira em um *corpus* de pequenos livros de origem portuguesa.

> Charmosos, aparentemente inocentes, em formato de bolso, eles cruzaram o Oceano Atlântico em direção ao Brasil durante 84 anos, sem interrupção, durante os quais asseguraram um intercâmbio cultural entre uma potência colonial e uma nação em formação. Como os navegadores portugueses, esses pequenos livros fizeram também uma outra via em direção às colônias da África e às ilhas integrantes do império português. Mas é ao Brasil, como veremos, aonde pretendiam de fato chegar.

O *Almanaque de Lembranças* nasceu em Paris, na rua Chaussée d'Antin, em 1850, editado para o ano de 1851, e lá continua a ser impresso até 1853, na tipografia M. Cerf. A partir de então passa a ser editado em Lisboa e sua impressão se alternará, respectivamente, entre a Tipografia de Lucas Evangelista, a Tipografia Universal, a Imprensa Nacional, a Tipografia Franco-Portuguesa, a Tipografia Lisboa (em co-autoria com Lallemant Frères, de Paris) e, no final, a Tipografia e Estereotipia Moderna, em co-autoria com Antônio Maria Pereira. Em 1855 ele será nomeado *Luso-Brasileiro*, quando, então, seu editor/proprietário decide fazer duas edições: uma para Portugal e outra para o Brasil, apenas com a modificação do calendário. Finalmente, em 1872, ele se torna Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. Esta denominação o perseguirá até o fim de sua longa existência. Assim, ele conheceu três títulos: *Almanaque de Lembranças, Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro e Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.*

Um ano depois de ter-se tornado luso-brasileiro, ou seja, em 1856, sua tiragem subiu até a cifra de 20 mil exemplares, enquanto para o ano de 1855 encontramos uma indicação de tiragem de 16 mil exemplares. Para 1857, havia a previsão de uma tiragem de 24 mil exemplares, número bastante expressivo para as modestas cifras e padrões da incipiente indústria de edição no Brasil da época.

Publicação anual, em formato de bolso, com um número médio de páginas em torno de 500, impresso em papel muito fino – conhecido como papel bíblia –, impressão tipográfica em corpo pequeno, preto e branco, ilustrado, o A*lmanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* foi estruturado em seções que remetem ao calendário. No primeiro número, de 1851, apresenta-se organizado em rubricas voltadas para dedicatórias, índice, prólogo, cronologia, mercados e feiras em Portugal, calendário português, informações do cotidiano como o santo do dia, o calendário eclesiástico, as comemorações religiosas etc., seguidas de textos variados distribuídos para cada dia. Com o tempo, as seções se ampliam e passam a incorporar os eclipses do ano, as marés, o quadro dos incêndios, as medidas, os caminhos-de-ferro portugueses, os nomes de colaboradores, elogios biográficos com os respectivos retratos, correspondência, informações sobre as normas editoriais e comerciais do *Almanaque* e, no final, os artigos. Nada de astrologia, como era tão comum nesse gênero de literatura, e, em toda parte, as anedotas e os ditados populares[1].

Circulação

Entre as várias condições para a boa circulação do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* entre os leitores brasileiros deve ser considerado o preço de venda. Nossas informações permitem deduzir, ainda que no campo das conjecturas, que as condições eram favoráveis ao consumo popular dessa publicação. Assim, encontramos na edição de 1863 uma indicação do preço promocional de dois mil réis para a compra de dez exemplares, o que significa um preço especial de 200 réis o exemplar. Em 1886, constatamos que a direção decidiu publicar um suplemento do *Almanaque*, com o mesmo formato e características, mas dedicado exclusivamente às rubricas literárias e recreativas, cujo preço era de 180 réis em brochura e de 270 réis em papel cartão, com as despesas de entrega incluídas para Portugal e as Ilhas. É possível estimar, para os anos 80 do século XIX, um

preço entre 300 e 400 réis, o que correspondia, no Brasil da época, ao custo de meio quilo de café, ou a um quilo de açúcar glacê. O preço era, portanto, muito acessível para uma publicação de tipo anual, o que certamente deve ter assegurado ao *Almanaque* inúmeros leitores.

Sucederam-se na direção do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* as gerações de duas famílias: duas dos Castilho e três dos Cordeiro [2]. Seu fundador e primeiro editor chamava-se Alexandre Magno de Castilho, matemático, escritor, membro do Instituto Histórico de Paris, irmão mais novo de Antônio Feliciano de Castilho, famoso escritor de língua portuguesa. Esse importante poeta do romantismo português dedicou-se, durante um período de sua vida, às atividades pedagógicas, tornando-se então conhecido como inventor de um método de ensino elementar de alfabetização, largamente utilizado em Portugal e no Brasil do século XIX e do início do século XX. Alexandre faleceu em 1860, deixando, entretanto, pronto o *Almanaque* de 1861, e foi sucedido na direção da publicação por seu sobrinho e genro, que, como ele, se chamava Alexandre Magno de Castilho. Teve ele como principal colaborador um outro poeta do segundo romantismo português, Antônio Xavier Cordeiro, que, por sua vez, sucedeu a Castilho após sua morte prematura aos 36 anos, em 1871. Mais tarde, seus sobrinhos ocuparam durante duas gerações a liderança do *Almanaque*, até a terceira década do século XX.

Alexandre Magno de Castilho, o sobrinho, era francês de nascimento, oficial do Exército português, engenheiro hidrográfico, professor na Escola Naval Portuguesa e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A trajetória de vida de Alexandre de Castilho [3] é significativa para a compreensão do fato de que ele viria guardar e aprofundar a principal característica de fundo do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro:* o de conter um discurso colonial/pós-colonial que instrumentalizaria o desejo português de manter sua influência cultural sobre a jovem nação brasileira, através da construção da noção imaginária de uma comunidade fraterna entre os dois países e da sustentação do ideal de uma harmonia cultural entre Brasil e Portugal. Essa característica, surgida com o seu segundo editor, sobrevive, no nosso entender, mesmo após sua morte em 1871, e continua com seus sucessores como traço marcante do *Almanaque* até sua edição final.

Como oficial da Marinha, Castilho viveu na África, onde se dedicou aos estudos hidrográficos e geodésicos das costas africanas. Funcionário técnico do império colonial português, ele organizaria posteriormente uma biblioteca e um arquivo de obras portuguesas e estrangeiras sobre as descobertas, nos quais também reuniria mapas, planos e instrumentos náuticos. Castilho escreveu obras como *Memória sobre o tipo das descobertas na África e Estudos historiográficos sobre os monumentos comemorativos das descobertas portuguesas na África.* Sua ação se dirigiu para a reunião das informações sobre a geografia, a natureza e a vida social nas colônias, de forma a organizar um conhecimento sobre "o outro": ou seja, sobre outros mundos ou outros povos [4]. O *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, a seu modo, faria algo similar.

Novas e variadas

Um olhar sobre a proposta inicial do *Almanaque de Lembranças* para o ano de 1851 coloca-nos diante dos propósitos de Castilho, o tio, bem como de sua expectativa em relação a esse gênero literário já a partir do momento em que esse começa a publicá-lo. "Novidade" e "variedade" são duas palavras que, no seu entender, traduzem o mérito do *Almanaque*. Novidade porque ele acreditava não existir em Portugal, ou em qualquer outro lugar, um almanaque como o seu; e variedade devido à amplitude das notas e das notícias, em todos os domínios do conhecimento humano, veiculadas pelo *Almanaque de Lembranças*.

Quanto ao título, Castilho fala de dois motivos pelos quais ele teria escolhido a palavra *Lembranças*. O primeiro, atribui às diversas notas que integravam o conteúdo do *Almanaque*. O outro decorre do fato de haver, desde o início, concebido o *Almanaque* também como uma agenda, no sentido francês da palavra, na qual os leitores poderiam escrever, dia após dia, aquilo que tinham por fazer, de maneira a adquirir um espírito de ordem e regularidade. Aliás, ao longo de seus vários números, o *Almanaque* insistirá na importância da idéia de regularidade na vida individual e coletiva, assim como na noção de almanaque visto como livro disciplinar. Nas páginas do *Almanaque*, Eça de Queirós lembra que ele "define os sinais, traça linhas, nas quais circula com precisão toda nossa vida social" [5].

Castilho foi um especialista e um divulgador de fórmulas mnemônicas. Ele escreveu várias obras, entre elas alguns tratados e um dicionário sobre o tema da mnemotecnia. Para permitir as anotações dos leitores, o *Almanaque das Lembranças* deixava, em cada página, um espaço em branco, que acabaria por ser eliminado, por decisão do editor, após seu segundo numero. É por isso que o *Almanaque* é visto por Castilho como um livro de memórias, capaz de permitir o registro oficial de todos os tipos de ações pessoais e de se tornar um "depositário dos pensamentos íntimos, e um confidente das dores e dos prazeres" [6] Castilho fala dele ainda como "um pequeno livro leve, apropriado a todos os gostos e de diferentes utilidades ao mesmo tempo, para todas as classes" [7], uma "pequena enciclopédia", "um calendário".

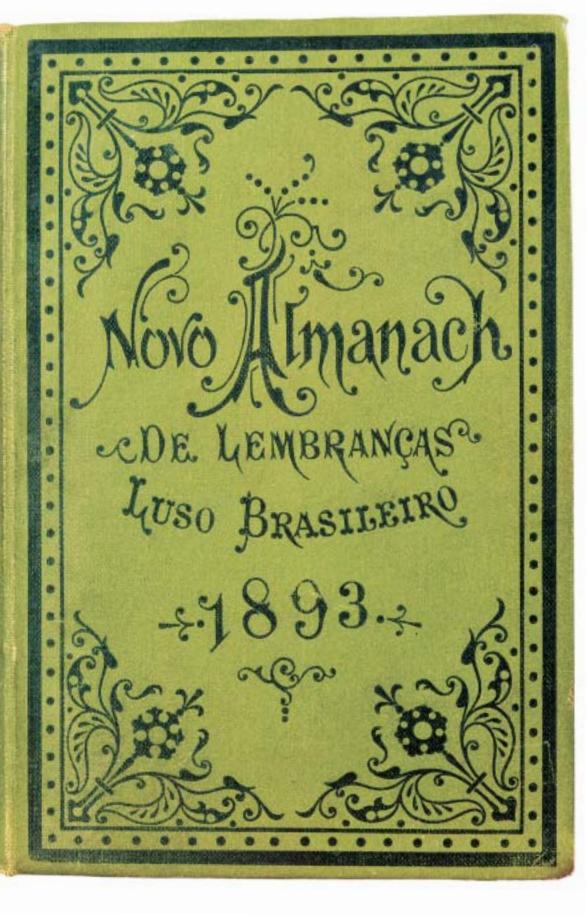
A essas definições, ele acrescenta que a leitura de seu pequeno livro seria um incentivo à curiosidade e que as pessoas instruídas se divertiriam com as lembranças, enquanto outras encontrariam nele muito o que aprender. O editor afiança a possibilidade da aquisição, sem esforço, de enorme gama de conhecimentos, os quais, em sua maior parte, dariam aos leitores dos artigos, quando em sociedade, um verniz de instrução. Ele escrevia "para a turba com brevidade e parcimônia, porque nem o espaço permite mais, nem suporta mais o estômago dos leitores de nosso tempo, fraco para as obras pesadas" [8].

Castilho acreditava que, nos quartéis, aos soldados instruídos pela escola elementar, o *Almanaque* forneceria "os elementos para substituir com vantagem as conversas ociosas, grosseiras e sem nexo" [9] Essa inquietação moralista é posta em evidência por todos os editores e era expressa por uma frase muitas vezes repetida: "O Almanaque entra sem quarentena em várias casas que possuem postos sanitários às suas portas contra a literatura proveniente de portos suspeitos" [10] Moralidade, conduta social, costumes se mesclam no interior de projeto cultural de forte cariz civilizador, que pressupunha a melhoria da educação das massas e seu acesso a um mínimo de gosto e polidez [11], cuja origem contou, certamente, com o concurso dos ideais iluministas [12].

A serviço da causa

Castilho, numa perspectiva pedagógica própria da elite do seu tempo, quer sensibilizar o governo português e o Conselho Superior de Instrução para a conveniência da difusão de uma literatura do gênero do *Almanaque de Lembranças*, particularmente para a infância, que "é o germe do homem, e para a classe ínfima, que é a infância do povo" [13]. Ele defendia, nas páginas do *Almanaque de Lembranças* para o ano de 1852, a utilização de uma linguagem clara e simples, e afirmava saber, por "experiência" própria (ele sublinha esse ponto), que era necessário "verter para os operários e os plebeus, espécie de homens silvestres de civilização, de párias da ciência e excomungados de felicidade, um pouquinho de instrução a qual os pobres não ousariam nem mesmo aspirar". Era necessário, entretanto, fugir das exposições de temas técnicos úteis para os homens da ciência, mas amedrontadores e áridos para o povo, e escrever, segundo suas palavras, "para os mais ignorantes". Para ele, como

Capa do *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro, 1893.* Acervo de Obras Raras da Biblioteca Universitária Federal de Minas Gerais. Foto Daniel Coury

Novo Almanach
De Lembranças
Luso Brasileiro
1893

para seu sobrinho, os ignorantes podiam ser tanto os povos coloniais e ex-coloniais quanto operários e homens da metrópole sem instrução formal.

A posição de Castilho, o sobrinho, sob esse ponto de vista, é um pouco mais emblemática, porque ele foi um homem habituado, em face dos negócios coloniais, a legitimar a autoridade da ciência e do ensino europeus e a naturalizar, em seus relatórios e descrições geográficos, a autoridade do colonizador. Quando recusa aos plebeus em geral, seja em Portugal ou além-mar, e aos povos colonizados os modos, a cultura e o ensino da civilidade ocidental, ele confere autoridade[14] a sua missão e experiência de colonizador em qualquer parte do grande Império português. Daí o fato de o *Almanaque de Lembranças* ter se atribuído uma missão civilizadora, pedagógica e reformadora, a qual se conciliou com pura recreação, utilidade e difusão de verdades da história, da ciência e da natureza humana, esta última expressa nas suas páginas através dos ditados morais.

Um ponto interessante a ser destacado relaciona-se aos colaboradores do *Almanaque*. Eles não são unicamente portugueses, mas como Castilho, o tio, explicita de maneira muito clara:

> ... são ocidentais. Alguns pertencem ao Grande Império que há até bem pouco tempo era Portugal, e que de Portugal deverão ser, em qualquer tempo, irmãos pela ascendência comum, pelas memórias gloriosas, pelas dinastias, pela língua, pela religião, pelas normas, costumes e interesses[15].

Isso significa que, quando não são portugueses, eles podem ser brasileiros, mas nunca africanos. É possível perceber nos diferentes números do *Almanaque* que, quando a origem dos artigos é assinalada como africana, o que era muito raro, o editor apressava-se em adicionar que o artigo fora "escrito por um português". Essa posição expressa por uma retórica radical de separação de culturas é uma operação típica do discurso colonial.

Quanto ao Brasil, o *Almanaque* se esforçou em difundir a idéia de Brasil e Portugal compartilhando uma cultura homogênea. Dessa forma, o encontro entre as duas culturas é pensado como parte de uma continuidade do passado e do presente. Essa elaboração não é incoerente com o discurso colonial quando o mesmo fala das lendas, da história, do mundo natural, das características típicas e exóticas das culturas coloniais, quando constrói uma imagem de um outro diferente e, dentro de uma hierarquia, culturalmente inferior. A idéia de uma ligação cultural, de uma continuidade temporal entre os dois países, elaborada no *Almanaque*, utiliza como representações temporais a estada da família real portuguesa no Brasil e a independência brasileira.

Natureza e cultura

Apesar de todas as referências sobre as maravilhas exóticas da natureza brasileira – a grandeza do território, os rios caudalosos, as cascatas magníficas, as florestas virgens, a vegetação esplêndida, os povos selvagens, o aspecto variado e soberbo do céu e do sol, as riquezas minerais, os diamantes, as esmeraldas, a variedade de raças – que, a cada ano, inundavam os variados artigos que ocupavam as páginas do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*[16], a imagem que permanece forte é aquela que sugere, com sutileza, o domínio da natureza pela cultura[17]; quer dizer, pela cultura e civilização portuguesas sobre a natureza selvagem do Brasil.

A entrada brasileira no domínio da cultura é assinalada pela vinda da família real, quando a Colônia se torna, circunstancialmente, centro/parte de um império transatlântico. Não é gratuita uma afirmação como esta nas páginas do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro:*

> O brasileiro no pequeno e antigo Portugal e o português no moderno e imenso Brasil respiram o ar da pátria e se sentem em família. Repartimos, sem ciúmes, nossa literatura, aplaudimos fraternalmente, de um hemisfério ao outro, o aparecimento e o brilho dos talentos mais relevantes[18].

Nessa perspectiva, a presença brasileira, cada vez maior, no *Almanaque* e a ausência permanente dos colaboradores africanos revelam um claro interesse de ligação com o Brasil. E apesar da participação mais expressiva dos colaboradores do Norte e do Nordeste do país – devido às ligações mais constantes e fáceis dessas regiões com a Europa e, em particular, pelo fato de o fluxo imigrantista, ocorrido no final do século XIX e oriundo de Portugal, ter como destino essas regiões do Brasil – a participação brasileira vem de todos os lugares, de todas as províncias e Estados. Ela é regular e intensa e os artigos e correspondências literárias de autores brasileiros confirmam esse fato[19]. Essa participação nos permite perceber o ponto de encontro da chave da representação retórica do discurso colonial/pós-colonial do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* e sua contrapartida no Brasil.

Para compreendê-la, é necessário lembrar que a emergência dos Castilho como editores do *Almanaque* encontra, no Brasil, uma conjuntura histórica que será muito favorável aos seus objetivos. Por um lado, apesar de somente 10% da população brasileira serem alfabetizados, os anos 50 do século XIX registram no Brasil melhoras visíveis nas condições sociais, técnicas e culturais, traduzidas por políticas de alfabetização, abertura de bibliotecas, inauguração de livrarias e tipografias que permitiriam uma maior difusão de livros, almanaques, panfletos; um incremento da profissionalização das atividades de impressores, editores e livreiros, bem como a formação de um público leitor. Por outro lado, não devemos esquecer que a independência brasileira, de certa forma, não significou uma ruptura com Portugal, uma vez que realizada nos domínios da dinastia portuguesa. À luz desse fato, o Império brasileiro privilegiou a difusão de um discurso histórico e político que enfatizava a idéia de uma continuidade Brasil-Portugal, através de uma vida histórica em comum e a posse de um mesmo passado.

O resultado das ligações simbólicas entre um Brasil português e um Brasil independente é a construção de uma identidade brasileira ligada ao passado colonial e, sobretudo, à glória da história das navegações. O domínio colonial, a exploração, a violência do escravismo, em virtude da expansão comercial, são completamente esquecidos, porque a história de Portugal, nesse discurso caracterizado por uma ênfase pós-colonial, fazia parte da história nacional brasileira e vice-versa. Os dois países são mostrados como tendo um só destino: um "destino atlântico".

Por outro lado, os homens do Estado imperial, as elites governantes se manifestavam convictos do pertencimento do Brasil à civilização européia, apesar de sua localização tropical. As elites brasileiras eruditas consideravam como sua a prerrogativa de civilizar o Brasil. Juntamente com a unificação política e a integração territorial, esse era um dos objetivos dos homens do Estado imperial, tendo em vista a construção do Estado nacional. Para figurar como um verdadeiro Estado num mundo civilizado, para se colocar simbolicamente de acordo com a tradição européia, era necessário nivelar culturalmente o país com Portugal e suas elites, assim como construir uma identidade nacional autenticada por uma origem histórica, que o *Almanaque de Lembranças* esperava manter viva na memória nacional. Esse era, aliás, o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Castilho, o sobrinho, era membro.

Livraria em miniatura

Mas sobre o que escreviam Castilho, Cordeiro e familiares e seus vários colaboradores, brasileiros ou portugueses morando no Brasil? Que temas aparecem nas páginas do

Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro? Quais são os pontos de contato entre os editores e seus colaboradores em Portugal e no Brasil? Nas palavras de Castilho, ainda em 1852, encontramos pistas que podem ser seguidas. Comecemos por escutar o editor:

> ... ao mesmo tempo que (sic) eu apresento aos meus leitores uma grande relação de objetos curiosos e de pura recreação, eu ensino àqueles que não sabem a composição do ar, eu lhes descrevo o barômetro, o termômetro, o higrômetro, o pluviômetro; aqui eu lhes dou noções genéricas sobre a Terra, a Lua, o Sol, as estrelas e todo este mundo invisível; aqui eu os faço perceber os eclipses, a velocidade da luz; aqui eu estou, esclarecendo estes grandes momentos que fazem a admiração dos séculos; aqui eu lhes dou o conhecimento da história de todos os países; aqui eu transmito, enfim, noções genéricas e superficiais nas quais eles podem se aprofundar se quiserem. [...] O *Almanaque* não é nada mais que uma livraria em miniatura, um fraco reflexo de uma biblioteca [20].

Nessa "livraria em miniatura", recuperando a imagem utilizada pelo editor, os temas preferenciais dizem respeito à ciência e aos paradigmas do progresso tecnológico; às tradições e comemorações católicas; às realizações monumentais da inteligência e criatividade humanas; à história dos povos e civilizações, dos grandes homens e de suas ações exemplares. Todos esses temas, combinados e apresentados de maneira variada, instrutiva, informativa e curiosa, tendem a um lugar comum: legitimar a autoridade do projeto civilizador europeu e construir a idéia de uma comunidade cultural luso-brasileira.

Assim, as páginas que falam da ciência, da física, das descobertas biológicas, químicas, das invenções tecnológicas falam de um novo Deus. Os artigos mais simples e informativos sobre esses temas vêm sob a chancela da autoridade do saber científico. O Palácio da Máquina da Exposição Internacional de Paris, em 1889, por exemplo, é apresentado como um templo do trabalho e das maravilhas da tecnologia. Essas máquinas, como aquelas que edificaram a Torre Eifell, são apresentadas como divindades de uma religião universal do trabalho, do progresso. A Torre Eiffel é vista como uma catedral dessa religião bendita.

A exposição de Paris é apresentada aos leitores como um tipo de homenagem ao talento e à inteligência da humanidade, um exemplo para o mundo que cultiva e que ambiciona a civilização e a modernidade [21].
E Portugal, no grande concerto das nações européias,

figura nas páginas do *Almanaque* através de seus colaboradores – portugueses de Portugal, brasileiros, e portugueses que moravam no Brasil – como um ponto luminoso na antiga Europa, capaz de iluminar o mundo sombrio, porque ele é o grande pai da civilização, seu precursor.

Mesmo cansado, porque gastou suas energias quando jovem descobrindo terras e navegando por mares desconhecidos, Portugal, tal como avaliado no *Almanaque*, possuiria reservas e bagagem científica e artística para as novas descobertas dos séculos XIX e XX. Por ter estado na liderança das nações do universo, ele pode reviver seu passado glorioso: a grandiosa epopéia da navegação e a construção de um império colonial. O *Almanaque* lembra, a todo momento, a dimensão do império português quando enfatiza os lugares aonde ele próprio chega: Portugal, as Ilhas, o Brasil, a África Oriental e Ocidental, as Índias portuguesas, Macau. Mas é o Brasil que é retomado como parte de sua glória e considerado como seu filho e legítimo herdeiro. Sua rica literatura, a mesma língua familiar, uma mesma história, a crença religiosa em comum, a nobreza com os mesmos brasões, e mesmo o fundo étnico são a herança para o Brasil.

Podemos, portanto, compreender que, na maior parte do tempo, as páginas de história, de biografia de homens políticos, de cronologia, de história de antigas cidades, de resenhas de livros de história e de literatura, que se referem ao Brasil ou a Portugal [22], escritas por colaboradores dos dois lados do oceano Atlântico, tenham por pressuposto, por um lado, a demonstração da contribuição portuguesa para o crescimento da Europa moderna e, por outro, a demonstração das afinidades entre os dois países. Ou seja, a força fundadora de identidade da cultura portuguesa no Brasil e suas origens em comum. A língua, a literatura, os livros, a leitura, a instrução surgem, então, como canais privilegiados para consolidar esse projeto de construção de uma comunidade cultural, nos parâmetros da civilidade européia.

O *Almanaque de Lembranças* se transforma, assim, em objeto e sujeito dessa empreitada política e cultural. Seus artigos dedicam-se a estabelecer as relações entre a leitura e a civilização, e a demonstrar como os livros e os jornais divulgam as grandes verdades da ciência moderna, como eles são elementos do progresso e também laboratórios da transformação do mundo social. O *Almanaque* sugere as leituras, informa aos leitores as novidades edito-

Detalhe da coleção do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro,* 82 volumes, 1851-1932.
Acervo de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. Foto Daniel Coury

riais com dupla nacionalidade, cultiva as marcas da língua erudita, com seus cuidados com a ortografia, com a etimologia, e com o estado do léxico em geral e, pouco a pouco, organiza uma biblioteca ideal composta pelos grandes escritores da língua portuguesa.

Herdeiro nacional

Apesar do fato de ter escolhido um público menos letrado como seu leitor privilegiado, a força da penetração de seu projeto e de suas idéias no Brasil, em seu meio intelectual, pode ser medida quando analisamos as preocupações manifestas através de um outro almanaque brasileiro do início deste século: o *Almanaque Brasileiro Garnier.* Dirigido por homens de letras a exemplo de Ramiz Galvão e do crítico literário e historiador João Ribeiro – embora este, bastante crítico em relação à herança portuguesa, e tendo se colocado no sentido oposto da construção de uma só comunidade cultural luso-brasileira – [23], admitia como fato a assimilação cultural do Brasil pelo continente europeu, em particular por Portugal.

Assinalando, apesar dos seus bons escritores, a posição de inferioridade em que estava situada a literatura brasileira em relação à portuguesa, o *Almanaque Brasileiro Garnier*, através dos intelectuais que escreveram em suas páginas, entre eles o crítico José Veríssimo, ressente-se de que o Brasil ainda era, no início do século XX, o mercado da inteligência lusa e o melhor mercado para a baixa produção literária européia, dada à hegemonia cultural portuguesa no Brasil. Para superar essa condição subalterna, o *Almanaque Brasileiro Garnier* demandava a popularização dos talentos literários brasileiros na antiga metrópole e, da parte dos novos intelectuais brasileiros, o estudo da ciência, da história e da alta literatura. E se, em 1887, o *Almanaque de Lembranças* queixava-se do desconhecimento da obra de Antônio Feliciano de Castilho pelos homens letrados do Brasil, em 1909 o *Almanaque Garnier* afirmava que Castilho, sozinho, tinha tido mais valor que toda a geração romântica brasileira.

Com base em constatações dessa natureza, podemos afirmar que o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* construiu um regime de verdade sobre sua antiga Colônia, que foi capaz de difundir valendo-se de certos estereótipos, aliás, a principal estratégia ideológica do discurso colonial e pós-colonial [24].

Quanto a esse ponto, vale lembrar que O *Almanaque* afirmava, desde seu primeiro número, em 1851, sua condição apolítica e se recusava a posicionar-se diante das causas da pátria e de tratar dos eventos da atualidade política. Seus escritos, porém, eram escritos politizados à sua maneira, uma vez que manipulavam um capital simbólico – a autoridade de antiga potência metropolitana – e exploravam o campo da história e das ligações em comum entre as duas nações, de maneira a sustentar uma estratégia de domínio cultural. No sentido político, parece-nos razoável afirmar que o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, na condição de veículo de comunicação, tenha disponibilizado para seus leitores luso-brasileiros uma espécie de zona de contato [25] cultural, que permitiu "invocar a presença no espaço e no tempo de um conjunto de pessoas anteriormente separadas por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam" nesse novo espaço simbólico denominado comunidade luso-brasileira. Essa zona de contato nasceu de um outro longo ciclo de navegação, através de livros e leituras, o qual experimentou reinventar o Brasil e atribuir um outro sentido à sua colonização.

Não por acaso, o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* acaba por desaparecer em 1932, quando, ao lado das novas iniciativas editoriais, da modernização do mercado de livros e dos esforços dos intelectuais na compreensão do Brasil, um novo gênero de reflexão sobre o ser nacional – agora a partir da valorização das características culturais internas ao país –, vindo do

modernismo e em oposição à influência européia, foi apropriado por uma política do Estado, a qual vai dominar os novos parâmetros do nacionalismo cultural.

Notas |

1. A rubrica dos anúncios, por exemplo, que algumas vezes vinha no início e outras vezes no final do *Almanaque*, foi criada em 1863, quando foram definidas as condições para sua publicação: o endereço, a data, o preço por linha de impressão (200 réis), responsabilidades de redação, etc. A título de ilustração, o número de 1864 contém 16 páginas de anúncios, e o de 1865 contém 31 páginas, nas quais predominam anúncios de livrarias, tipografias, livros, enciclopédias, gazetas literárias, coleções de livros, lojas de importação, produtos farmacêuticos, companhias de seguro, hotéis de estudantes.

2. Direção do *Almanach: Almanach de Lembranças – 1851-1861,* Alexandre Magno de Castilho; *Almanach de Lembranças Luso-Brésilien 1862-1871*, Alexandre Magno de Castilho (sobrinho); et Antônio Xavier Cordeiro – *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brésilien 1872*, Antônio Xavier Cordeiro; 1896-1897, Antônio Xavier Cordeiro et Antônio Xavier de Souza Cordeiro (sobrinho); 1898-1904, Antônio Xavier de Souza Cordeiro; 1905-1917, Adriano Xavier Cordeiro (filho); 1918-1931, O. Xavier Cordeiro, (irmão); 1932, Armando de Lima Pereira.

3. Veja *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Lisboa, v. 6. p. 209; e CASTILHO, Alexandre Magno de. In: *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.* Lisboa. p. 5-13.

4. Tal como muitos dos viajantes que integraram várias expedições científicas ao Novo Mundo alcançado pelo reino português. Sobre os relatórios de viagem, as narrativas naturalistas e sua utilização pelo poder central metropolitano ver PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação.* Bauru: SP-Edusc, 1999, o qual muito me inspirou na elaboração deste texto.

5. QUEIROS, Eça. *Os Almanaques. Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1905.* Lisboa, 1904. p. 356-357. Ver também o prólogo de Castilho In: *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para 1855,* Lisboa, 1854. p.17-20

6. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1852*, Paris, 1851. p. 16.

7. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1851.* 2. ed. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1850. p.17-20.

8. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1855.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854. p. 23-31.

9. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1855.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854. p. 23-31.

10. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1905.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1904.

11. Bem na linha do que Norbert Elias chamou de "civilização". Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro, v. 1 e v. 2, 1900-1993.

12. Sobre a presença da idéia de civilidade no Iluminismo e o lugar dos livros da leitura e da cultura midiática na sua difusão, ver: DARNTON, Robert. *A Unidade da Europa, cultura e civilidade.* In: *Os Dentes falsos de George Washington. Um guia não-convencional para o século XVIII.* São Paulo; Companhia das Letras. 2005. p. 91-104. Também: MOLLIER, Jean-Yves. *La Lecture e sés publiques à l´epoque contemporaine.* Paris. PUF, 2001.

13. DARNTON, Robert. *A Unidade da Europa, cultura e civilidade.* In: *Os Dentes falsos de George Washington. Um guia não-convencional para o século XVIII.* São Paulo; Companhia das Letras. 2005. p. 91-104. Também: MOLLIER, Jean-Yves. La Lecture e sés publiques à l´epoque contemporaine. Paris. PUF, 2001.

14. Como nos lembra Homi Bhabha em seus trabalhos sobre o discurso do colonialismo. Ver BHABHA, Homi. *O Local da cultura.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 105-128.

15. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1855.* Prólogo. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854. p. 23-51.

16. Ver *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1852*/ 1891/ 1892/ 1905/ 1919.

17. Sobre essa idéia e sua presença remarcável na obra de Humboldt, ver PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação.* Bauru: SP-Edusc, 1999, capítulo 6, p. 195-247.

18. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1855.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854. p. 23-31.

19. Mesmo se considerarmos que os artigos foram selecionados e, às vezes, censurados pelos editores. Sobre a censura aos artigos dos colaboradores ver, a título de exemplo, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1890*, p. 58; *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1918, p.* 19-51; *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1919, p. 32.*

20. CASTILHO, Alexandre Magno de. *Prólogo*. In: *Almanach de Lembranças para 1852.* Paris, 1851. p.16.

21. Ver GONÇALVES, Albano. *O Palácio das máquinas na Exposição de Paris. Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1892.* Lisboa, 1891. p. 251-252.

22. Ver, dentre outros números, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para os anos 1851/ 1852/ 1892/ 1905/ 1910/ 1918/ 1919.*

23. Sobre esse assunto, ver DUTRA, Eliana de Freitas. *Almanaque Brasileiro Garnier* – 1903-1914. *Ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler.* In ABREU, Márcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura.* Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 477-504. *Também Rebeldes literários da República. História e identidade nacional. Almanaque Brasileiro Garnier – 1903-1914.* Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2005.

24. Ver BHABHA, Homi. *O Local da cultura.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 105-128.

25. O conceito de "zona de contato" foi utilizado aqui, ainda que um pouco livremente, com base no trabalho de PRATT, Mary Louise, *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação.* Bauru: SP-Edusc, 1999.

A historiadora **Eliana de Freitas Dutra** é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autora, entre outros, do livro *Rebeldes literários da República – história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914), pela Editora UFMG.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Arquivística

Eduardo Valle
Arnaldo Araújo

Digitalização de acervos, desafio para o futuro

As inúmeras possibilidades que a digitalização oferece à preservação de acervos supõem a necessidade de estratégias a longo prazo para sua utilização, sob pena de se colocarem artefatos de valor permanente à mercê da fragilidade da tecnologia digital.

> Se o computador é uma invenção recente, sua vulgarização se deu com tal ímpeto que se vem assistindo ao crescimento exponencial de praticamente todos os indicadores a ele relacionados. A maior parte dos trabalhos de impressão e escrita de textos é feita em computadores, a gravação profissional de som é quase toda digital, câmeras fotográficas digitais estão substituindo as baseadas em filmes e mesmo a gravação de vídeo caminha inexoravelmente no mesmo sentido. O fato de a tecnologia digital ser ao mesmo tempo tão recente, tão ubíqua e de evolução tão veloz provoca severas conseqüências para a preservação dos documentos criados sob sua égide. [TFADI, 96].

Os dados digitais são afetados pela fragilidade de seus suportes – fitas e discos ópticos e magnéticos –, questão que não abordaremos aqui, para limitar nosso escopo. De qualquer forma, muito mais severos são os problemas provocados pela obsolescência da tecnologia. A política da indústria de informática (incluindo a nefasta *obsolescência programada*, ou seja, o abandono calculado das tecnologias por razões mercadológicas), bem como certos comportamentos dos usuários (como compressão e criptografia) também não facilitam a tarefa de preservação.

Besser [BESSER 00] estabelece a natureza da informação digital quanto à questão da longevidade, identificando desafios técnicos, informacionais e políticos:

visualização - a informação digital requer manutenção de uma infra-estrutura e de uma base de conhecimento para ser visualizada. Não basta preservar os dados digitais sem o *software* necessário para visualizá-lo, e o *hardware* necessário para executar o *software*. No mínimo, é preciso reter o conhecimento acerca da codificação dos arquivos para que se possa interpretar seu conteúdo;

embaralhamento - práticas comuns para resolver problemas de curto prazo acabam resultando em problemas de preservação. Dois exemplos são a compressão de dados e a criptografia. A compressão de dados adiciona uma camada de complexidade à interpretação, impedindo que os dados sejam interpretados, a não ser que o método de descompressão seja conhecido ou o *software* de descompressão esteja disponível. A criptografia apresenta ainda mais problemas, pois mesmo que os métodos sejam conhecidos pode ser impossível resgatar as mensagens sem as chaves, e é fácil que estas sejam acidentalmente perdidas no decorrer da vida dos dados;

inter-relação - no mundo digital, as informações estão cada vez mais inter-relacionadas através de recursos como a incorporação e hiperligação. Páginas da *web*, por exemplo, mesmo que sejam exibidas de forma unificada, são compostas por diversos arquivos que, às vezes, residem em computadores muito distantes entre si. Está se tornando progressivamente mais difícil determinar os limites dos itens de informação e identificar seus contextos;

tradução - quando o conteúdo é traduzido para novos formatos, freqüentemente a mudança de forma provoca uma certa alteração no conteúdo. Sucessivas migrações de formato em arquivos digitais provocam constantes oportunidades para erros e imprecisões de tradução. Esforços de emulação nem sempre conseguem capturar todos os aspectos do ambiente simulado. Além disso, para que a operação de salvaguardar um arquivo seja fiel, é preciso não apenas armazenar seu conteúdo, mas permitir que o comportamento do usuário ou consulente e sua forma de interação com o documento sejam preservados;

custódia - embora as organizações tradicionalmente tenham desenvolvido a preocupação de preservar e manter vários tipos de material analógico, esse cuidado não se estendeu ainda aos dados digitais. Por isso, a maior parte do material produzido digitalmente não é atribuída a responsáveis por sua custódia e provavelmente não estará disponível para as futuras gerações.

Diversos incidentes já atingiram o *status* de contos admonitórios, como os que envolveram os dados do censo norte-americano de 1960 ou o mapeamento de uso das terras do Estado no Arquivo do Estado de Nova York, gerado no final da década de 1960. O alerta para a ameaça à memória contemporânea estimulou a formação de consórcios como a força-tarefa da *Comission on Preservation and Access e o Research Libraries Group*, que identificou que a preservação dos dados digitais está sujeita aos seguintes fatores [TFADI, 96]:

conteúdo - a preservação do conteúdo digital é complexa e aparece em diferentes níveis de abstração. É necessário, mas não suficiente, preservar a seqüência de números zero e um que compõe a informação em seu nível elementar. É preciso também preservar os mecanismos que tornam essa seqüência inteligível aos seres humanos;

imutabilidade - é preciso preservar com segurança a autenticidade dos documentos, ou seja, garantir que não haja possibilidade de adulteração ou supressão dos dados. Em caso contrário, o valor comprobatório do registro digital fica nulo e mesmo seu valor cultural é grandemente diminuído;

referência - é preciso criar mecanismos consistentes de referência aos dados, de forma que eles possam ser associados a identificadores únicos, como números de chamada, códigos de notação etc;

proveniência - toda a arquivística moderna é centrada no princípio da proveniência. Esse princípio estabelece que parte da integridade de um documento reside em conhecer sua origem. Para preservar a integridade da informação digital, deve ser possível registrar a sua origem e a sua cadeia de custódia;

contexto - para que a informação permaneça íntegra é preciso preservar o seu contexto. No caso da informação digital, há um contexto técnico — *hardware, software*, a tecnologia de que eles dependem; mas também um contexto de interdependência informacional, pois no mundo digital, freqüentemente, os itens documentais fazem referências uns aos outros. Há ainda que se considerar o contexto comportamental, isto é, a forma como o usuário se relaciona com os dados, que é dependente da tecnologia disponível no momento em que eles foram criados.

Os documentos digitais não sobrevivem sem uma estratégia constante de proteção aos seus mecanismos de armazenamento e visualização, uma vez que estes estão sujeitos a se tornarem indisponíveis devido à rápida obsolescência. Vários métodos têm sido estudados para permitir essa proteção: o "refrescamento" dos suportes *envelhecidos*; a migração dos dados para novos formatos e/ou plataformas, a "emulação" de sistemas ou plataformas obsoletos; a padronização dos formatos dos arquivos e até mesmo o "encapsulamento" dos dados junto aos programas de visualização. O mérito relativo dessas técnicas é alvo de muita controvérsia, embora, provavelmente, um plano de preservação eficaz deva combinar diversas delas. [VALLE, 03] [AMORIM, 05]

Digitalização como técnica de reformatação

Dada a dificuldade de se obter longevidade digital, parece contraproducente utilizar a técnica de digitalização para reformar dados com objetivo de preservação [WEBER, 97]. Entretanto, certos benefícios tornam os sistemas digitais tão atraentes que, às vezes, compensa sua utilização como meios ou, ao menos, como coadjuvantes na preservação de acervos.

O primeiro desses benefícios, e talvez o mais importante, é a perfeita replicabilidade dos dados digitais: uma cópia de um artefato digital é um clone indistinguível do seu original, ao contrário do que acontece com os dados analógicos em que as cópias são sempre imperfeitas, sujeitas a ruídos e atenuações.

O segundo fator é a facilidade de manipulação e análise dos dados digitais por causa de sua natureza numérica. Imagens digitais permitem uma vasta gama de operações de realce, restauração, filtragens, ampliações e correções que só estão disponíveis para fotografias analógicas através de morosas e delicadas intervenções de laboratório.

Não se pode negar que, no mínimo, a tecnologia digital pode propiciar um excelente acesso ao conteúdo intelectual dos artefatos digitalizados, resguardando os originais da manipulação desnecessária, e retardando sua deterioração. Para impedir a degradação provocada pelo acesso direto e constante, itens valiosos são guardados em arquivos seguros, disponíveis para poucos pesquisadores. Isso é frustrante, pois, quando os documentos estão fora do alcance do público, a tarefa de manter a memória viva não está sendo cumprida adequadamente. A tecnologia digital surge como uma possibilidade de romper o compromisso entre preservação e acesso: de opostas, essas dimensões se tornam cooperantes.

Em muitos casos, porém, a tecnologia digital passa de coadjuvante a protagonista da preservação de acervos. Os resultados obtidos na análise científica dos dados digitais podem ser usados no processo de conservação e restauração dos artefatos originais [LAHANIER, 02]. Em alguns casos, a natureza dos artefatos a serem preservados é tão complexa que a tecnologia digital pode oferecer uma forma mais conveniente de representar seu conteúdo intelectual — como na preservação de sítios arqueológicos.

A perfeita replicabilidade também é um fator de interesse nos casos em que a reprodução analógica introduz perdas inaceitáveis de uma geração a outra: é o caso da fotografia colorida e dos filmes. Esforços de reformatação para o meio digital, além de todas as preocupações relativas à longevidade, acrescem-se à necessidade de capturar o mais fielmente possível os artefatos.

Natureza da imagem digital

A forma mais convencional de representar e armazenar imagens em sistemas digitais é através das chamadas "imagens de varredura" *(raster images)*. Essas imagens são formadas por uma grade bidimensional de amostras de valores de tonalidade, para imagens coloridas, ou luminosidade, para imagens monocromáticas. Cada uma dessas amostras é chamada de *pixel* ou *pel*, uma abreviatura para "elemento da figura" *(PICTure Element).*

A correspondência entre as dimensões de cada amostra da imagem digital e as dimensões da imagem representada no mundo real fornece a "resolução" da imagem. A resolução pode ser expressa como a dimensão das amostras (e.g., *pixels* de 250µm), ou mais comumente pelo número de amostras por unidade linear, como 300 *pixels* por polegada ou 300dpi *(Dots Per Inch).* No universo das imagens analógicas, especialmente na fotografia à micrografia, a "resolução" é freqüentemente expressa em pares de "linha por milímetro". Como cada par de linhas eqüivale a dois *pixels,* e uma polegada tem 25,4mm, a conversão entre as duas unidades é simples (equação 1).

Para imagens monocromáticas, cada amostra representa um valor numérico de luminosidade, em uma escala que vai desde o preto até o branco, passando pelos cinzas intermediários. A capacidade de representação tonal da imagem é determinada pelo número de *bits* das amostras, às vezes chamado de "profundidade de"" *bits (bit depth).* No caso limítrofe, em que cada amostra é composta por apenas um *bit*, só é possível representar duas luminosidades: a presença e a ausência da luz, formando as "imagens bitonais". À medida que se aumenta o número de *bits* por amostra, cresce a capacidade de representar luminosidades intermediárias. Valores típicos são 4, 8, 10, 12 e 16 *bits* por amostra, que permitem representar, respectivamente 16, 256, 1024, 4096 e 65.536 níveis diferentes.

Para imagens coloridas, cada amostra deve conter não apenas a representação da luminosidade, mas também da tonalidade. A informação de cor está ligada ao espectro da luz, isto é, à distribuição dos diferentes comprimentos de onda presentes no raio luminoso. Se fosse necessário que cada amostra descrevesse exatamente o espectro da luz coletado por ela, a representação de cor se tornaria inexeqüível nos sistemas digitais, mas, felizmente, o sistema visual humano simplifica bastante a percepção da cor, dividindo-a em três faixas de comprimento de onda: mais curtas, correspondendo ao azul; mais longas, correspondendo ao vermelho, e intermediárias, correspondendo ao verde.

Assim, para efeitos de percepção humana, a complexa informação espectral só precisa ser descrita através de três valores referentes às cores primárias: verde, vermelho e azul. Isso faz com que uma imagem colorida seja equivalente, grosso modo, a três imagens monocromáticas superpostas (Figura 2). De fato, para uma dada profundidade de *bit*, uma imagem colorida será três vezes maior que a equivalente monocromática.

Uso das imagens

A primeira consideração a fazer na determinação dos parâmetros de qualidade das imagens digitais é o seu propósito. Essa questão afeta todas as decisões subseqüentes, desde a resolução até o formato de armazenamento. Em ordem crescente de necessidade de fidelidade ao original, as imagens digitais podem ter o propósito de:

índice - imagens de pequeno tamanho e baixa qualidade, utilizadas como miniaturas em resultados de pesquisa ou em listagens impressas. Seu propósito é apenas a rápida identificação do conteúdo geral do documento para busca e identificação;

acesso - imagens de média qualidade que permitam uma visualização razoavelmente detalhada do conteúdo do documento. Seu propósito é reduzir o acesso ao documento original, mas não substituí-lo. As imagens de acesso podem ser pré-tratadas para permitir melhor visualização do documento, pelo aumento de contraste, remoção de ruído etc;

reprodução - imagens de alta qualidade que permitam a duplicação do documento em impressora ou outro equipamento de imagem. Seu propósito é capturar a aparência do documento original em grau suficiente para permitir uma reprodução satisfatória, tão próxima do original quanto possível;

preservação - imagens da mais alta qualidade possível que procuram capturar todos os detalhes de interesse do documento, não apenas para as aplicações atuais, mas para possíveis aplicações futuras. As imagens de preservação não devem sofrer tratamentos de melhoria de contraste, retoques, alisamentos, aplicações de marca d'água, acréscimos de texto, nem outros tipos de alterações comuns nas imagens de acesso. Ela deve ser o testemunho mais fiel possível do documento em seu estado original.

Uma segunda dimensão é o tipo de análise que se espera fazer com a imagem. Se a imagem se destina apenas a olhos humanos, os padrões de qualidade podem ser mais relaxados: menor resolução, compressão mais agressiva. Entretanto, para análises quantitativas, restauração assistida por computador, reconhecimento de caracteres e visão computacional, os requisitos de qualidade são mais estritos.

É recomendável ser o mais conservador possível no sentido da alta qualidade, considerando não apenas os usos presentes, mas os possíveis usos futuros das imagens. O custo mais expressivo do processo de reformatação consiste na tarefa de separar e preparar os materiais para serem reformatados e posteriormente devolvê-los aos seus depósitos permanentes. De fato, acessar cada página ou

item a ser convertido representa o maior percentual do dispêndio. Uma certa extrapolação da qualidade de escaneamento evita incorrer no ônus inaceitável de passar por sucessivos processos de digitalização, à medida que surgem novas aplicações e necessidades.

Quando for necessário, por razões de acesso, disponibilizar arquivos de menor tamanho, é possível gerá-los automaticamente a partir dos registros de alta qualidade, por meio de programas que reduzem a resolução e comprimem as imagens. O contrário, entretanto, não é possível — nenhum procedimento é capaz de aumentar a resolução real de uma imagem e a compressão é freqüentemente irreversível.

Dessa forma, um esquema comumente adotado é o escaneamento na mais alta qualidade possível, visando à geração de um máster ou matriz digital de preservação. Desses arquivos, grandes demais para serem acessados diretamente pelo usuário ou mesmo para residirem no sistema da informação *on-line*, são derivadas, automaticamente, as cópias para as finalidades de índice, acesso e reprodução. As matrizes são, então, transferidas para mídias terciárias (fitas magnéticas ou discos ópticos), onde ficam armazenadas até que seja necessário utilizá-las novamente — por exemplo, para criar uma nova geração, melhorada, de imagens de acesso.

Decidindo a resolução

Freqüentemente, a primeira decisão a tomar é a resolução de captura do material. Quanto maior a resolução, maior a qualidade da imagem digital, que eqüivale ao maior tamanho dos arquivos. De fato, devido à natureza bidimensional das imagens, quando a resolução dobra, o tamanho do arquivo resultante quadruplica. Assim, procura-se utilizar a menor resolução que atenda com segurança aos propósitos da imagem digital.

Para documentos iconográficos (fotografias, mapas etc.), em que o valor visual do documento é essencial, torna-se desejável que as matrizes digitais capturem o máximo de informação; se possível, todos os detalhes do original. Para isso, é preciso utilizar uma resolução de escaneamento igual ou superior à do documento original.

A resolução de um negativo ou *slide* fotográfico é determinada por fatores complexos, que incluem o tipo do filme, as qualidades ópticas e mecânicas da câmera e os cuidados e decisões no processamento do filme. Os melhores filmes fotográficos coloridos atualmente disponíveis atingem uma resolução de 100 lp/mm. Filmes em preto-e-branco podem atingir enormes valores de resolução (até 600 lp/mm em condições especiais). Entretanto, considerando o conjunto do sistema de captura fotográfica, com seus múltiplos componentes ópticos e mecânicos, esses níveis de qualidade podem ser considerados utopias teóricas. Valores mais típicos situam-se em torno de 20 a 80lp/mm (1000 a 4000*dpi*) [DIGITAL, 02] [PUTS, 01]. Na prática, isso implica em tamanhos de arquivos bastante elevados, embora os *scanners* de filmes atualmente disponíveis já ofereçam resoluções dessa ordem.

Quando a digitalização é feita através da cópia fotográfica em papel, deve-se considerar que resoluções menores são necessárias. De fato, a resolução de uma cópia fotográfica será sempre inversamente proporcional à sua ampliação e, às vezes, menor ainda devido às limitação da óptica do ampliador. Considere uma fotografia no formato mais popular atualmente, 10-15cm, gerada a partir de um negativo de 35mm (24-36mm), cuja resolução seja de 50lp/mm. A resolução da cópia, considerando um ampliador perfeito, será dada pela equação 2.

Tomemos uma fotografia de 10-15cm, ampliada de um negativo colorido de 35mm, com sensibilidade ISO400. A resolução adequada para digitalizar esse filme, que tem resolução entre 20 e 40lp/mm, extraindo toda a informação útil, estaria entre 1000 e 2000dpi.

Com a digitalização feita a partir da ampliação, a resolução adequada ficaria em torno de 240 e 480dpi. No experimento que fizemos, o escaneamento a 600dpi já revelou o grão do filme e em 1.200dpi a granularidade foi bastante acentuada.

Imagens produzidas em matrizes tipográficas ou *offset*, como pôsters, gravuras de livro ou de revistas, utilizam "meios-tons" na reprodução da gama tonal. A imagem não é formada por tons contínuos, como numa fotografia, mas decomposta em minúsculos pontos de cor pura, cujas dimensões ou densidade irão promover a sensação de cores intermediárias, quando o documento é visto à distância de leitura. A resolução da imagem equivale à da retícula utilizada para gerar o padrão de meios-tons, que é medida em linhas por polegada ou *lpi (Lines Per Inch)*. Jornais utilizam retículas de cerca de 85lpi, um valor tão baixo, que os pequenos pontos da imagem são visíveis até mesmo a olho nu. Imagens utilizadas em publicações de alta qualidade podem atingir até 200*lpi*.

A regra simples para fazer o escaneamento de imagens impressas em meios-tons é usar o dobro da resolução da retícula. Assim, por exemplo, para um original gerado em retícula de 80*lpi*, deve-se usar um escaneamento de 160*dpi*.

Tomemos uma impressão em *offset*, colorida, gerada em tela de fotocomposição de 150lpi. A resolução adequada para digitalizar esse original seria de 300dpi. No experimento que realizamos, verificou-se uma melhoria de nitidez da imagem no aumento de 150dpi para 300dpi, mas aumentos de resolução subseqüentes simplesmente ampliam a granulação da imagem.

Na digitalização de imagens de *offset*, um problema que, às vezes, surge é a formação de padrões de interferência entre o padrão da retícula de meios-tons e a grade de amostragem de digitalização. Esse efeito é chamado *moiré* e produz uma texturização bastante desagradável na imagem resultante. O problema pode ser amenizado no pós-processamento da imagem, mas não removido completamente. Às vezes, uma ligeira rotação do original ou alteração na resolução de escaneamento resolve o problema [WIKIPEDIA, 05], mas a única forma garantida de eliminá-lo é fazer o escaneamento em uma resolução pelo menos duas vezes superior à da retícula.

As imagens de acesso e reprodução, quer sejam diretamente digitalizadas, quer sejam produzidas pela compressão das matrizes digitais, têm requisitos de resolução menos estritos do que essas últimas. Ao se determinar a resolução utilizada nessas imagens, considera-se mais a capacidade do sistema visual humano do que a natureza dos artefatos. A resolução da visão humana é medida em unidades angulares e não em unidades lineares, revelando o fato óbvio de que a capacidade de distinguir um par de linhas depende da distância desse par de linhas. A resolução de visão não excede um minuto de grau, o que equivale, para um objeto a 25cm (a distância normal de leitura de um material impresso), a cerca de 8lp/mm ou 400*dpi*.

Contudo, se o usuário deseja ter a possibilidade de ampliar a imagem sem perdas de resolução (como se ele estivesse utilizando uma lupa para observar o documento original), a digitalização deve levar isso em consideração. A fórmula da resolução de aquisição é dada pela equação 3. Portanto, supondo um original de 10-15cm, que se deseja permitir ao usuário imprimir nas dimensões de 15-22cm em uma impressora de 300dpi, deve-se escaneá-lo a 450dpi.

Ao determinar a resolução de imagens de acesso e reprodução, devem-se considerar os seguintes fatores:

❏ se o objetivo for a visualização da imagem em um monitor de vídeo, a resolução desses dispositivos não ultrapassa 150*dpi* (valores mais típicos estando em torno de 90*dpi*). Assim, uma imagem de 450*dpi* ultrapassa em três vezes a resolução necessária (desconsiderando a ampliação);

- se não se estiver salvando as matrizes de digitalização, deve-se extrapolar, dentro das possibilidades do projeto, a qualidade das imagens de acesso e reprodução. Isso irá garantir que elas não se tornem o fator limitante de qualidade, à medida que a tecnologia de monitores e impressoras avança;

- não faz sentido utilizar uma resolução de escaneamento superior à de preservação, mesmo que se deseje possibilitar grandes ampliações. O resultado final sempre será limitado pela resolução do original. As chamadas *resoluções* "interpoladas", ou seja, um aumento "simulado" da resolução do original podem ser utilizadas (embora a resolução real nunca aumente). Contudo, é melhor armazenar o arquivo na resolução do original e interpolar no momento do uso para evitar desperdício de espaço de estocagem.

Para documentos de natureza textual, a perfeita reprodução da aparência visual não é tão importante quanto a legibilidade. Kenney e Chapmam adaptam um método para medição da qualidade em microfilmes — o Índice de Qualidade (IQ) — para a digitalização de textos. Segundo eles:

> As normas técnicas mais exigentes foram desenvolvidas para a indústria de micrográficos e se baseiam no método do Índice de Qualidade. De fato, os procedimentos de controle de qualidade para inspeção de microfilme e o método do IQ para descrever a legibilidade de texto são bem adequados — com certas modificações — para predizer e avaliar o desempenho de sistemas digitais de reprodução de imagens. [...] Contanto que uma câmera ou um *scanner* estejam operando em seus níveis ótimos, o IQ pode ser utilizado para predizer os níveis de qualidade marginal (3,6), médio (5,0) ou alto (8,0) — que serão consistentemente alcançados na cópia de uso." [KENNEY, 97]

O método do Índice de Qualidade é muito simples e relaciona a altura do menor caractere de interesse no texto (normalmente a altura da letra "e" minúscula) e a resolução do documento. Ele pressupõe que, se o menor caractere do texto for representado por número razoável de pontos, o texto como um todo será legível. No IQ tradicional, para sistemas micrográficos, a altura é medida em milímetros e a resolução, em pares de linha por milímetro. Para se adaptar o sistema à tecnologia digital é preciso converter a fórmula para a resolução em pontos por polegada. A Equação 4 mostra as fórmulas.

Sumarizamos, na Tabela 1, algumas resoluções necessárias para atingir o IQ desejado em documentos com tipos de diferentes tamanhos.

A resolução utilizada no cálculo do IQ não é simplesmente a resolução nominal de escaneamento das imagens, e sim a resolução efetivamente obtida, ou a "resolução de saída". Esta resolução normalmente é menor que a resolução nominal por causa dos chamados "erros de registro", que fazem com que os pontos da imagem nem sempre correspondam exatamente às amostras coletadas pelo elemento do *scanner*. Problemas de foco, trepidação mecânica e outros também podem resultar numa resolução de saída inferior à nominal. A resolução de saída pode ser medida através do uso de um cartão de resolução, o que garante a fidelidade dos resultados.

Na falta desse cartão, Kenney e Chapmam recomendam, em escaneamentos multitonais, considerar a resolução de saída igual à resolução nominal e, em escaneamentos bitonais, considerar a resolução de saída como dois terços da resolução nominal [KENNEY, 97]. Nossos experimentos indicaram, entretanto, que esses números nada têm de absolutos, sendo sempre melhor usar o cartão de resolução. O comportamento da resolução de saída depende muito do equipamento utilizado para a aquisição, uma razão adicional para se usar o cartão em vez dos fatores de ajuste. [VALLE, 03]

Tonalidades

A importância relativa da cor e da reprodução tonal varia de acordo com a natureza dos documentos. Na maioria dos acervos textuais, cor e tonalidade são consideradas irrelevantes. Isso é particularmente verdadeiro na digitalização de microformas (microfilmes, microfichas), em que a informação de cor foi perdida e mesmo a tonalidade foi drasticamente reduzida. Em acervos iconográficos, entretanto, a boa preservação de cores e cinzas é crítica.

Uma imagem bitonal é oito vezes menor que uma em escala de 256 cinzas (o suficiente para capturar toda a gama perceptível pelo olho humano). Por causa disso e do alto contraste dos documentos textuais – tinta escura sob fundo claro – muito freqüentemente se advoga o uso da imagem bitonal na digitalização de textos. Entretanto, a imagem multitonal preserva melhor a informação do documento e, em muitos casos, torna-o mais legível.

Textos com variações de contraste, borrados ou esmaecidos são mais bem capturados em imagens com tons de cinza. Mesmo documentos relativamente bem preservados, se impressos sobre marcas d'água ou com fundos coloridos, repetidamente têm sua digitalização mais bem sucedida em modo multitonal. Uma vantagem adicional para o usuário é a possibilidade de ajustar, interativamente e a seu gosto, brilho e contraste. Um fator adicional, o alisamento dos caracteres, também aumenta o conforto de leitura do usuário, especialmente no caso de tipografias delicadas.

Nosso parecer recomenda o uso de imagens bitonais apenas para documentos especialmente regulares: tipografados ou impressos, com boa legibilidade, sem grande degradação e em que o contraste entre o texto e o fundo seja elevado e constante. Nos outros casos, especialmente em textos datilografados, manuscritos, com diferentes níveis de contraste ou que apresentem deterioração, recomendamos fortemente a digitalização multitonal. Um estudo detalhado sobre a digitalização bitonal de textos *versus* multitonal encontra-se em [VALLE, 03].

Quando, por razões de tamanho de arquivo, for considerado essencial utilizar imagens bitonais, um procedimento que resulta em melhores resultados é fazer o escaneamento em tons de cinza e depois converter a imagem utilizando um algoritmo selecionado, ao invés de confiar na bitonalização feita pelo próprio *scanner* que é mais grosseira. A imagem bitonal gerada por esse processo pode ser colocada em uso normalmente, e a imagem em tons de cinza usada como intermediária pode ser descartada ou armazenada como matriz digital.

O método mais simples utilizado para bitonalização é a "aplicação de limiar", e consiste em escolher uma tonalidade de cinza como limite entre os tons mais claros, que serão convertidos para branco, e os tons mais escuros, que serão convertidos em preto. A maioria dos *scanners*, ao fazer a digitalização em modo bitonal, o faz pela aplicação de limiar.

Para algumas imagens, entretanto, pode ser vantajoso utilizar os chamados métodos de meios-tons ou "pontilhamento" *(dithering).* Esses métodos distribuem uma combinação de pontos pretos e brancos na imagem, procurando simular o efeito de escala de cinza original. As imagens em meios-tons podem, inclusive, ser visualizadas em tons de cinza quando o usuário as estiver utilizando abaixo de sua resolução original, proporcionando excelente legibilidade. Elas não devem, porém, ser usadas em aplicações de reconhecimento de texto.

Se a decisão for pela digitalização multitonal, resta definir a profundidade de *bit*. Para aplicações convencionais, 8 *bits* costumam ser suficientes — o olho humano não distingue intervalos em uma variação contínua de 256 cinzas. Valores mais elevados são utilizados em aplicações especiais de visão computacional e tratamento de imagens. Para essas aplicações, 12 *bits* apresentam uma

margem segura. Em alguns casos, como na digitalização de microfilmes de alto contraste, a gama tonal é muito limitada e 4 *bits* (16 tons de cinza) são suficientes.

Em busca da fidelidade

A preservação da informação de cor, quando é necessário alto grau de fidelidade, apresenta um desafio adicional para os atuais sistemas de imagem. Embora toda imagem colorida seja formada por uma composição de cores primárias, existe uma grande variação na escolha exata das primárias, bem como uma enorme disparidade na capacidade de os dispositivos representarem as milhões de cores perceptíveis ao olho humano.

A forma como os diferentes scanners fazem a leitura dos valores de verde, vermelho e azul não corresponde exatamente ao modo como os diferentes monitores definem e exibem essas cores. Pior do que isso, a maioria dos sistemas de impressão não se baseia nessas primárias aditivas, mas nas primárias subtrativas amarelo, magenta e ciano (freqüentemente acrescidas de uma quarta "primária", o preto, para melhoria de contraste). Existe uma consideração adicional que é o fato de que quase todos sistemas de imagem — monitores, impressoras, *scanners* e até mesmo o olho humano — não se comportam de maneira linear quanto à percepção ou produção das cores, mas de forma exponencial. Na prática, isso provoca as seguintes dificuldades:

- os números que representam as cores precisam ser traduzidos entre sistemas que usam cores primárias diferentes;

- o comportamento não-linear dos diversos sistemas varia em expoente, necessitando de ajustes para fazer a correspondência entre os valores de cor;

- as diferenças de capacidade entre os dispositivos fazem com que a representação de algumas cores seja impossível — gerando a necessidade de encontrar uma cor aproximada. Os critérios para essa aproximação podem variar bastante (preservar as relações tonais da imagem, modificar o menor número de cores possível, maximizar a saturação, um compromisso entre esses fatores etc).

Para endereçar essas questões, vários sistemas de fidelidade de cor foram propostos para fazer corresponder as cores em diferentes dispositivos e solucionar a questão das cores não-representáveis. O sistema proposto pelo *International Color Consortium* requer que os dispositivos indiquem seus perfis de comportamento quanto à cor em um formato padronizado, e especifica técnicas para traduzir as cores entre equipamentos diferentes [ICC, 05]. Outro sistema, endereçado especificamente para a Internet e para a visualização de imagens em monitores, envolveu a criação de um espaço de cores padronizado, mas bastante restrito, chamado *sRGB* ou *RGB* padrão *(standard RGB)*. [STOKES, 96].

Para trabalhos em que a representação da cor é realmente crítica, existem equipamentos e diagramas de calibração que permitem estabelecer relações de conversão entre os espaços de cor dos diferentes equipamentos utilizados no procedimento de digitalização. Usando adequadamente esses equipamentos, é possível, por exemplo, inspecionar no monitor o resultado do que foi escaneado e, em seguida, imprimir o documento com excelente previsão do resultado final. Infelizmente, os fenômenos de cor são complexos e a calibração feita para um certo iluminante (luz do dia) não funcionará necessariamente para outro (luz de lâmpada fluorescente). Além disso, é preciso recalibrar periodicamente os equipamentos, pois monitores, *scanners* e câmeras digitais apresentam desvios em seus espaços de cor ao longo de sua vida útil.

Formatos de arquivo: compressão

Uma vez adquirida a imagem digital, é preciso escolher o formato de arquivo usado para armazená-la. Para fins de

preservação, essa decisão é muito importante. Deve-se utilizar um formato amplamente compatível, bem documentado, de preferência definido por um consórcio aberto (em contraposição aos formatos proprietários de empresas), que preserve fielmente as informações coletadas na aquisição e ainda permita o acréscimo de alguns metadados à imagem digital — no mínimo os parâmetros utilizados na sua digitalização, e uma identificação do documento original. Na prática, entretanto, nenhum formato atualmente disponível atende plenamente a esses objetivos.

O TIFF *(Tagged Image File Format)*, formato de arquivo etiquetado de imagem, aproxima-se dessa proposta ao permitir armazenar a imagem digital preservando toda a integridade dos dados. A documentação do formato é propriedade da *Adobe Systems*, mas o formato em si é amplamente documentado e a *Adobe* divulga livremente a especificação técnica [ADOBE, 92]. O formato conta também com uma vasta comunidade de usuários, que mantêm e trocam informações a seu respeito [RITTER, 97]. O TIFF possui o conceito de *etiquetas* - metadados que podem ser acrescentados ao cabeçalho do arquivo, com informações de identificação da imagem e detalhadas descrições de seu formato digital.

Contudo, por ser tão flexível, o TIFF tornou-se um formato complexo. Isso faz com que ele apresente problemas de compatibilidade, uma vez que nem todos os aplicativos dão suporte a todos os detalhes de sua especificação. É comum dois aplicativos não conseguirem compartilhar seus arquivos, mesmo quando ambos usam o TIFF. Tentativas de normalização, como o TIFF/IT, tiveram o efeito contrário de ampliar as variações encontráveis para o formato. O TIFF versão 6 permanece, porém, como um dos principais formatos de escolha para preservação digital. Sugere-se utilizar com parcimônia os recursos opcionais mais avançados do formato, de forma a se evitar problemas de compatibilidade.

Uma alternativa pode ser o formato PNG *(Portabel Network Graphics)* — gráficos portáveis de rede. O PNG foi criado como um sucessor do GIF, um formato limitado e que, por usar um método de compressão patenteado, começou a ter seu uso desencorajado na *Internet* [ROELOFS 05]. As especificações do PNG foram publicadas pelo W3C e admitem menos variações de implementação que o TIFF, tornando o formato menos sujeito a incompatibilidades [LILLEY, 03]. O PNG oferece a possibilidade de anotação de metadados textuais, bem como características interessantes como correção de gama embutida e suporte aos principais espaços de cor dependentes e independentes de dispositivo.

O PNG é um formato de compressão sem perdas. Isso significa que um algoritmo reversível é utilizado para reduzir o tamanho da imagem armazenada, preservando-a sem nenhuma alteração visível ou invisível. Entretanto, mesmo a compactação sem perdas pode afetar a longevidade digital, dificultando eventuais tarefas de resgate de arquivos obsoletos. Por outro lado, um arquivo PNG é típicamente menor que um TIFF — sem nenhuma perda de qualidade.

O formato JFIF – formato de arquivo para imagem JPEG *(Jpeg File Image Format)* – utiliza compressão com perdas para reduzir dramaticamente o tamanho das informações. Aproveitando-se de características do sistema visual humano, a compressão JPEG descarta parte da informação da imagem de forma a tornar o arquivo propício à compactação e em seguida aplica métodos que lhe permitem reduzir o tamanho do arquivo de 10 a 50 vezes e, em algumas ocasiões, ainda mais [JPEG, 04].

Embora o JFIF seja uma escolha pobre para as matrizes digitais, ele deve ser considerado para as imagens de acesso ou reprodução por causa da sua grande capacidade de compressão, mantendo a aparência da imagem. O grau de compressão determina a qualidade resultante do arquivo. Para reduções de até 10 vezes, as variações

costumam ser imperceptíveis. O fato, entretanto, de o JPEG ser um formato com perdas faz com que sua compressão não seja reversível: uma vez que um arquivo foi gravado em formato JPEG, a imagem original jamais pode ser reconstruída, exatamente, a partir dele. Além disso, a cada vez que o arquivo é salvo, novas perdas acontecem, fazendo com que o JPEG seja um formato inadequado para arquivos que precisem sofrer vários ciclos de retoque ou alteração. Um fator adicional a pesar na decisão é o fato de os defeitos de compressão serem invisíveis em condições normais de visualização, mas poderem se tornar muito evidentes se o usuário resolver ampliar ou mudar o contraste da imagem.

Estratégias de acesso

No universo das técnicas convencionais de conservação, a preservação e o acesso são dimensões que não só se distinguem, como freqüentemente se opõem. Muitas vezes, a única forma de garantir a preservação de um item é reduzir sua circulação.

Com a aplicação da tecnologia digital, esse cenário é radicalmente transformado, pois essas dimensões se tornam relacionadas e cooperantes. O desenvolvimento de uma estratégia de recuperação eficaz da informação é necessário para que a digitalização possa ser considerada uma atividade de preservação. "[…] gerar uma cópia de preservação de um livro deteriorado […] sem tornar possível sua localização […] é um desperdício de dinheiro. A preservação no universo digital descarta toda e qualquer noção dúbia que entenda preservação e acesso como atividades distintas." [CONWAY, 97] Isso se coaduna com a idéia de que a memória tem uma importância social que ultrapassa o simples arquivamento de artefatos.

É preciso impedir que os grandes volumes documentais se degenerem numa massa amorfa de informações mal classificadas e mal indexadas. Sem uma boa estrutura informacional, dificulta-se o acesso ao acervo, pois cada consulta resulta em uma grande quantidade de respostas espúrias mescladas à informação útil. Assim, a coleção deve ser protegida contra sua própria desmesura, o que é feito através de mecanismos de arranjo e indexação e da criação de instrumentos de pesquisa que garantam a possibilidade de recuperação da informação.

Em acervos textuais, a busca por texto livre, associada aos dicionários de sinônimos e ao tratamento semântico, está revolucionando a forma como os consulentes — e até mesmo arquivistas — percebem as coleções. Se antes uma indexação cuidadosa com vocabulários controlados e tesauros era uma condição *sine qua non*, hoje é possível um tratamento sumário acompanhado da busca direta pelo conteúdo do texto. Entretanto, para possibilitar a busca textual não basta obter a imagem do texto, é preciso fazer o reconhecimento de caracteres (cujas vantagens vão além da simples busca, pois o texto pode ser copiado, colado e manipulado com mais conforto).

Existem duas tecnologias de conversão de texto em imagens para texto codificado em caracteres. A primeira, chamada de OCR *(Optical Character Recognition)* – reconhecimento óptico de caracteres – é normalmente utilizada para texto tipografado ou impresso em alta qualidade, em que o tipo dos caracteres é bastante legível e regular. O *OCR* utiliza métodos mais expressos e convencionais de reconhecimento da forma das letras. Uma segunda técnica, chamada de *ICR (Intelligent Character Recognition)* – reconhecimento inteligente de caracteres – é baseada em inteligência artificial e métodos estatísticos e aplica-se a textos mais problemáticos, como impressos matriciais, tipografias antigas, dactilografia e até mesmo manuscritos.

Quando essas tecnologias são utilizadas para fins de apresentação do texto convertido, taxas de reconhecimento muito elevadas são requeridas, pois os erros serão visíveis e, se freqüentes, torna-se mais econômico redigitar o texto

do que reconhecê-lo e corrigi-lo. Felizmente, para simples operações de busca, é possível usar a técnica do OCR *sujo*: a busca por texto livre é feita a partir dos caracteres convertidos, com erros e tudo, usando um método de busca robusto contra imprecisões. Para a apresentação, porém, a imagem da página é utilizada.

Os acervos iconográficos também já se beneficiam da busca baseada no conteúdo. De fato, uma das aplicações mais interessantes da tecnologia digital decorre da possibilidade de se utilizarem métodos que interpretam diretamente as imagens, ao invés de confiarem apenas no texto a elas associados. Embora esses métodos ainda sejam incipientes, eles produzem bons resultados em algumas aplicações, e sistemas comerciais já estão disponíveis. Num futuro breve, o usuário poderá utilizar essas técnicas para consultar todas as imagens em que aparece determinada pessoa ou objeto ou, ainda, identificar as fotografias de exteriores ou de interiores, de paisagem urbana ou de paisagem natural, dentre outras possibilidades.

Conclusões

Quase sempre, a digitalização no universo de arquivos e bibliotecas é motivada pela facilidade de acesso ao acervo que propicia. Contudo, muitas vezes a preservação é um dos objetivos visados, especialmente quando se trata de documentos cuja complexidade dificulta o uso das técnicas convencionais. Objetos tridimensionais, discos e fitas de áudio, filmes e muitos outros artefatos são passíveis de representação no mundo dos computadores, mas neste artigo nos limitamos à aquisição de imagens bidimensionais, aplicável a uma vasta gama de acervos: mapas, plantas, pinturas, desenhos, livros, manuscritos, fotografias, microfilmes etc. Fizemos uma discussão dos desafios propostos pela presença do acervo digital e procuramos responder à questão de como ajustar os parâmetros técnicos da digitalização de forma a otimizar os resultados do processo.

A digitalização traz inúmeras possibilidades para o universo da preservação de acervos. Entretanto, sua aplicação em artefatos de valor permanente deve ser conduzida com cuidado, acompanhada de uma estratégia a longo prazo, sob pena de colocar o acervo à mercê da fragilidade da tecnologia digital. Em particular, a questão da longevidade digital e do acesso deve ser abordada em qualquer plano de reformatação para o meio digital.

A facilidade no uso corrente da informação digital provoca, freqüentemente, a ilusão de que o usuário detém sua custódia completa, e de que os recursos disponíveis para sua manipulação são, em si, flexíveis e de alta acessibilidade. Uma análise mais esclarecida demonstra, porém, que os dados digitais são fortemente dependentes de todo um contexto tecnológico/social para que se obtenha o mínimo grau de intelegibilidade.

Ainda assim, a preservação dessa informação se impõe como uma necessidade cada vez mais urgente, devido não apenas ao crescente patrimônio produzido através de computadores, mas também ao uso da digitalização como técnica de preservação em casos nos quais a reformatação convencional não apresenta bons resultados.

A representação digital sintetiza radicalmente o artefato original, pois consiste em uma coleção de "amostras numéricas" de mensurações feitas neste original. Por isso, é preciso decidir a *priori* quais os aspectos do documento se deseja preservar, em que grau de fidelidade, e garantir que o processo de conversão atenda a essas metas de qualidade. Assim, o uso da digitalização como forma principal ou colateral de preservação de acervos requer um cuidadoso ajuste de parâmetros de qualidade, e decisões que variam desde a compra dos equipamentos de aquisição até o formato de armazenamento dos arquivos.

Na digitalização de imagens, os principais parâmetros de qualidade são a resolução; a decisão de capturar uma imagem: bitonal, multitonal ou em cores; a inclusão ou

não de técnicas de calibração de cores; o formato de armazenamento dos arquivos e o uso ou não da compressão de imagens.

Ao decidir com que qualidade digitalizar, deve-se evitar cair em duas situações extremas. A primeira, ser muito modesto nos parâmetros de qualidade, ignorando toda extrapolação das necessidades presentes. Como o principal custo do processo consiste no "virar das páginas", é preciso esquivar-se do ônus de redigitalizar as imagens cada vez que surge uma nova aplicação.

A outra é dimensionar os parâmetros acima da qualidade dos próprios originais ou incluir tratamentos dispensáveis. Gerar arquivos desnecessariamente grandes irá onerar a etapa de estocagem a longo termo, o que, em última análise, é danoso para a preservação do acervo.

Esperamos que as orientações contidas neste texto possam auxiliar o profissional a trilhar o "caminho do meio", determinando, através da análise dos documentos originais, os parâmetros de digitalização ao mesmo tempo econômicos e seguros para a preservação de seus acervos a longo prazo.

Tabela e Equações

Tabela 1: Relação entre resolução e índice de qualidade em documentos textuais

Altura do menor tipo h (em mm)	Resolução (em *dpi*) necessária para		
	Marginal (3,6)	Médio (5,0)	Alto (8,0)
0,5	366	508	813
1,0	183	254	406
1,5	122	169	271
2,0	91	127	203
2,5	73	102	163

Equação 1:

Conversão das medidas de resoluão em lp/mm para dpi

$$\frac{\text{Resolução Original}}{\text{Ampliação}} = \frac{\text{Resolução Original}}{\text{Dimensão da Cópia/Dimensão Original}}$$

$$\frac{50\ ^{lp}/_{mm}}{10cm\ \ 24cm} = \frac{50\ ^{lp}/_{mm}}{100mm\ \ 24mm} = \frac{50\ ^{lp}/_{mm}}{4{,}2} = 12\ ^{lp}/_{mm} = 610\ dpi$$

Equação 2:

Resolusão necessária para a digitalização de uma cópia fotográfica

$$300\ dpi \times \frac{15cm}{10cm} = 450\ dpi$$

Equação 3:

Determinando a resolusão das imagens de acesso

a) $IQ = h \times p$ b) $IQ = h \times (r\ |\ 50{,}8)$

Equação 4:

A fórmula do índice de qualidade para resolução em lp/mm (a); e em pontos por polegada (b). h é a altura em milímetros da letra "e" minúscula de menor tipo presente no texto; p é a resolução em lp/mm; r é a resolução em dpi

Referências bibliográficas

Um grande número de estudos tem sido conduzido a respeito da digitalização de imagens, seus formatos de armazenamento e sua conversão para texto, com fins de preservação de acervos. O Conselho em Bibliotecas e Recursos de Informação editou um conjunto de guias para a qualidade em projetos de imagem digital. Esses guias provêem diretrizes para todo o processo de captura do acervo desde o planejamento da digitalização, passando pela seleção do *scanner*, até a mensuração da qualidade e o formato de armazenamento para as matrizes digitais [CLIR 00]. Para os usuários e instituições interessadas em trabalhar com gerência de fidelidade de cor, Stone explica detalhadamente as questões envolvidas no processamento de imagens coloridas, bem como os diferentes sistemas [STONE 01]. McCarthy descreve um fluxo de trabalho para digitalização de materiais coloridos [MCCARTHY 02].

[ADOBE 92] Adobe Developers Association. *TIFF Specification Revision 6.0.* Adobe Systems Inc., Junho / 1992. Disponível na WWW: <http://partners.adobe.com/asn/developer/pdfs/tn/TIFF6.pdf> 05/oct/2005.

[AMORIM 05] AMORIM, Eliane; LOPES, Carlos; CRUZ, Emília e VALLE, Eduardo. *Introdução à Preservação de Acervos Digitais*. Belo Horizonte: Secretaria de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2005. (In Prelo).

[BESSER 00] BESSER, Howard. Digital Longevity. In: SITTS, Maxine (ed.). *Handbook for Digital Projects:* a management tool for preservation and access. Andover MA: Northeast Document Conservation Center, 2000. p.155-166. Disponível na WWW: <http://www.gseis.ucla.edu/~howard/Papers/sfs-longevity.html> 20/set/2005

[CLIR 00] Council on Library and Information Resources. Guides to *Quality in Visual Resource Imaging.* Research Libraries Group, 2000. Disponível na World Wide Web <http://www.rlg.org/visguides/index.html> 05/oct/2005.

[CONWAY 97] CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital.* Coord. Ingrid Beck, Trad. Olga Marder. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997. 24p. Grifo do autor. (Tradução de Preservation in the digital world). Disponível na WWW: <http://www.clir.org/pubs/reports/conway2/index.html> 20/ set/2005.

[DIGITAL 02] *Digital Photography vs Traditional Photography* (How to compare). TheImage.com. Junho/2002. Disponível na WWW: <http://www.theimage.com/photography/index.htm> 05/oct/2005.

[ICC 05] International Color Consortium. *Homepage*. 2005. Disponível na WWW: <http://www.color.org> 05/oct/2005.

[JPEG 04] Joint Picture Expert Group. Homepage. 2004. Disponível na WWW: <http://www.jpeg.org/> 05/oct/2005.

[KENNEY 97] KENNEY, Anne and CHAPMAM, Stephen. *Requisitos de resolução digital para textos:* métodos para o estabelecimento de critérios de qualidade de imagem. Coord. Ingrid Beck, Trad. José L. Pedersoli. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 26 p. (Tradução de *Tutorial — Digital Resolution Requirements for Replacing Text-based Materials: Methods for Benchmarking Image Quality).* Disponível na WWW: <http://siarq02.siarq.unicamp.br/cpba/cadtec/cadtec_51.htm> 05/oct/2005.

[LAHANIER 02] LAHANIER, Christian et al. CRISATEL: high definition spectral digital imaging of paintings with simulation of varnish removal. In: ICOM-CC 13th Triennial Meeting, 2002, Rio de Janeiro. Annals of…p. 295-300.

[LILLEY 03] LILLEY, Chris. PNG *(Portable Network Format).* World Wide Web Consortium, 2003.Disponível na WWW: <http://www.w3.org/Graphics/PNG/> 05/oct/2005.

[MCCARTHY 02] MCCARTHY, Ann. *Color Imaging Workflow Primitives*. International Color Consortium, 2002. Disponível na WWW: <http://www.color.org/primitivelong.pdf> 05/oct/2005.

[PUTS 01] PUTS, Erwin. *Exploring the limits of 35mm BW Photography.* imX Photosite. 21/Maio/2001. Disponível na WWW: <http://www.imx.nl/photosite/technical/highres.html> 05/oct/2005.

[RITTER 97] RITTER, Niles. The *Unofficial* TIFF Home Page. 1997. Disponível na WWW: <http://home.earthlink.net/~ritter/tiff/> 05/oct/2005.

[ROELOFS 05] Roelofs, Greg. *Portable Network Format Home Site.* 2005. Disponível na WWW: <http://www.libpng.org/pub/png/> 05/oct/2005.

[STOKES 96] STOKES, Michael et al. *A Standard Default Color Space for the Internet.* Version 1.1. International Color Consortium, 1996. Disponível na WWW: <http://www.color.org/sRGB.html> 05/oct/2005.

[STONE 01] STONE, David. Color Matching. *Extreme Tech.* Ziff Davis Media: June / 2001. Disponível na WWW: <http://www.extremetech.com/article2/0,3973,15467,00.asp> 05/oct/2005.

[TFADI 96] Task Force on Archiving of Digital Information. *Preserving Digital Information.* The Comission of Preservation and Access and The Research Libraries Group, 1996. 64p. Disponível na WWW: <http://www.rlg. org/en/page.php?Page_ID=114> 20/set/2005;

[VAKULENKO 00] VAKULENKO, Alex. *Removing Moiré Patterns.* 2000. Disponível na WWW: <http://www.oberonplace.com/dtp/moire/index.htm> 05/oct/2005.

[VALLE 03] VALLE, Eduardo. *Sistemas de informações multimídia na preservação de acervos permanentes.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência da Computação, 2003. Dissertação de mestrado. Disponível na WWW: <http://www.eduardovalle.com/permalink.htm?doc=doc00001> 20/set/2005

[WEBER 97] WEBER, Hartmut, DÖRR, Marianne. *Digitization as a Means of Preservation?*. European Comission on Preservation and Access, 1997. Disponível na WWW: <http://www.clir.org/pubs/reports/digpres/digpres.html> 05/oct/2005.

[WIKIPEDIA 05] Wikipedia contributors. *Nyquist–Shannon sampling theorem.* Wikipedia, the free encyclopedia; 4/October/2005 11:42 UTC. Disponível na WWW: <http://en.wikipedia.org/wiki/Nyquist%E2%80%93Shannon_sampling_theorem> 05/oct/2005.

* Este artigo foi adaptado da dissertação de mestrado de Eduardo Valle, desenvolvida sob orientação de Arnaldo Araújo. Disponível na Internet no endereço http://www.eduardovalle.com/permalink.htm?doc=doc00001> 20/set/2005

Eduardo Valle é mestre em Ciência da Computação pela UFMG e doutorando no Équipes Traitement des Images et du Signal, laboratório partilhado entre a Université de Cergy-Pontoise e a École Nationale Supérieure de l'Electronique et ses Aplications, França.

Arnaldo Araújo é professor adjunto do Departamento de Ciência da Computação da UFMG e coordenador do Núcleo de Processamento Digital de Imagens.

Estante

As novidades da historiografia mineira

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime nas Minas setecentistas.* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Nesse livro, Carla Maria Junho Anastasia realiza um empreendimento audacioso e inovador ao relacionar, nos quatro estudos apresentados, a ineficiência da política institucional à freqüente ocorrência da violência nas Minas setecentistas. Ao utilizar matrizes conceituais da ciência política no campo historiográfico, a autora só faz enriquecer sua análise, transformando a história, dessa forma, em algo além de uma simples crônica de costumes.

COELHO, Beatriz (org.) *Devoção e arte – imaginária religiosa em Minas Gerais.* São Paulo: EDUSP, 2005.

Regina Weinberg opina que essa publicação, organizada por Beatriz Coelho, contribuirá para que se conheçam melhor os acervos históricos e artísticos do país, estimulando o interesse pela pesquisa nesse setor; e que motivará outras entidades, públicas e privadas, a aceitar o papel de sucessoras da Fundação Vitae no que tange ao financiamento das etapas seguintes desse programa.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.

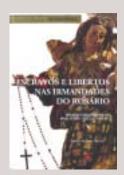
Aborda o autor a guerra de conquista empreendida pela Coroa Portuguesa e, depois, pelo Império do Brasil, buscando transformar o Rio Doce num canal de ligação com um porto marítimo e, assim, integrar a economia de Minas Gerais ao mercado mundial. Destacando o fato de as investidas na região terem sido motivadas pelo interesse econômico, o autor analisa as ações de natureza política e social – tais como ocupar o território, contatar e atrair os povos nativos e promover o povoamento – necessárias para a realização do objetivo econômico do governo.

Na lista de lançamentos de 2005, há de se ressaltar – e saudar – a presença marcante das editoras universitárias.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *A Oeste das minas*: *escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista,* Triângulo Mineiro 1750-1861. Uberlândia: EDUFU, 2005.

Esse livro torna-se, desde já, leitura obrigatória não apenas para os que se interessam pela história do Triângulo Mineiro – que terão nele uma obra de referência – mas também para os que procuram um modelo de geografia histórica bem-sucedida.
É de se esperar que seu efeito-demonstração se difunda pelo país, pois, sem ocupar o lugar que lhe cabe na análise do passado, isto é, sem produzir geografias do passado, os geógrafos brasileiros jamais poderão atingir seu objetivo de contribuir plenamente para o entendimento do processo de produção do território nacional.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias*: *mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870.* Bauru: EDUSC, 2005.

Negócios de famílias analisa as origens e a consolidação da cafeicultura mineira na Zona da Mata, a partir de 1780 até meados do século 19. A autora dirige sua investigação às relações dos grupos formadores da nova sociedade agroexportadora. Privilégios, interesses familiares, interfamiliares e de compadrios geraram um forte grupo empreendedor, capaz de capitalizar-se e autogerenciar-se, perpetuando o *status* de antigas e importantes elites mineiras que se abriram, com o café, aos novos mercados locais, regionais e internacionais.

SANCHIS, Pierre. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário*.
Juiz de Fora: UFJF, 2005.

Esse livro proporciona, com riqueza de elementos, a discussão do problema do sincretismo na Minas colonial. A convivência, nas irmandades, de homens e mulheres de diferentes matrizes culturais implicou a construção de uma linguagem comum.

Uma festa para o príncipe infante

Márcia Almada

Relato dos festejos populares realizados em Sabará*, em 1795, contém elementos preciosos para a compreensão da sociedade colonial mineira por meio de suas manifestações culturais, religiosas e profanas.

Noticia das festas, que se fez a Câmara da Villa Real do Sabará, na Capitania de Minas Geraes, por occasião do feliz nascimento do sereníssimo Senhor Dom Antonio Príncipe da Beira é um opúsculo que relata as festividades ocorridas na Vila de Sabará por ocasião do nascimento de Dom Antônio, primeiro filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. O Príncipe da Beira nasceu no dia 21 de março de 1795 e faleceu com apenas seis anos de idade. As notícias de seu natalício só chegaram a Sabará no dia 16 de junho do mesmo ano, enviadas pelo então governador e capitão-geral da Capitania, Visconde de Barbacena. A informação foi anunciada aos moradores com acompanhamento de um repique geral de sinos e logo a população, com a "maior comoção de alegria", comemorou espontaneamente por três dias, com músicas e fogos.

O impresso, publicado pela *Régia Officina Tipográfica* de Lisboa logo após as festividades, é um texto narrativo, sem pretensões literárias, cujo objetivo maior é o de registrar a memória oficial das festividades ocorridas em Sabará. A impressão é vulgar, sem requintes tipográficos nem adornos em capitulares e vinhetas. Não há página de rosto e as referências tipográficas se encontram no final do impresso. O título incorpora-se diretamente ao texto, dele se distinguindo apenas pelo uso de letras maiúsculas. O autor não nos é apresentado em nenhum momento. Mas, em apenas sete páginas, há um relato precioso do cotidiano da vila de Sabará, da sua vida social e de suas vivências culturais. Há um exemplar desse opúsculo no Museu Casa de Borba Gato, em Sabará.

Festejos

A festa foi planejada pelo Senado da Câmara, com o total apoio do reverendo vigário da Matriz, para "fazer mais pomposa toda a festividade que respeitava à Igreja", e para isto recebeu contribuições financeiras de diversas corporações e de particulares. Foram dez dias consecutivos de festividades na Vila do Sabará, iniciando-se na noite de 4 de setembro com a ornamentação da cidade e iluminação das ruas. Na manhã seguinte, uma missa solene, cantada, com dois coros, abriu as comemorações e, no dia 6, houve outra missa em ação de graças, na igreja Matriz, também com dois coros e a presença do Cristo exposto. Após um jantar para 116 pessoas, oferecido pelo ouvidor, os convidados se reuniram em uma nova confraternização na Matriz para cantar o *Te Deum* e acompanhar a procissão de Santo Antônio, homenagem ao novo príncipe de mesmo nemo, finalizando a noite com exibições pirotécnicas.

No dia seguinte, iniciaram-se os festejos de rua. As cavalhadas, com 21 cavaleiros profissionais contratados às expensas do intendente, divertiram a população durante quatro dias, alternadamente com a corrida de touros. Estas eram apresentações de grande popularidade na Capitania das Minas durante o século XVIII. Os desfiles dos guardas-marinhas, dos marujos, dos sátiros e das "figuras" (sic), ocorreram durante outros três dias.

Além dos cortejos, a população pôde assistir a diversas óperas, apresentadas em teatro de rua, oferecidas pela Corporação da Justiça da Vila de Sabará e pela Corporação dos Músicos de Santa Luzia. A música, sagrada ou profana, esteve sempre presente: nos cânticos litúrgicos, matina, ação de graças e *Te Deum*; nas manifestações espontâneas; no coro das musas; nos cortejos.

Distinções

No dia 8, pela manhã, o evento principal foi o casamento de duas órfãs, que receberam do intendente um dote de dois mil réis cada. Entre outras tantas, essas foram escolhidas pelo pároco, que desempenhou a função com

Folha de rosto do folheto *Notícia das festas que se fez a Câmara da Villa Real de Sabará na Capitania de Minas Gerais por ocasião do feliz nascimento do sereníssimo Senhor Dom Antonio Príncipe da Beira*, Régia Officina Tipográfica de Lisboa, 1795.
Acervo da Casa de Borba Gato, Sabará, Museu do Ouro, Instituto do Patrimônio Histórico e Astístico Nacional. Foto Daniel Coury

NOTICIA DAS FESTAS,
QUE FEZ A CAMARA
DA
VILLA REAL DO SABARÁ,
NA CAPITANIA DE MINAS GERAES,
POR OCCASIÃO DO FELIZ NASCIMENTO
DO
SERENISSIMO SENHOR
DOM ANTONIO
PRINCIPE DA BEIRA.

NO dia 16 de Junho do anno de 1795, pelas dez horas da manhã, recebeo a Camara da Villa Real do Sabará a feliz noticia do Naſcimento do Sereniſſimo Senhor Principe da Beira, por Officio de participação, que lhe dirigio o Viſconde de Barbacena, Governador, e Capitão General da Capitanía; e immediatamente a annunciou ao Publico por hum repique geral de ſinos, que ſuſcitou em todos os Moradores a maior commoção de alegria; de modo que concorrião ás Praças, e ás portas a darem-ſe mutuos parabens de haver o Ceo abençoado a noſſa Monarquia com a ſucceſsão Varonil, que acabava de lhe dar.

Tendo o Senado differido para outra conferencia a deliberação dos Feſtejos publicos, que ſe devião celebrar por tão importante ſucceſſo, ſe obſervou que logo neſſa noite, e nas duas ſeguintes, o Povo todo, ſem preceder ordem, e por hum mo-

a sua "exemplaríssima e bem conhecida virtude". Após a cerimônia, os convidados juntaram-se em outro jantar na casa do ouvidor. Nesse mesmo dia o governador chegou à vila para as comemorações. No dia 9, à noite, foi oferecido aos moradores um recital de poesia com o coro das musas, acompanhado de música e espetáculo pirotécnico. Os festejos se encerraram na noite de 13 de setembro, quando foi oferecida a cem pessoas, pelos juízes, vereador e procurador da Câmara, uma mesa com carnes frias e frutas.

No texto, a descrição das vestimentas é detalhada. Na missa do dia 6, as autoridades civis compareceram em trajes de gala, com capas de sedas de cores diversas e chapéus emplumados. Nos cortejos, os cavaleiros se apresentaram em dois uniformes diferentes: um, de cetim escarlate, calções dourados e agaloados de ouro; outro, com vestes de cetim cor de ouro, calções escarlates e agaloados de prata; todos com chapéus de plumas brancas. O grupo de guardas-marinhas estava vestido de cetim escarlate e azul; o de marujos, de cetim riscado; os sátiros estavam em trajes brancos com folhagens verdes; os outros personagens vestiam cetim verde e rosa. A valorização das cores no relato é patente, ressaltando o impacto visual de cada conjunto nos desfiles preparados especialmente para o evento.

Alegorias

A festividade e os cortejos foram contemplados com carros alegóricos e arquiteturas efêmeras: na praça, uma "casa chinesa" para música, um labirinto, ruas de arvoredo, três pórticos e tanques. Nos desfiles, os participantes saíam ora de um bergantim, ora de um navio ou de um carro com a figuração de um bosque e um monte, onde Baco era representado sentado sobre uma dorna. Os cortejos foram oferecidos por diversas corporações: o dos marujos pelos "Curiosos" (sic), o dos sátiros, pela dos oficiais de Justiça, o dos guardas-marinhas, pela do Comércio, e o dos personagens, pela dos Ofícios.

Essa foi uma festa organizada pelo poder público, que não restringiu a participação dos diversos grupos da sociedade, desde seu planejamento e financiamento até a ampla presença da comunidade. Os eventos mesclaram o público e o restrito; o religioso e o laico; o popular e o erudito. Foi uma festa oficial, mas de ação coletiva, na qual o Senado, a Igreja, as corporações e a comunidade conjugaram práticas religiosas (missas, procissão, ação de graças) com práticas profanas (óperas, desfiles, jantares e recital de poesia e música).

Embora o relator apenas faça uma breve referência às manifestações espontâneas da população, o espaço popular é tanto o de espectador quanto o de agente, pois há o sentimento comum de regozijo pelo nascimento do sucessor da monarquia, como cita o autor. É a presença simbólica do monarca sempre ausente. Festas são rituais de sociabilidade que reforçam o sentimento de pertencimento à comunidade; são referendos dos valores compartilhados.

Não são incomuns as narrativas de festas públicas ocorridas durante o século XVIII, como a do matrimônio de D. João VI (1786) ou a do nascimento de sua primeira filha, Princesa da Beira, também festejada em Sabará, em 1794. Desde o Triunfo Eucarístico, o primeiro documento de um grande evento barroco em Minas Gerais, notícias ou relações de festas aparecem em relatos impressos, recheados de detalhes e comentários do autor ou como breves descrições. *A Noticia das festas, que se fez a Câmara da VilIa Real do Sabará*, embora não possua as minúcias do conhecido relato de Simão Ferreira Machado, prioriza com detalhes as cores da festa e as representações cênicas, repletas de valor simbólico. Percebe-se que a cons-

trução de arquitetura efêmera e de decoração monumental para desfiles nas festas públicas era costume corrente, e que implicava o trabalho de artistas de diversas regiões da Capitania e, mesmo, de outras partes do Reino.

Quando situados historicamente, os registros das festas públicas – sejam religiosas ou laicas – são relatos da vida social e cultural das comunidades, pois apresentam detalhes da organização do cotidiano, as preferências de divertimento, as hierarquias sociais. Festas são momentos em que o coletivo é vivenciado plenamente e, por isto, são lugares privilegiados para interações e conflitos sociais.

---

* *Noticia das festas, que se fez a Câmara da Villa Real do Sabará, na Capitania de Minas Geraes, por occasião do feliz nascimento do sereníssimo Senhor Dom Antonio Príncipe da Beira.* Lisboa, Na Regia Officina Typografica, anno 179(?). Autor anônimo. 7p. 17,5 x 13,5cm.

Márcia Almada é historiadora e diretora de Conservação e Restauração da Superintendêrncia de Museus da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, especialista em Planejamento e Gestão Cultural, mestranda em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais.

Agradecimentos

Museu Mineiro
Museu do Ouro/IPHAN
Márcia de Moura Castro
Bibliloteca Universitária/UFMG
Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM)

Ponte dos Contos em Ouro Preto, s/ data (circa 1930). Fotografia de Renato de Lima. Coleção Luís Augusto de Lima.